

FLÁVIO JOSÉ CORREIA
RUI ROTA DA PURIFICAÇÃO

**ESTUDO DO PROJETO POVO: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA POLÍCIA
MILITAR NA VISÃO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CURITIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Formulação e Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe.

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Blênio César Severo Peixe nosso orientador, e a todos os instrutores, nossos agradecimentos pela atenção e pelo esforço no sentido de conduzir-nos ao conhecimento, dedicando-nos em várias ocasiões um empenho muito além do esperado, sendo-nos fundamental na busca de melhores caminhos no desenvolvimento do estudo aqui apresentado.

Aos Comandantes de unidades do 12º BPM, 13º BPM e 20º BPM, pelo fundamental e decisivo apoio, pela generosidade com que nos atendeu, esclarecendo e apoiando desde os primeiros momentos em que fomos lançados nessa árdua tarefa, a nossa mais sincera e terna gratidão.

DEDICATÓRIA

As nossas esposas e filhos, que souberam entender nossas ausências neste longo período de Curso e deram-nos ânimo nos momentos difíceis.

(Os Autores)

LISTA DE GRÁFICOS - CATEGORIA PRAÇAS

1. PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	85
2. TIPO DE POLICIAMENTO.....	86
3. CULTURA DE POLÍCIA REATIVA.....	87
4. VISITAS REALIZADAS.....	88
5. CELULAR POVO.....	89
6. REUNIÕES COM A COMUNIDADE.....	90
7. ABERTURA PARA SUGESTÕES.....	91
8. POSICIONAMENTO DA COMUNIDADE.....	92
9. ATUAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	93
10. INVESTIMENTO DO GOVERNO NO PROJETO POVO.....	94
11. AVALIAÇÃO DO POLICIAMENTO.....	95
12. INSTRUÇÃO AO EFETIVO.....	96
13. ATUAÇÃO EXCLUSIVA.....	97

LISTA DE GRÁFICOS – CATEGORIA OFICIAIS

1. TIPO DE POLICIAMENTO.....	100
2. CULTURA DE POLÍCIA REATIVA.....	101
3. AVALIAÇÃO DO POLICIAMENTO TRADICIONAL.....	102
4. EFETIVO.....	103
5. ADAPTAÇÃO AO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	104
6. INSTRUÇÃO.....	105
7. VISITAS.....	106
8. CELULAR POVO.....	107
9. REUNIÕES COM A COMUNIDADE.....	108
10. PARTICIPAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES.....	109
11. POSICIONAMENTO DA COMUNIDADE.....	110
12. ATUAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS.....	111
13. INVESTIMENTO DO GOVERNO.....	112
14. ATUAÇÃO EXCLUSIVA.....	113
15. GEOPROCESSAMENTO.....	114
16. BOLETINS COMUNITÁRIOS.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PM/3	- 3ª Seção do Estado Maior
Cel.	- Coronel
PB	- Ponto Base
POVO	- Policiamento Ostensivo Volante
PEC	- Patrulha Escolar Comunitária
FAS	- Fundação de Ação Social
SESI	- Serviço Social da Indústria
Unicef	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
ONU	- Organização das Nações Unidas
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
PBC	- Posto de Bombeiro Comunitário
Proerd	- Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência
SENAS	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
INFOSEG	- Informações de Segurança
PPA	- Plano Plurianual
SUSP	- Sistema Único de Segurança Pública
CAPRA	- Clientes; Análise; Parcerias; Resposta; Avaliação
CONSEG	- Conselhos Comunitários de Segurança
COPOM	- Central de Operações Policiais Militares
CAO	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
SMPU	- Sistema Modular de Policiamento Urbano
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
BOU	- Boletim de Ocorrência Unificado
CIOSP	- Centro Integrado de Operações de Segurança Pública
CINE	- Centro Integrado de Emergência
Siscopweb	- Sistema WEB (intranet, extranet e Internet)

CPC	- Comando do Policiamento da Capital
CCB	- Comando do Corpo de Bombeiro
PM/4	- 4ª Seção do Estado Maior
SADC	- Southern Africa Development Community.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
D.A.R.E	- Drug Abuse Resistance Education
PMSP	- Polícia Militar de São Paulo
QOPM	- Quadro de Oficiais da Polícia Militar
RPMon	- Regimento de Polícia Montada
Cia Ind P Gd	- Companhia Independente de Polícia de Guarda
Cia P Chq	- Companhia de Polícia Choque
CIPM	- Companhia Independente de Polícia Militar
BPRv	- Batalhão de Polícia Rodoviária
BPFlo	- Batalhão de Polícia Florestal
CPI	- Comando do Policiamento do Interior
APMG	- Academia Policial Militar do Guatupê
CFAP	- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CCS	- Companhia de Comando Serviço
QCG	- Quartel do Comando Geral
CB	- Corpo de Bombeiros
CFO	- Curso de Formação de Oficiais
CFSd	- Curso de Formação de Soldado
Cap.	- Capitão
CPM	- Colégio da Polícia Militar

RESUMO

CORREIA, F. J. e PURIFICAÇÃO, R. R. ESTUDO DO PROJETO POVO: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA POLÍCIA MILITAR NA VISÃO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CURITIBA. A Polícia Militar inserida na Constituição Federal em seu Artigo 144, inciso V, parágrafo 5º e na Constituição Estadual em seu Art. 46, inciso II e Art. 48, cabe dentro do contexto da Segurança Pública a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. O emprego operacional dos efetivos da Polícia Militar do Paraná, no tipo que a doutrina define como Policiamento Ostensivo Geral é a Polícia Comunitária. Doutrinariamente Polícia Comunitária é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade sob a coordenação de policiais especialmente designados. Dentro desta filosofia de trabalho de aproximação com a comunidade, a Polícia Militar nestes 152 anos de existência vários foram às formas de trabalho desenvolvido pela corporação, entre eles o Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante), um trabalho iniciado em 1993, interrompido por 08 (oito) anos e a partir de 2003 foi retomado pelo atual governo, porém com novas realidades e novas tecnologias, procurando cada vez mais interagir a Polícia com a comunidade. Este trabalho tem a finalidade de avaliar o desempenho do Projeto POVO na cidade de Curitiba, a partir de novembro de 2005. De forma específica procura-se justificar a continuidade do projeto; avaliar as parcerias no processo de integração; aplicação de recursos de toda natureza, para manter o projeto; participação da comunidade e conscientizar a comunidade para validar o projeto. Para obtenção de resultados deste trabalho foram utilizados pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa levantamento e estudo de caso, posteriormente após análise dos resultados conclui-se que: a sociedade tem-se organizado através de ações sociais para atingir o bem estar social, com a participação da Polícia Militar, como é o caso do Projeto POVO. O Governo Estadual tem investido de forma maciça em recursos materiais, faltando ainda incrementar o investimento nos recursos humanos. Quanto aos Conselhos de Segurança, ainda não participam de forma efetiva. E finalmente falta uma política de Governo e não de Estado, direcionada para este Projeto na área de Segurança Pública.

Palavras-Chave: Policiamento Ostensivo Volante, Polícia Comunitária, Polícia Militar do Paraná, Projeto Povo, Conselho de Segurança.

E-mail: flaviojosecorreia@hotmail.com
caprota@yahoo.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	II
DEDICATÓRIA.....	III
LISTA E GRÁFICOS CATEGORIA PRAÇAS.....	IV
LISTA DE GRÁFICOS CATEGORIA OFICIAIS.....	V
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	VI
RESUMO.....	VIII
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	3
2.1. ORIGEM DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS.....	3
2.1.1. Aspectos Conceituais.....	3
2.1.2. As Relações Polícia – Comunidade.....	10
2.1.3. As Ações Policiais e as expectativas da Comunidade.....	11
2.1.4. O Policial Militar e os limites da lei.....	11
2.1.5. Polícia Comunitária como responsabilidade de todos.....	12
2.1.6. Policiamento Comunitário.....	13
2.1.7. Policia Reativa e Proativa.....	16
2.1.8. Responsabilidade Social.....	17
2.2. PRINCIPAIS AÇÕES COMUNITÁRIAS DO ESTADO.....	18
2.2.1. Prefeitura Municipal de Curitiba.....	18
2.2.2. Rede Globo e Sesi – Ação Global.....	19
2.2.3. Projeto Amo Curitiba – Escolas Particulares.....	20
2.2.4. Projovem.....	24
2.2.5. Pastoral da Criança.....	24

2.2.6. J. Malucelli – Inclusão Social.....	26
2.3. AÇÕES COMUNITÁRIAS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	27
2.3.1. Bombeiro Comunitário.....	27
2.3.2. Patrulha Escolar Comunitária.....	29
2.3.3. Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência.....	29
2.3.4. Programa Formando Cidadão – Cidadã.....	30
2.3.5. Projeto POVO.....	31
2.4. O PAPEL DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	31
2.4.1. Ações Estruturais para Implantação do Sistema único de Segurança Pública.....	32
2.5. ORIGEM DA POLÍCIA COMUNITÁRIA.....	33
2.5.1. No Mundo.....	34
2.5.2. No Brasil.....	38
2.5.3. No Paraná.....	42
2.6. ASPECTOS CONCEITUAIS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO E DESEMPENHO.....	46
2.6.1. Avaliação.....	47
2.6.2. Desempenho.....	47
2.6.3. Avaliação de Desempenho.....	47
2.6.4. Metodologia de Avaliação e Desempenho.....	50
3. METODOLOGIA DO TRABALHO.....	51
3.1. TIPO DE PESQUISA.....	51
3.2. POPULAÇÃO ALVO.....	51
3.3. AMOSTRA.....	51
3.4. INSTRUMENTOS.....	52
3.4.1. Questionários.....	52
3.4.2. Entrevistas.....	52

4. PROJETO POVO – ESTUDO DO CASO.....	53
4.1. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO.....	53
4.2. DESCONTINUIDADE.....	55
4.2.1. Totem.....	56
4.2.2. Policiamento Com Motonetas.....	57
4.3. RETORNO DO PROJETO.....	57
4.3.1. Área de Atuação em Curitiba.....	58
4.3.2. Funcionamento do Projeto.....	61
4.3.3. Ferramentas de Trabalho do Projeto POVO.....	64
4.4. DISCUSSÃO DO ESTUDO.....	70
4.4.1. Filosofia.....	70
4.4.2. Objetivo.....	70
4.4.3. Meta.....	71
4.4.4. Avaliação do Desempenho.....	71
4.5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	84
4.5.1. Análise e interpretação de questionário Categoria Praças.....	84
4.5.2. Análise e interpretação de questionário Categoria Oficiais.....	99
4.5.3. Análise e interpretação das Entrevistas.....	117
4.5.4. Análise da Pesquisa realizada com outras Corporações.....	118
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	119
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130
7. ANEXOS.....	133
7.1. ANEXO - I - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA - CATEGORIA PRAÇAS.....	134
7.2. ANEXO - II - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - CATEGORIA OFICIAIS.....	139
7.3. ANEXO - III - ENTREVISTA – COORDENADORES DO POVO.....	145
7.4. ANEXO – IV - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - OUTRAS POLÍCIAS.....	148

1. INTRODUÇÃO

A Polícia Militar inserida na Constituição Federal em seu Artigo 144, inciso V, parágrafo 5º e na Constituição Estadual em seu Art. 46, inciso II e Art. 48, cabe dentro do contexto da Segurança Pública a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

O emprego operacional dos efetivos da Polícia Militar do Paraná, no tipo que a Doutrina define como Policiamento Ostensivo Geral é a Polícia Comunitária.

Doutrinariamente Polícia Comunitária é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida como uma filosofia de atuação da Polícia Militar marcada na resolução de problemas afetos a segurança pública.

Dentro desta filosofia de trabalho de aproximação com a comunidade, a Polícia Militar nestes 152 anos de existência várias foram as formas de trabalho desenvolvidas pela corporação, entre eles citamos a Rádio Patrulha, o Sistema Modular e atualmente conta com o Projeto Povo, um trabalho iniciado em 1993, interrompido por 08 anos e a partir de 2003 foi retomado pelo atual governo, porém com novas realidades e novas tecnologias, procurando cada vez mais interagir a Polícia com a comunidade.

Com a implantação do Projeto Povo que visa atender todo o Estado do Paraná, em especial será avaliado o desempenho dos 75 (setenta e cinco) bairros da

cidade de Curitiba, distribuído nos 03 (três) batalhões da capital – 12º Batalhão de Polícia Militar, 13º Batalhão de Polícia Militar e 20º Batalhão de Polícia Militar, todos desenvolvendo um trabalho com a filosofia de Polícia Comunitária, procurando aproximar a Polícia Militar com a comunidade e o envolvimento de outros órgãos, sempre com o objetivo de juntos procurarem alternativas para a busca de soluções dos problemas detectados em cada comunidade.

O trabalho em seu contexto busca adaptar o público interno a filosofia de polícia comunitária, incentivando a Corporação em reforçar as instruções, reativar os treinamentos e realizar Cursos de Polícia Comunitária dentro da realidade atual.

Busca ainda mostrar ao governo estadual os investimentos, tanto humano, quanto material de forma contínua para atender as mudanças e adaptações necessárias para atender a todos os bairros de Curitiba.

Este trabalho de continuidade com a filosofia do Projeto POVO no Estado do Paraná deve ser avaliado com o envolvimento do Estado Maior da Corporação, através de estatísticas e apresentação dos resultados desenvolvidos pela Corporação, os quais poderão convencer às autoridades governamentais pela manutenção dos trabalhos realizados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Faz-se necessário, neste tópico, conceituar termos e citar as origens de polícia comunitária, com a finalidade de facilitar o entendimento da sua filosofia, diretamente ligada ao Projeto de Governo denominado POVO – Policiamento Ostensivo Volante.

2.1. ORIGEM DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS.

Cada bairro, cada vila, enfim cada comunidade tem suas peculiaridades, necessidades diversas e também expectativas diferentes. Ninguém conhece melhor essa realidade do que ela mesma. Discute-se abaixo, alguns conceitos relacionados da vida em uma comunidade, principalmente, de situações relacionadas ao tema do trabalho em questão, que visa efetivamente tratar do levantamento dos problemas existentes em uma determinada área, mas, no entanto, fazer com que os órgãos responsáveis para proporcionar o bem-estar de uma comunidade se envolvam e juntos busquem uma solução para os problemas levantados.

2.1.1. Aspectos Conceituais

Dentro deste item, serão discutidos os conceitos de Comunidade, Polícia Comunitária, o conceito doutrinário pela PMPR de Polícia Comunitária, aspectos envolvendo a interação da polícia com o cidadão e o comprometimento do policial e da corporação como fundamento de polícia comunitária.

a) Comunidade

Comunidade conforme o Minidicionário da Língua Portuguesa de Silveira Bueno (2000, p.183) é “associação de pessoas que têm os mesmos objetivos”.

Além da definição acima, a Wikipedia, enciclopédia livre, extraída do site [HTTP:// wikipedia.org.wiki/comunidade](http://wikipedia.org.wiki/comunidade), define também comunidade como:

Grupo de pessoas parte de uma sociedade maior, que vivem em uma determinada área e mantêm alguns interesses e características comuns; Pode ser entendida como um conjunto de seres vivos inter-relacionados que habita um mesmo lugar. Do ponto de vista da ecologia, comunidade - também chamada biocenose é a totalidade dos organismos vivos que fazem parte do mesmo ecossistema e interagem entre si; Do ponto de vista da sociologia, uma comunidade é um conjunto de pessoas com interesses mútuos que vivem no mesmo local e se organizam dentro de um conjunto de normas. Os estudantes que vivem no mesmo dormitório formam uma comunidade, assim como as pessoas que vivem na mesma aldeia, cidade ou no mesmo bairro; Também pode ser entendida como um conjunto de pessoas que se relacionam virtualmente através do orkut. ([HTTP://WIKIPÉDIA.ORG](http://WIKIPÉDIA.ORG) – 01 jun 2007).

b) Polícia

Polícia segundo consulta a enciclopédia livre Wikipédia é um vocábulo grego ("politeia") que derivou para o latim ("politia"), ambos com o mesmo significado:

Governo de uma cidade, administração, forma de governo. A polícia é um órgão governamental, presente em todos os países, cuja função é a de repressão ao crime e manutenção da ordem pública, através do uso da força se necessário, fazendo cumprir a lei. À Polícia incumbem funções exclusivas como a prevenção da criminalidade, bem como a de investigar e apurar os delitos cometidos, quando o policiamento preventivo falha ou seja não cumpre na íntegra sua tarefa, fornecendo assim subsídios ao Poder Judiciário para que os criminosos sejam devidamente processados, na forma da lei. ([HTTP://WIKIPÉDIA.ORG](http://WIKIPÉDIA.ORG) – 01 jun 2007).

Segundo CRETELLA JUNIOR é possível construir definição completa que de modo sintético, descreva do melhor modo possível o instituto da polícia, assim:

Conjugando-se os elementos que, obrigatoriamente, devem estar presentes na estruturação conceitual – o Estado, detentor único do poder de polícia, tranquilidade

pública, condição indispensável para que os agrupamentos humanos progridam, as restrições jurídicas à liberdade, necessárias para que a ação abusiva de um não cause embaraços a ação do outro – é possível atingir-se a seguinte definição jurídica de polícia: conjunto de poderes coercitivos exercidos pelo Estado sobre as atividades do cidadão mediante restrições legais impostas a essas atividades, quando abusivas a fim de assegurar-se a ordem pública. (CRETELLA JUNIOR, 1967, p.165).

A Polícia é um órgão governamental, presente em todos os países, cuja função é a de repressão e manutenção da ordem pública através do uso da força.

Instituição de Direito Público, destinada a manter e a recobrar, junto à sociedade a na medida dos recursos que dispõe a paz pública ou a segurança individual.

c) Polícia Comunitária

A Polícia Comunitária busca a resolução de problemas locais e complexos com criatividade e participação da comunidade (entidades, associações, etc.), polícias, instituições (federal, estadual, municipal), empresários e comerciantes, imprensa, políticos e outros, respeitando as suas competências, mas exigindo parcelas de responsabilidades dentro de suas respectivas competências.

Numa visão simplista, Polícia Comunitária se restringe à aproximação do policial com a comunidade, envolvido num trabalho de policiamento comunitário; mas ao se analisar de fato, pode-se perceber a sua abrangência, uma vez atinge o que é preceituado no Art.144 da Constituição Brasileira, de que segurança pública é direito e responsabilidade de todos, cabendo também a qualquer cidadão uma parcela de responsabilidade nas questões de segurança pública.

A polícia comunitária reconhece que a maioria dos problemas de uma comunidade pode ser abordada de maneira eficaz, permitindo ao policial resolver os problemas, em vez de simplesmente desvencilhar-se deles. Aos policiais é dado o poder de analisar os problemas e arquitetar as soluções.

c. 1) Polícia Comunitária, doutrinariamente na PMPR:

É entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia), sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública. (DIRETRIZ nº 002, PM/3, 2004, p.2).

Para reforçar o perfeito entendimento da filosofia de Polícia Comunitária, cite-se que:

A atividade de Polícia Comunitária é um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de "os seis grandes". São elas a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia. (BONDARUK E SOUZA, 2004, p. 48).

c.2) Maior Interação Policial com o Cidadão

No modelo tradicional, o policial passa a maior parte de seu tempo em contato com outros policiais. As breves oportunidades de contato entre policiais e cidadãos costumam ocorrer em situações de tensão e adversidade, fato que contribui para o desenvolvimento de desconfianças e estereótipos:

Os policiais motorizados costumam ver as pessoas nas piores situações, o que pode levá-los a pensar que todos os que vivem numa área tomada pelos crimes e pelas drogas são Maus sujeitos. Ao mesmo tempo, as pessoas honestas que vivem em bairros decadentes e que são vítimas de indignidades, ameaças e abusos de um policial – ou que ouvem falar sobre tais incidentes – podem por sua vez, etiquetar toda a polícia como sendo o inimigo. (TROJANOWICZ, 1991, p. 1).

A convivência diária com a violência e a sensação de impotência diante da gravidade dos conflitos sociais brutaliza o policial, tornando-o cético, hostil e insensível aos problemas vivenciados pela população. O cidadão comum, por sua vez, especialmente aquele proveniente das camadas mais pobres, costuma evitar o contato com a polícia, mesmo quando na condição de vítima. Em certas áreas, as pessoas evitam contato com policiais, temendo serem vistos como informantes, ou suspeitos. Para muitos, a polícia está mais interessada em cumprir “quotas” (número de detenções – infrações) do que em auxiliar os cidadãos no enfrentamento de seus problemas cotidianos. A ausência de expectativa de cooperação cria um terreno fértil para conflitos e violência.

A comunicação mais direta e cotidiana entre policial e cidadão pode contribuir para uma reversão desse quadro, favorecendo uma atitude menos superficial e mais positiva de lado a lado. A presença permanente de um policial na área representa, para muitos, uma primeira oportunidade de contato não hostil com a polícia. A população tende a aceitar tal interação, entender o esforço e a manifestar maior disposição para cooperar. Os policiais por sua vez, sentem-se recompensados profissionalmente quando constatam que a mudança de atitude é aceita pela população. A expectativa é de que, com a reavaliação de seus papéis, polícia e sociedade possam superar estereótipos e preconceito que vêm impedindo um relacionamento mais construtivo. É nesse sentido a declaração de um líder

comunitário da cidade de Nova York, (citado no livro Policiamento Comunitário e Combate sobre a Polícia de Theodomiro DIAS NETO, 2000, p.57):

As pessoas são menos antagônicas em relação à Polícia do que no passado. Há ainda um sentimento geral de que a polícia age de maneira estúpida e corrupta, mas é menor a sensação de que o policial representa o inimigo. O programa de policiamento comunitário tem ajudado na reversão deste quadro, porque as pessoas prezam o seu policial local. Os policiais comunitários são capazes de romper a barreira entre polícia e comunidade. (Vera Institute Of Justice community patrol 1989 p. VII-33).

Num mesmo sentido é o comentário de um policial comunitário da mesma cidade (citado no livro Policiamento Comunitário e Combate sobre a Polícia de Dias Neto, 2000, p.58):

O fato é que através do programa do policiamento comunitário eu tive a oportunidade de me expor ao público e perceber que há pessoas que são positivas em relação a polícia... Por outro lado pessoas que eram antes negativas passam a ver estes policiais individuais tentando ajudá-los e tornam-se mais receptivas a polícia. Nós não estamos mais somente arrombando portas ou multando. (Ibid, p.II. – 29).

Este processo de interação e de comunicação favorece uma percepção policial mais realista do contexto social. A intensificação do contato favorece a conscientização policial para o fato de que o tecido social urbano constitui-se de uma pluralidade de valores, estilos de vida, padrões socioeconômicos, interesses, percepções, carências e de que a eficácia de seu trabalho resulta de sua capacidade de entender e lidar com estas diferenças. A sensibilização da polícia para a questão da diversidade tem sido um fator decisivo de aproximação com as minorias.

Há, ainda, a expectativa de que o contato com a sociedade seja um fator de atenuação da subcultura policial e contribua para um maior senso de responsabilidade e de compromisso do policial em relação às pessoas e aos problemas de sua área. Como afirma um policial comunitário de Edmonton (Canadá) (citado no livro Policiamento Comunitário e Combate sobre a Polícia de Dias Neto,

2000, p.59): (Koller, Working The Beat, p 15), "O meu turno é um pequeno mundo e eu posso desenvolver um interesse pelas pessoas e pelas coisas que ocorrem porque sei que amanhã estarei aqui".

O interesse e o compromisso do policial pelo seu trabalho reduzem a necessidade de supervisão direta, fator relevante para um modelo no qual o policial é encorajado a tomar decisões e a interagir com o público. Experiências bem sucedidas demonstram progressos na atitude dos policiais; em pesquisa sobre o programa de policiamento comunitário de Nova York, o Vera Institute of Justice formulou aos policiais a seguinte questão: "Há qualidades e virtudes que são em seu entender mais necessárias ao policial no modelo comunitário?" As respostas são indicativas da nova postura que se espera da polícia (citado no livro Policiamento Comunitário e Combate sobre a Polícia de DIAS NETO:

(Vera Institute of Justice, Community Patrol Program in New York, p II, 30-31), Você deve ser mais sincero com o público e um pouco mais dedicado. Você tem que ter a iniciativa de querer fazer algo pelos problemas da área. Você é mais responsável pelo público. Ser capaz de ouvir as pessoas. Nem todos têm paciência para ouvir o que as pessoas dizem. Pode ser importante escutar o que as pessoas dizem por uns minutos a mais do que a maior parte das pessoas poderia tolerar. Você deve ser sincero. Você deve ser capaz de fazer as pessoas perceberem que você é honesto. Dizer a ela e mostrar a elas projetar a sua honestidade. (DIAS NETO, 2000, p.59-60)

Não são poucos, contudo, os riscos envolvidos nesse relacionamento. Talvez o mais comum seja o de que a polícia venha a alinhar-se com certos segmentos sociais, deixando-se manipular na defesa de interesses específicos. Avaliações indicam a tendência policial de buscar a aprovação dos mais ricos, organizados e influentes, em geral mais receptivos à aproximação policial.

c.3) O Comprometimento do Policial e da Corporação como fundamento da Polícia Comunitária

A respeito da conscientização do policial, o Cel. VALLA, estudioso paranaense sobre as questões atinentes à Segurança Nacional, Segurança Pública e Polícia Militar, ao abordar a temática da deontologia, elencou, como umas das formas de o policial-militar ser ético, o senso comunitário. Seguramente, se o policial possuir entre seus valores maiores o senso comunitário, estará apto a desenvolver toda a filosofia proposta pela Polícia Comunitária:

A oitava idéia ética é a do senso COMUNITÁRIO. Por intermédio da própria Constituição, os próprios cidadãos deste País concederam ao governo o poder de constituir os serviços que irão beneficiar a comunidade. A Polícia Militar de um modo geral e os seus integrantes de modo particular devem reconhecer esta realidade, concedendo espaço e até uma certa parcela de poder à comunidade para participar na prestação dos serviços policiais, mediante a sua ajuda na definição dos problemas da área, na priorização destes problemas, podendo até chegar na alocação dos recursos, ou seja, formando parcerias com a polícia. Em outras palavras, é buscar formas responsáveis de cooperação entre as comunidades e as agências envolvidas na produção da ordem pública além das forças policiais. É, isto sim, perceber que a Corporação possui uma real dependência da comunidade. Também, nesta idéia, está encaixada a noção de patriotismo, revelada no amor e dedicação à Pátria, que deve nascer na família e prosperar no seio da própria comunidade e encorajada pela Instituição. Por isso, é um dever ético do policial-militar servir à comunidade, procurando no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública, promover sempre o bem-estar comum com abnegação e desprendimento pessoal, arriscando, se necessário, a própria vida. O trabalho desenvolvido pelo policial-militar, perante a comunidade, deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar e, como cidadão integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como o seu maior patrimônio. Enfim, não existem soluções para o melhor desempenho das polícias militares que não passem pela integração dos desejos, anseios e aspirações da comunidade por uma vida pacata, ordeira e repleta de bons significados relacionados à maneira de ser do homem. (VALLA, 2000, p. 139-140)

2.1.2. As relações Polícia - Comunidade

O Policiamento comunitário pode contribuir para reduzir tensões, superar estereótipos, ajustar falsas expectativas e promover uma atitude mais cooperativa

entre polícia e comunidade. A aproximação com a sociedade contribui para uma visão policial mais apurada do contexto social, fortalecendo a consciência para a diversidade cultural, fator crucial no relacionamento com as minorias.

Um aspecto problemático observado em vários programas é a tendência da polícia restringir os seus contatos a certos segmentos sociais, geralmente os mais prósperos, organizados e receptivos à aproximação policial.

2.1.3. As ações Policiais e as expectativas da comunidade

O desenvolvimento de novas fontes de informação e de canais com o público contribui para uma maior percepção policial dos problemas locais. Há, entretanto, questionamentos relativos aos métodos de diagnose adotados pela polícia. Influenciado pela percepção individual de cada policial, tal processo costuma favorecer os segmentos com maior capacidade de acesso à polícia. Outro aspecto problemático é que, na busca do apoio do público, a polícia tome decisões parciais ou submeta-se a pressões ilegítimas, atuando de forma imprópria ou ilegal perante segmentos sub-representados.

2.1.4. O Policial Militar e os Limites da lei

Já disse CONFÚCIO citado no livro *Polícia Comunitária – Polícia Cidadã para um Povo Cidadão* de BONDARUCK e SOUZA (2004, p.85) que – “Não corrigir faltas é o mesmo que cometer novos erros”. Assim, cada policial deve ter a lei como único

caminho, além de exigir que cada companheiro também a tenha como linha de atuação.

O Policial Militar é um representante da corporação na comunidade, logo, sua responsabilidade de agir de acordo com a lei aumenta cada vez mais no exercício de sua função.

Quando um Policial Militar comete qualquer ato que atente contra a dignidade humana, responde por sanções nas esferas administrativas, civil e penal. Apesar de o infrator ser individualmente responsabilizado, toda a corporação tem a sua imagem maculada diante da sociedade, e isso refletirá negativamente no trabalho dos outros milhares de companheiros (às vezes milhões como nos casos da “Favela Naval”, “Corumbiara”, “Eldorado do Carajás”, “Ônibus 174” e semelhantes”).

2.1.5. Polícia Comunitária – Responsabilidade de todos

O objetivo da Polícia Comunitária é fazer com que todos os órgãos envolvidos se reúnam periodicamente, sob coordenação central de uma liderança comunitária (associação de bairros, conselhos comunitários etc.) e juntos discutam sobre os diversos problemas existentes em uma comunidade e busquem as soluções. Esta forma de trabalho faz com que haja o envolvimento e o comprometimento de todos, para que o mais rápido seja solucionado o problema. A participação da comunidade é de vital importância, para que as reuniões aconteçam e que exijam a presença de representantes dos órgãos que compõem a Polícia Comunitária. Quando se fala em

polícia comunitária, devemos colocar em mente, que os interesses políticos, devem-se colocar de lado, prevalecendo sempre o bem estar da comunidade.

2.1.6. Policiamento Comunitário

O policiamento comunitário é uma atividade específica da polícia, compreendendo todas as ações policiais decorrentes desta estratégia, com destaque à Polícia Militar, quando na proteção do cidadão. Isto, porém, não faz com que sejam excluídas as atividades do policiamento tradicional realizadas normalmente pelo policial-militar. Aos enfoques da atuação tradicional são acrescentados procedimentos comunitários, visando adequar convenientemente o policial militar à nova filosofia.

Reforçando esta afirmação, também estabelece à doutrina (Diretriz Geral de Planejamento e Emprego na PMPR – Diretriz nº 004/2000-PM/3), que outros pressupostos básicos do emprego operacional dos efetivos da PMPR são a “Ênfase na Ação Preventiva” e a “Segurança Objetiva e Segurança Subjetiva”.

No primeiro caso, a idéia do emprego do policiamento comunitário fica reforçada quando se afirma que “o emprego das frações deve” obedecer a um criterioso planejamento, elaborados em bases realísticas e dados estatísticos confiáveis, que atente para as informações pertinentes à defesa pública e aos anseios e necessidades da comunidade, propiciando a aplicação de recursos humanos e materiais nos horários e locais de maior risco. O patrulhamento preventivo (proativo), executado com inteligência, decorrente de planejamento cuidadoso, com escolha de itinerários e locais de Ponto Base (PB) estabelecidos com critérios científicos pela análise das informações especiais e temporais, inibe a

oportunidade de delinquir, interrompendo o ciclo da violência. Se não for possível agir diretamente sobre a vontade do agente, a Polícia Militar deve restringir a oportunidade de ação do delinqüente, dando ênfase à ação preventiva. A presença ostensiva correta e vigilante do policial-militar nos locais de risco, a qualquer hora, inibe a ação do delinqüente. “A ação de presença da Polícia Militar reduz os riscos e estabelece um clima de confiança no seio da comunidade”.

No Estado do Paraná, a filosofia do policiamento comunitário está presente em dois projetos desenvolvidos pela Polícia Militar e que são baseados nessa nova “*filosofia de pensar e agir na proteção e socorro públicos*”: o Policiamento Ostensivo Volante (POVO) e a Patrulha Escolar Comunitária (PEC).

a) Uma nova visão

O policiamento comunitário implica numa drástica mudança em relação ao passado, no entanto seria um erro considerá-la como uma rejeição da missão tradicional de policiamento. O policiamento comunitário aproveita as virtudes básicas do policiamento tradicional ao apoiar fortemente os mandamentos básicos de policiamento, tais como as respostas rápidas para os casos de emergência, aplicação das leis existentes e a promoção da segurança pública.

O policiamento comunitário defende a idéia de que já é tempo de avançar para além do mero trabalho de mais rápido e pesado para um trabalho feito de maneira mais inteligente, através da resolução mais duradoura dos problemas comunitários. Em essência, o policiamento comunitário assimila o comprometimento do policiamento tradicional de estar de prontidão para apagar os incêndios, onde e

quando estes aparecerem, mas ele propõe um objetivo adicional, visado com a mesma ênfase, que é o de tentar prevenir os incêndios.

O policiamento comunitário reconhece que a polícia por si só não pode fazer o trabalho, em especial agora, quando trabalho em que é exigido é o de tentar reverter a espiral ascendente de violência e drogas que ameaça explodir dentro das comunidades que antigamente se consideravam imune a esse tipo de perigo. A polícia não só deve tentar obter o apoio, mas também a participação de toda a comunidade, e isto requerem um amplo comprometimento de toda a instituição policial e uma ampla estratégia da cidade, a fim de que ninguém seja ignorado na construção desta nova parceria entre as pessoas e a sua polícia.

b) O que o Policiamento Comunitário não é?

O policiamento comunitário não é uma tática, nem uma técnica, nem um programa. O policiamento Comunitário não é apenas relações públicas.

O policiamento comunitário não é anti-tecnologia; policiamento comunitário não é condescente com o crime; policiamento comunitário não é espalhafatoso e nem camisa 10.

O policiamento comunitário não é paternalista; policiamento comunitário não é uma modalidade ou uma ação especializada isolada dentro da instituição; policiamento comunitário não é uma perfumaria; policiamento comunitário não pode ser um enfoque de cima para baixo.

O policiamento comunitário não é uma fórmula mágica ou panacéia; policiamento comunitário não pode favorecer ricos e poderosos; policiamento

comunitário não é uma simples edificação; policiamento comunitário não pode ser considerado como um instrumento político-partidário, mas uma estratégia da corporação.

2.1.7. Polícia Reativa e Proativa

Segundo VANAGUNAS (2002), o policiamento para controle dos níveis de criminalidade em uma dada área, reduz-se a duas táticas principais, a reativa e a proativa.

a) Policiamento Reativo: nesse caso o policial apenas reage a uma solicitação realizada pelo cidadão, como por exemplo, uma chamada ao telefone 190 relatando a ocorrência de um determinado crime em uma dada área; ou a abertura de um inquérito policial para a prisão dos suspeitos de terem cometido o delito. (RICO e SALAS, 1992. P.99), “Essa tarefa implica fundamentalmente, após a prática de um delito, na investigação sobre o mesmo, na busca e prisão da pessoa suspeita e na coleta de provas suficientes para justificar posteriormente a ação penal”. Ou seja, o policiamento reativo é o que se denomina como repressão à criminalidade.

b) Policiamento proativo: “conjunto de ações que a polícia pode executar com um espírito de preservação e assistência, com o fim, por um lado, de evitar que determinadas pessoas caiam na delinquência e, por outro, que certas pessoas nela perseverem e, por outro lado, que certas pessoas se convertam em vítimas de algum delito”.

2.1.8. Responsabilidade Social

Responsabilidade Social são uma filosofia e uma prática empresarial voltadas para a viabilização de ações que levem a empresa ou instituição a comprometer-se com a comunidade em que se inserem. Isso significa respeitar seus funcionários, oferecendo-lhes um ambiente de trabalho favorável, propiciando-lhes treinamento, possibilidade de ascensão profissional e remuneração adequada, valorizando sempre a sua participação no processo de tomada de decisões.

Esta consciência passa a ser gradativamente assumida pelas empresas modernas e hoje já se constitui num indicador importante para os profissionais que buscam trabalho e para os consumidores que anseiam por produtos e serviços.

Uma empresa, que não é socialmente responsável, pelos critérios atuais (a vigilância do consumidor e do cidadão é cada vez mais intensa) jamais poderá ser considerada de excelência, ainda que fabrique produtos e preste serviço de qualidade. A sociedade questionará sempre, movida por esta nova consciência, a empresa que auferir altos lucros, mas agride o meio ambiente, porque estes dois fatos são incompatíveis e uma empresa líder não pode conviver com estas contradições.

A Polícia Militar por sua vez dentro do contexto, pela missão constitucional, tem uma grande responsabilidade perante a sociedade, tanto que todas as suas ações são voltadas em benefício da população.

A Patrulha Escolar, o Proerd (Programa educacional de resistência às Drogas e a Violência) e o Projeto POVO são exemplos de ações comunitárias executadas pela Polícia Militar com compromissos perante a sociedade.

A Polícia Militar, ainda, tem uma grande responsabilidade social, junto aos integrantes da Corporação, procurando proporcionar aos mesmos, melhores condições de trabalho e o bem-estar a seus familiares.

2.2. PRINCIPAIS AÇÕES COMUNITÁRIAS DO ESTADO

Quando se fala em comunidade, cabem aos órgãos públicos e outras entidades realizarem ações comunitárias que visam melhorar a qualidade de vida local. Este tópico tem como objetivo elencar algumas ações comunitárias desenvolvidas no Estado do Paraná. As ações realizadas fazem com que ocorra uma maior interação e aproximação da comunidade com os órgãos, tais como a Polícia, a Prefeitura, Escola, Poder Judiciário e outros.

2.2.1. Prefeitura Municipal de Curitiba

Na estrutura da Prefeitura Municipal de Curitiba, a Fundação de Ação Social – FAS é a gestora e a articuladora da Política de Assistência Social do Município.

O público alvo da FAS é a parcela da população de Curitiba socialmente vulnerável e em situação de risco.

Da criança ao idoso, a FAS exerce seu papel por meio de serviços. Conforme as proteções afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social, esses serviços

aparecem agrupados em dois eixos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

O aprimoramento da Gestão desenvolve as condições para as operações de gestão da política de assistência social.

O objetivo do FAS é desenvolver e implementar a política de assistência social considerando as potencialidades.

O Programa Resgate Social desenvolvido pelo FAS, atende toda a população que geralmente vivem nas ruas da cidade em condições de abandono, e que apresentam problemas de dependência alcoólica, drogados, desagregação familiar e outros problemas de ordem social e o trabalho realizado com estas pessoas visa a sua recuperação e o estímulo para o retorno a seus familiares, utilizando para tal os profissionais disponíveis na administração municipal.

2.2.2. Rede Globo e Sesi – Ação Global

Cidadania é uma palavra que se traduz em ações concretas. Em um conjunto de ações coordenadas que envolvem o indivíduo, as instituições e as empresas em uma complexa rede de relações sociais e econômicas. A Ação Global representa um mutirão de solidariedade que beneficia cerca de um milhão de pessoas por ano em 35 municípios localizados em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal. Sua principal característica é a concentração, em um só dia, de um grande número de serviços para a população desassistida.

Realizado pelo SESI em parceria com a Rede Globo de TV, o programa mobiliza mais de 37 mil voluntários, e cerca de duas mil empresas, organizações governamentais e não-governamentais favorecendo o exercício da responsabilidade social nas dimensões individual e coletiva. A soma de esforços envolvidos proporciona uma infra-estrutura operacional invejável ao evento. Além da estrutura da rede SESI em todo o território nacional, a Ação Global conta com a Rede Globo e suas afiliadas em todo o Brasil e com importantes parceiros governamentais e não-governamentais distribuídos pelo País. Graças a essa extraordinária rede de solidariedade, em 10 anos de existência, a Ação Global já desenvolveu atividades nas áreas de educação, saúde, esporte/lazer/cultura e responsabilidade social que modificaram a vida de mais de 34 milhões de brasileiros.

2.2.3. Projeto Amo Curitiba – Escolas Particulares

As escolas particulares possuem um potencial extraordinário, pois, na média, é elevado o padrão sócio-cultural dos pais e alunos. Este potencial, no entanto, é pouco utilizado na promoção da cidadania e da justiça social. Boa parte dos futuros líderes do país está hoje ocupando as carteiras das escolas privadas.

Por este motivo, as escolas particulares desenvolveram um projeto denominado Amo Curitiba; ações voluntárias, que tem por objetivo promover, divulgar e fortalecer ações voluntárias das escolas particulares, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população curitibana, proporcionando dignidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

O projeto Amo Curitiba - ações voluntárias é resultado da consulta a 1900 alunos de três escolas particulares. Participaram do trabalho mais de 170 pessoas, entre professores, coordenadores e diretores. O mérito está no fato de que é fruto não de uma pessoa ou de um grupo fechado, mas se caldeou na frágua dos anseios e da disposição de pré-adolescentes e adolescentes do Ensino Fundamental e Médio.

Antes da consulta aos alunos, foi feita uma prévia apresentação, mostrando uma Curitiba além dos nossos olhos, além da "torre de marfim" que muitas vezes se encastela:

a) Cerca de 200 mil pessoas vivem nas favelas de Curitiba. São 122 favelas, o que corresponde à quinta cidade do Brasil (IBGE).

b) A boa gestão de diversos prefeitos fez com que Curitiba merecesse os epítetos de cidade ecológica, primeira cidade de qualidade de vida, cidade da eficácia do transporte coletivo, etc. No entanto, Curitiba é hoje uma megacidade, constituída de um centro pujante, alguns bairros de classe média e alta, porém envoltos por um cinturão de miséria. Existem favelas em 42 bairros de Curitiba.

c) Nos últimos 10 anos a taxa de crescimento da periferia de 50 megacidades do Brasil (entre elas Curitiba) foi de 30% contra 5% da população mais rica. O índice de homicídios saltou de 30 para 150 por 100.000 habitantes (padrão colombiano). O crescimento é desordenado e ocorre em velocidade superior à capacidade das autoridades de contê-lo. (Revista Veja de 24/01/01).

d) A cidade de Curitiba detém muitos índices positivos e que foram repassados aos alunos, pois não há motivo para se criar uma imagem catastrofista. No entanto, quase metade (45,5%) da população já foi vítima de assalto (Gazeta do Povo de 11/03/01). O Paraná é o quinto Estado no ranking de automóveis roubados. O Brasil já é recordista mundial em blindagem de automóveis: Cinco mil por ano.

e) Aos alunos foram apresentados diversos serviços e programas comunitários, uma vez que impera na cabeça de muitos que os problemas sociais constituem uma incumbência do Poder Público. A bem da verdade, este não consegue atender a tanta demanda, e os recursos são limitados.

f) É emblemático que 2001, primeiro ano do século e do milênio, tenha sido eleito pela ONU como Ano Internacional do Voluntário. Há uma mudança cultural em relação às ações voluntárias - mais responsáveis e menos paternalistas - sendo enormes as perspectivas de crescimento para os próximos anos. Ademais é louvável a sua valorização aos candidatos a emprego em diversas empresas.

g) Enfatizou-se aos alunos que o presente projeto não possui vínculo a nenhum partido ou credo. No entanto, todas as religiões apresentam em sua doutrina o comprometimento em ações sociais. Uma boa parte dos jovens encontra na religião a principal motivação para solidariedade: você leva aquilo que dá.

h) O Brasil não é um país pobre, antes de tudo é um país injusto.

i) É um grande erro não fazer nada, quando se pode fazer pouco, ao não se poder fazer tudo.

Depois de terem sido mostrados esses relevantes fatos aos 1900 alunos, foram aplicados à consulta. Assim, os alunos receberam um papel com uma logomarca: um ser humano estilizado com coração inflado pelas ações voluntárias. Este símbolo foi criado especialmente para esse projeto, sendo uma cortesia de um conceituado publicitário. É inquestionável que a palavra CURITIBA tem um forte apelo junto aos jovens, daí a necessidade de fazê-la presente na campanha.

Quanto ao desejo dos 1900 jovens consultados de participar ou não do projeto “Amo Curitiba ações voluntárias”, obteve-se aproximadamente as seguintes respostas: 8% já participam de ações comunitárias com doações ou com seu tempo; 71% gostariam de participar (mas boa parte não sabe como); 11% disseram não dispor de tempo ou têm outras prioridades; 5% manifestaram-se com descrédito, pilhéria ou humor; 5% não responderam.

Assim, dispõe-se de um acervo precioso quanto à disposição dos adolescentes em participar de ações voluntárias. É evidente que na prática nem tudo são rosas, pois entre o aluno se manifestar e praticar há, no meio, um mar.

É atribuição dos pais e educadores fazer com que os jovens do 2.º e 3.º grupos, que são a maioria, subam para o 1.º grupo. Ou teremos que conviver com uma geração hedonista e alheia aos problemas sociais.

2.2.4. Projovem

O Projovem tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma associação entre: elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional com certificação de formação inicial; e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Além disso, o Programa contribui especificamente para a re-inserção do jovem na escola, a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação, a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e a inclusão digital como instrumento de trabalho e comunicação. O programa assume ao mesmo tempo um caráter emergencial - pois atende a um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio - e caráter experimental, no curso de formação, ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico. O Projovem atende aos jovens de 18 a 24 anos, sem emprego com carteira assinada e que estudaram até a 4ª série do ensino fundamental, mas não concluíram a oitava série.

2.2.5. Pastoral da Criança

Graças ao trabalho solidário de mais de 145 mil voluntários, a Pastoral da Criança conseguiu reduzir a mortalidade infantil a menos da metade da média nacional entre as crianças por ela acompanhadas em todo o Brasil. Segundo o Unicef, a taxa de mortalidade infantil no Brasil em 1999 foi de 34,6 mortes para cada

mil crianças nascidas vivas. Entre as centenas de milhares de crianças da Pastoral esta taxa é inferior a 17 mortes para cada mil nascidas vivas. Se for tomado o número de mortes para cada grupo de mil crianças menores de um ano acompanhadas pela entidade, esta taxa fica abaixo de 12 óbitos. Isto tudo significa que, por ano, cerca de cinco mil crianças deixam de morrer no Brasil, graças ao trabalho da Pastoral da Criança.

A desnutrição entre as crianças da Pastoral também foi reduzida a menos da metade. Entre as mais de 1,5 milhões de crianças acompanhadas, apenas 7% encontram-se desnutridas, enquanto a média nacional de desnutrição é de 16%.

É preciso levar em conta ainda que a Pastoral da Criança atua exclusivamente em bolsões de pobreza e miséria, onde tanto a mortalidade quanto a desnutrição infantil estão acima da média nacional.

A Pastoral da Criança é apontada como uma das mais importantes organizações em todo o mundo a trabalhar nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de vida, e de prevenção da violência no ambiente familiar, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades.

Essa história começou em 1982, numa reunião da ONU em Genebra, quando o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo de São Paulo, se encontrou com Mr. James Grant, Diretor Executivo do Unicef na época. Este o convenceu de que a igreja poderia ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que morriam de

doenças facilmente previsíveis como, por exemplo, a desidratação causada pela diarreia. O soro oral era considerado um dos maiores avanços da medicina na época. Voltando ao Brasil, Dom Paulo contatou sua irmã, a médica pediatra e sanitarista Dra. Zilda Arns Neumann, pedindo-lhe que pensasse de que maneira se poderia concretizar essa idéia.

No ano seguinte, a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - confiava a tarefa de criação e desenvolvimento da Pastoral da Criança à Dra. Zilda Arns Neumann e a Dom Geraldo Majella Agnelo, então arcebispo de Londrina, Paraná, depois Secretário da Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos da Santa Sé, no Vaticano, e agora Arcebispo Primaz de Salvador, Bahia.

Em setembro de 1983, a Pastoral da Criança iniciava suas atividades no município de Florestópolis, no Estado do Paraná, desenvolvendo uma metodologia própria que une a fé com a vida, tendo como centro a criança em seu contexto familiar e comunitário. É uma metodologia que multiplica conhecimentos e amplia os laços de solidariedade, fortalecendo a rede de voluntários que promove o autodesenvolvimento dos pobres, visando sua própria libertação.

2.2.6. J. Malucelli Inclusão Social

O Centro de inclusão Social da J. Malucelli Futebol S/A nasceu em 2005, sendo conhecido como Projeto Social Futebol Cidadão. É uma entidade civil, sem

fins lucrativos, que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento da prática esportiva gratuita e outras atividades para crianças, como forma de inserção social, gerando oportunidades e preparando os jovens e carentes para o futuro.

Vale lembrar que o projeto, dentro de suas atividades, desenvolve acompanhamento escolar e familiar, além de oferecer aulas de informática, reforço escolar e atendimento odontológico, atendendo crianças e adolescentes carentes de 12 a 17 anos de idade.

2.3. AÇÕES COMUNITÁRIAS DA PMPR

Dentro das ações do Governo do Estado do Paraná, algumas através de parcerias com outros órgãos, a seguir serão feitas considerações sobre algumas destas ações comunitárias desenvolvidas dentro da Polícia Militar do Paraná, tais como: Bombeiro Comunitário, Patrulha Escolar Comunitária, Proerd, Programa Formando Cidadão/Cidadã e Projeto POVO.

2.3.1. Bombeiro Comunitário

Idealizado no atual Governo o projeto Bombeiro Comunitário – criado no ano de 2005 é uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná e municípios com população superior a 15000 habitantes e que tenham interesse em contar em seu município com uma equipe preparada para atender ocorrências afetas à área de socorro público, como por exemplos em incêndios e as calamidades públicas,

sempre com uma equipe de primeiro combate. O que se pretende com esse projeto é atender um antigo anseio da maioria dos municípios do estado, ou seja, vir a ter uma entidade que possa fazer frente às calamidades, infelizmente tão comuns aos centros de adensamento urbano, de maior ou menor intensidade, sem no entanto aumentar demasiadamente o quadro de funcional do Corpo de Bombeiros profissional do estado.

Desta forma compete ao Estado, disponibilizar para os municípios interessados a Viatura de Combate a incêndios com tanque de água com capacidade de 5000 litros e equipamentos básicos de combate á incêndios, rádio, treinamento e qualificação periódica, além de acompanhamento permanente das atividades. Ainda nesse campo, o Estado proverá o financiamento de um Posto de Bombeiro Comunitário (PBC) no valor aproximando de R\$ 150.000,00, sendo 20% a fundo perdido e 80% financiado pelo Projeto Paraná Urbano II.

A principal premissa do projeto compreende a utilização dos Bombeiros profissionais e agentes de defesa civil, onde aqueles atuarão na formação, coordenação e fiscalização do projeto e estes serão diretamente aplicados nas ações de combate a incêndios e defesos civil dos municípios.

Primeiramente serão abrangidos os municípios desprovidos de unidades do Corpo de Bombeiros, sendo que a título de experiência serão implantadas unidades nos municípios de Pitanga, Prudentópolis, Campina Grande do Sul e Lapa.

2.3.2. Patrulha Escolar Comunitária

Repetindo e reforçando as considerações anteriores sobre o Projeto POVO, o

Policiamento Escolar, citado doutrinariamente como “orientação particular para o planejamento e execução de atividades operacionais” (Diretriz nº 004/2000 – PM/3), executando na forma de Patrulha Escolar Comunitária, também nada mais é que a basilar atividade de “policiamento ostensivo” em “ação de presença” que deve atuar precipuamente preventivamente. A prevenção se dá pela observação da filosofia de Polícia Comunitária, ou seja, pela aproximação da escola e do seu ambiente, ampliando a segurança no local e em seu entorno; pelo esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho policial, pelo assessoramento à escola quanto à segurança; e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

2.3.3. Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - Proerd

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, consiste em uma das ações que compõe as políticas públicas estaduais de segurança pública, de educação, saúde e de construção de cidadania, através da ação de prevenção às drogas e a violência.

Como atividade educativa de prevenção primária, foi implantada a partir do 2º semestre letivo de 2000 pela Polícia Militar do Paraná, e é aplicado nas 4ª e 6ª séries do ensino fundamental em escolas públicas e particulares de ensino. O Programa conta ainda com o curso de pais, destinado aos pais ou responsáveis, professores e profissionais de diversas áreas de educação.

O Proerd é baseado originalmente no Programa Norte Americano denominado Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E, criado nos Estados Unidos do Brasil no ano de 1983, tendo passado por intensa adaptação à realidade brasileira e

contextualizado na sociedade paranaense para as comunidades estudantis onde é aplicado por policiais militares que são denominados de educadores do Proerd.

No Paraná, com a finalização do segundo semestre de 2006, possui aproximadamente 650 mil alunos formados no Programa que são os protagonistas de ações de educação preventiva e da cultura da paz, no esforço cooperativo entre as famílias, escola, comunidade e Polícia Militar do Paraná.

2.3.4. Programa Formando Cidadão/Cidadã

Órgão Executor – Prefeitura Municipal de Curitiba; Parceria – Polícia Militar do Paraná.

O Programa Formando Cidadão é destinado a Adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, com ou sem vínculo familiar que desenvolvem atividades geradoras na renda na rua, no município de Curitiba.

Este Programa promove o contato de adolescentes em situação de risco com a sociedade, objetivando benefícios concretos de sensibilização à comunidade e em especial aos próprios adolescentes que acabam por aprender regras de conduta e convivência passando a valorizar a educação e o trabalho como instrumentos de sobrevivência e dignidade resgatando o vínculo familiar possibilitando-lhes usufruir um espaço educativo conforme preconiza o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetiva primordialmente o ingresso e a permanência dos adolescentes na Escola. São ofertadas mensalmente uma cesta básica ou bolsa auxílio, oportunizadas através das parcerias. Em contrapartida a família deverá

comprometer-se em cumprir com as atribuições de sua competência, apontadas pelo Programa como se responsabilizar pelo cuidado e encaminhamento de seus filhos, trabalho e sustento da família.

Dentro do município de Curitiba, pela Polícia Militar, o programa está sendo desenvolvido no Regimento de Polícia Montado e 13º Batalhão de Polícia Militar.

2.3.5. Projeto POVO

É o tipo de policiamento ostensivo geral, nos processos a pé e motorizado, nas modalidades de patrulhamento e permanência, de circunstância ordinária, urbano, diuturno, desdobrado no terreno, com limites de responsabilidade territorial e geográfica perfeitamente definida, desenvolvidos junto à comunidade para interação e integração, com a filosofia de Polícia Comunitária.

2.4. PAPEL DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP

Como órgão de âmbito nacional, criado em 1998, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da Política Nacional de Segurança Pública e em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública por meio das seguintes ações: apoiar a modernização do aparelho policial do país; ampliar o sistema nacional de informações junto à segurança pública – INFOSEG; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a

capacitação dos profissionais da área da segurança pública e realizar estudos e pesquisas e consolidar estatísticas nacionais de crimes.

Desde o ano de 2004, a SENASP se orienta por um Plano Plurianual - PPA que envolve ações necessárias para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP. Entre as ações está a Implantação de Projetos de Prevenção da Violência, e dentre deste projeto está se estimulando à Política Nacional de Polícia Comunitária e Segurança Comunitária por meio da implementação de projetos e divulgação de experiências existentes em todo o país.

2.4.1. Ações Estruturais para implantação do SUSP

a) Política Nacional de Polícia Comunitária

O trabalho começou em 2005 com a realização do I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã. Profissionais e estudiosos debateram com um público superior a 500 pessoas sobre o tema de Polícia Comunitária na América Latina. Estavam presentes representações de mais de 10 países que expuseram suas experiência na implantação de uma Polícia Cidadã. A partir desse evento, iniciou-se o levantamento de experiência nacionais para subsidiar a elaboração da Matriz Nacional dos Programas de Polícia Comunitária, alinhada com as matrizes curriculares nacionais para a formação dos profissionais estaduais de segurança pública e também dos profissionais das guardas municipais. Outra ação estratégica foi à realização do Concurso de Polícia Comunitária em 2005, cujos objetivos foram o reconhecimento do êxito de programas de polícia Comunitária implementados em

qualquer Unidade da Federação do país e a divulgação das experiências bem sucedidas.

b) Resultados Alcançados

Até o final de 2005, encontrava-se em etapa final de elaboração a Matriz Nacional dos programas de Polícia Comunitária. Foi realizado também um Concurso de Polícia Comunitária e dos 27 programas cadastrados, 03 foram premiados.

2.5. ORIGEM DA POLÍCIA COMUNITÁRIA

A Polícia Comunitária é uma atividade que vem sendo desenvolvida em diversos países do mundo, quer pelas suas características principais que é a de interação com os diversos segmentos da sociedade, buscando sempre a busca de solução em conjuntos dos problemas levantados em determinado local. No Brasil também não é diferente, as experiências internacionais, tem sido positiva, para implantação e desenvolvimento em diversos estados brasileiros. A seguir, será observada, a experiência em alguns países, bem como alguns estados brasileiros, que estão em atividade ou fase instalação da Policia Comunitária.

2.5.1. No Mundo

Em diversos países, o policiamento comunitário destaca-se como um das principais novidades no âmbito da prevenção criminal. O modelo propõe uma profunda reavaliação da função policial, tendo em vista a construção de um

relacionamento sólido e cooperativo entre polícia e sociedade. A partir da experiência norte americana, este trabalho analisa as principais inovações do modelo e os seus reflexos na viabilização de um controle mais efetivo sobre a atividade policial. Controle não somente em termos de redução dos níveis de abusos, mas também de uma participação mais ativa da sociedade civil nos processos relacionados à função policial.

a) Japão

Desenvolve um dos processos mais antigos de policiamento comunitário no mundo (criado em 1.879), montado numa ampla rede de postos policiais, num total de 15.000 em todo o país, denominado KOBANS e CHUSAICHOS.

O Chusaichos (postos policiais onde o policial reside) que se localizam normalmente nos bairros residenciais de baixo índice de criminalidade, onde o policial trabalha com a participação da família. Realiza rondas comunitárias em diversos horários e quando não está presente no posto, o registro das ocorrências é feito por sua esposa, que recebe treinamento e ajuda de custo para tal missão, sem prejuízo de seus afazeres domésticos. As despesas com energia, luz e água ficam por conta da prefeitura local. Os postos estão equipados com rádio, telefone, fax e computador. Afirma que existem cerca de 8500 postos em todo o Japão.

Os Kobans (postos policiais convencionais) que se localizam normalmente nos locais de fluxo de pessoas, como zonas comerciais, turísticas e de serviços. Trabalham com equipes compostas de 03 a 04 policiais, durante 24 horas do dia.

Afirma que há cerca de 6500 Kobans em todo o país. A manutenção é de responsabilidade da Prefeitura local.

b) Estados Unidos da América

O maior destaque americano é o programa desenvolvido na cidade de Nova Iorque. No início dos anos 90, Lee P. Brown, Chefe de polícia daquela Cidade, encontrou dois problemas sérios na polícia: o alto índice de criminalidade e a pesada burocracia do departamento. Iniciou um processo de profunda mudança em que os conceitos do policiamento tradicional seriam substituídos por processos modernos e mais próximos da comunidade.

Adotando medidas estruturais, operacionais e de marketing, o conceito da polícia mudou consideravelmente. Isto tudo associado a um amplo programa de governo que integrava todos os órgãos públicos.

Um dos pontos importantes do programa era a "Tolerância Zero", que coibia todos os tipos de crimes e infrações às normas sociais. Willian Bratton, um dos Chefes de Polícia da época, afirmou: o combate à violência e ao crime não é apenas uma questão de orçamento ou de número de policiais, mas uma questão de atitude. E este processo se inicia na essência da atividade policial: a proximidade com a comunidade a que serve (CARVALHO, 1998, P 49-51).

c) França

Na França a concepção de interação comunitária parte da chamada polícia de proximidade, implementada a partir do ano de 1.989.

Esse modelo é uma nova doutrina de uso de forças territoriais, ou mais do que isso, uma estratégia global de ação. Foram criados conselhos em prol de políticas de segurança, que ficam mais aproximados dos cidadãos focado na prevenção, parceria

e isolamento ou congelamento das áreas de risco é mais um elemento da Polícia no combate ao crime.

d) Canadá

O Policiamento Comunitário no Canadá tem sido considerado um dos melhores do mundo, tem servido de referência para muitos países entre eles o Brasil, tendo muito do estilo de policiamento canadense, incluído na doutrina que tem sido repassada pela Secretaria Nacional da Segurança Pública, através dos Cursos de polícia Comunitária promovidos por todo Brasil.

Na busca para a solução de problemas da comunidade, a polícia canadense utiliza o sistema CAPRA, que tem se mostrado muito eficiente, podendo ser usado para a solução de qualquer tipo de dificuldade enfrentada pelo policiamento ou pela comunidade.

d.1) Capra

O método CAPRA – problem solving model (Royal Canadian Mounted Police – RCMP) – de solução de problemas, busca envolver polícia e comunidade na solução de problemas comuns e segue o seguinte roteiro, donde vem a sigla do método: Clientes; Análise; Parcerias; Resposta; Avaliação.

e) Espanha

A Polícia da Guardiã Urbana de Barcelona está em fase de implantação gradativa no que se refere a Polícia Comunitária.

O processo já dura cinco anos, com a permanência da estrutura básica e usual, com a implantação da polícia comunitária, de forma gradual.

Na concepção da Polícia espanhola, somente sobreviverá o organismo policial, que atender os seguintes fatores:

Muito integrado com a comunidade que serve; Preocupado com a gestão social; Adaptado aos anseios da comunidade e sensível as suas reclamações; Trabalhando com recursos materiais limitados; Preponderância da prevenção sobre a repressão; Preocupado com os valores internos e com o marketing externo; Motivado e dinâmico nas suas relações.

f) Austrália

As forças policiais australianas desenvolveram o policiamento comunitário principalmente nas áreas de prevenção do crime baseada na comunidade e na ampliação do serviço policial para uma clientela especial. A vigilância de bairro está se expandindo rapidamente, embora ainda seja um programa novo e experimental em vários estados.

O policiamento comunitário, entretanto, quase não tocou nas operações tradicionais. Houve apenas mínimas transferências do pessoal do patrulhamento ou reorientação de suas atividades. De modo geral, o policiamento comunitário continua sendo uma atividade especializada restrita, mas crescente, devido ao aumento das unidades de prevenção do crime nos quartéis dos estados.

g) Noruega

Baseada em dez princípios que se seguem:

A Polícia deve refletir os ideais da sociedade; A Polícia deve ter um perfil civil; As forças policiais devem ser integradas; A Polícia deve ser descentralizada; O Policial deveria ser um profissional com aptidões gerais – uma pessoa competente em várias atividades diferentes; A Polícia deve funcionar inter-relacionada com o público; A Polícia deve ser uma parte integrante da comunidade local; Deve haver um recrutamento amplo para a Polícia; A Polícia deve decidir a prioridade de suas diferentes tarefas e dar ênfase à atividade preventiva; A Polícia deve ser submetida a um controle eficiente exercido pela sociedade.

h) Suécia

A Comissão Governamental de Polícia considera as relações positivas entre a Polícia e o Público “um elemento vital no sucesso do trabalho policial”. A Comissão registra na Suécia 600 policiais locais e de área – o que perfaz cerca de 7% do total de policiais – e entende que esses números devem ser consideravelmente aumentados no futuro. Na realidade é muito difícil aumentar o número desses “Chefes de Ronda Policial Residencial”, como são denominados para diferenciá-los das patrulhas motorizadas.

2.5.2. No Brasil

Como diversos países do mundo, no Brasil a filosofia de polícia comunitária tem sido adotada como medida para a redução da criminalidade através da

prevenção da criminalidade. E esta filosofia tem sido adotada por diversos Estados do Brasil, obedecendo às características necessárias de cada Estado para a sua implantação.

a) São Paulo

Em 30 de setembro de 1997 a Polícia Militar do Estado de São Paulo adotou experimentalmente a filosofia do policiamento comunitário, definindo como “filosofia e estratégia da organização que proporciona a parceria entre a população e a polícia”.

Atuando dentro de um território específico e voltado também para os aspectos preventivos do crime, a experiência tem implicado numa parceria entre polícia, comunidade local, autoridades eleitas e empresárias locais, entre outros grupos. Inicialmente, foram instaladas 42 bases comunitárias de segurança, 11 na capital e 31 no interior do estado. Cerca de 16.000 oficiais e praças já passaram por cursos multiplicadores ou estágios de polícia Comunitária e a proposta era de ampliar o projeto para mais 44 companhias.

O encaminhamento de um programa de policiamento comunitário começou a ser marcado pelas iniciativas políticas de alguns Governadores, que buscavam sistematizar a aproximação dos órgãos policiais da comunidade. Um momento marcante foi a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), em 1985, durante o Governo de Franco Montoro, através do Decreto nº. 23455/85. Esses Conselhos se transformaram e são a essência Paulista da participação comunitária. Existindo mais de 1.000 CONSEG, localizados nos 645 municípios

Paulistas, são o principal elo da comunidade com as polícias Estaduais. Neste ano, suas atividades foram regulamentadas.

b) Rio Grande do Sul

O policiamento comunitário passou por duas fases, a primeira caracterizou-se pela escolha e preparação dos policiais que executariam esta atividade.

A escolha deu-se entre aqueles que já vinham desenvolvendo um trabalho integrado com a comunidade e voluntários que manifestaram interesse.

Os policiais receberam instrução sobre as atividades desenvolvidas pelo policial comunitário.

Apesar das dificuldades enfrentadas, até mesmo pela falta de experiência dos policiais, no período de um ano, obteve-se um grande avanço na aproximação do policial com a comunidade.

A segunda fase consistiu pela conscientização e esclarecimento ao público interno e externo, pela divulgação através de palestras, jornais comunitários, panfletos e semelhantes.

Nesta fase buscou-se através dos Oficiais e Sargentos engajados no programa, uma maior aproximação com a comunidade local, através da participação individual e coletiva, agilizando o encaminhamento de soluções para os problemas que a afetam.

c) Maranhão

O governo do Estado do Maranhão está implementando o Programa de Implantação do Policiamento Comunitário na Polícia Militar do Maranhão, estabelecendo ações e estratégias conforme segue abaixo:

Disseminar através de ensino e instrução, a Doutrina de Polícia Comunitária; Priorizar as necessidades de ensino e instrução, como formação, reciclagem, treinamento e qualificação para todos os policiais militares sobre a filosofia do policiamento comunitário; Disponibilizar os recursos humanos, financeiros e materiais para implantação do serviço comunitário; Dar apoio aos projetos pilotos de polícia comunitária; Ampliar a interação da Polícia Militar com a comunidade; Instituir comissão de estudos para coordenar, monitorar, controlar e implementar o policiamento comunitário em todo o Estado; Estabelecer conexão entre o policiamento comunitário e programas governamentais e não governamentais voltados para a redução dos problemas da comunidade que tem impacto de segurança pública; Buscar constante apoio político e profissional; Estabelecer o monitoramento e uma avaliação sistemática e rigorosa do policiamento comunitário.

d) Espírito Santo

Nesse estado a concepção de se efetuar policiamento é a da polícia cidadã, com o espírito de interagir com a comunidade, através de cooperação mútua na solução dos problemas.

O município de Guaçuí foi o pioneiro da interação, com o projeto “A PM rumo ao terceiro milênio”. Baseado no sucesso dos resultados obtidos na redução da criminalidade, o projeto está sendo desenvolvido nas demais cidades do estado.

e) Rio de Janeiro

Em 1995 foi implantado um sistema de Policiamento Comunitário, no bairro de Copacabana, onde foram treinados em cursos e estágios 60 Policiais Militares. Cinco semanas após, passaram a atuar e como os resultados foram positivos, propiciou-se que outros bairros fossem beneficiados com o Policiamento Comunitário.

Infelizmente o projeto piloto posteriormente fracassou, e novas investidas foram feitas com a idéia de Batalhão Comunitário, onde policiais seriam recrutados nas próprias “favelas”, o Rio de Janeiro tem 600. O avanço do crime organizado e terrorismo têm transformado a polícia carioca em alvo, têm atacado bases comunitárias, e policiais em patrulhamento, o policiamento comunitário e a própria polícia passam por um momento delicado no Rio de Janeiro.

2.5.3. No Paraná

Este Estado por ser o objeto do presente estudo, será feito um breve histórico mostrando as ações e projetos de governo na evolução do sistema de policiamento utilizado para prevenção e repressão no combate a criminalidade.

a) Rádio Patrulha

A Radiopatrulha foi criada em 24 de junho de 1968, pelo decreto-governamental nº 5797 e a partir de 10 de agosto de 1970, entrou em funcionamento. A Radiopatrulha se caracteriza pelo trinômio – Viatura, efetivo e uma Central de Operações e através de um cartão-programa, realizava patrulhamentos, paradas em locais estratégicos, e ficava a disposição da Central de Operações (COPOM) para o atendimento de ocorrências policiais. Este tipo de policiamento também caracterizava pelo contato do Policial Militar com a comunidade, porém com menores proporções da filosofia de trabalho aplicada nos dias atuais.

b) Sistema Modular

Como pré-requisito de aprovação no CAO/2 - 1995, no Centro de Estudos Superiores da PMESP o Cap. QOPM Geraldo Luiz Matke, laborou em monografia, onde faz uma pormenorizada descrição do SMPU.

O módulo é composto:

- a) um posto modular equipado;
- b) a guarnição do módulo;
- c) a área de cobertura do módulo; e
- d) a instrução especial do policial.

O Módulo Policial Urbano, quando isolado, é a menor fração de emprego tático integral do sistema Modular.

Um Módulo desenvolve um serviço de patrulha do tipo urbano com base no policiamento a pé apoiado e complementado pelo policiamento motorizado. Um

pelotão policial militar convencional reforçado tem capacidade para acionar um Módulo de Policiamento Urbano.

Os módulos podem se reunir por integração e associação. Na integração o módulo se vincula a um comando superior, sem alterar a estrutura de comando das guarnições do módulo. Na associação, os módulos têm alterado a estrutura de comando das guarnições, estendendo o trabalho cooperativo ao uso de instalações e equipamentos comuns, derivando-se daí o maior controle e operacionalidade das guarnições. É feita a partir do quarto módulo.

Quatro módulos na área territorial da mesma OPM, acrescidos de um comando, completam uma companhia do Sistema Modular, que pode ser acionada por uma companhia convencional reforçada.

Dezesseis módulos na área territorial da mesma OPM, acrescido de um comando, completam um Batalhão do Sistema Modular, que pode ser acionado por um Batalhão convencional reforçado.

A característica principal do SMPU é a aplicação sistematizada no terreno da estrutura tipicamente militar da PMPR, sob critérios de trabalho racional e técnicas de administração moderna no relacionamento do homem com a organização, com seu grupo de trabalho e com o público em geral.

No final da década de 1970, foi criado o Sistema Modular de Policiamento Urbano (SMPU). Foi a primeira experiência de Polícia Comunitária no Brasil, criada no Paraná. Baseava-se na distribuição de recursos humanos e materiais para melhor prestação de serviço à comunidade, procurando descentralizar o serviço policial, através do Posto Policial, caracterizado por uma instalação física, localizada em

pontos estratégicos nos bairros, locais estes onde permaneciam os Policiais Militares daquela área, incumbidos de identificar os problemas dos moradores, na tentativa de aproximar cada vez mais o policial militar da comunidade e minimizar os problemas no campo da segurança pública.

c) Patrulha Escolar Comunitária – PEC

A PEC surgiu no ano de 1994 (incrementada posteriormente em 1997) por meio do Projeto Galha Azul, no qual a Polícia Militar do Paraná, sensível ao problema da educação e consciente da sua responsabilidade para com a comunidade, buscou minimizar o problema da violência nas escolas, implementando para tanto, uma ação direcionada especificamente para a segurança das escolas da rede estadual e municipal de ensino com o objetivo de reduzir ao máximo qualquer comportamento ou atividade que colocasse em risco o bem-estar e a segurança das crianças e dos adolescentes.

A ação de polícia ostensiva preconizada pelo projeto Galha Azul era desenvolvida por duplas de Policiais-Militares-Femininas que realizavam suas atividades por meio do “patrulhamento motorizado” e de “permanência” em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino da Capital, complementando com visitas programadas a eles, com a finalidade de ampliar a sensação de segurança e a proteção às crianças e aos adolescentes que freqüentavam nossas escolas.

O projeto “Patrulha Escolar” cada vez mais ganhou força e passou a ser muito mais que um projeto institucional, pois também foi reciclado, melhorado e melhor

estruturado para realmente estar dentro da filosofia e das estratégias do policiamento comunitário, tanto que é que ganhou uma 3ª fase com status e estrutura de projeto de Governo do Estado.

O Projeto “Patrulha Escolar Comunitária” está dividido em cinco etapas, a saber:

Avaliação das instalações do estabelecimento quanto à segurança que estas proporcionam ou não, com sugestões de aprimoramento e adaptações, com a emissão de “laudo de segurança” para instruir solicitações de recursos oficiais para reparos e adaptações; Coleta de informações na comunidade escolar para formação de diagnósticos e para o estabelecimento de metas a curto, médio e longos prazos (identificar problemas comuns, buscar soluções, refletir sobre os papéis de cada segmento e obter compromissos em cada segmento social); Concretização das idéias, tomada de providências e mudanças nos procedimentos (administração e comunidade escolar); Palestras à comunidade escolar (para alunos, pais, professores e funcionários); e Elaboração do Plano de Segurança.

2.6. ASPECTOS CONCEITUAIS EM RELAÇÃO À AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

Torna-se necessário a conceituação de alguns aspectos relacionados à Avaliação e Desempenho, tendo em vista, ser praticamente um dos objetivos do nosso trabalho, para que após a análise dos resultados, possamos elaborar as propostas indispensáveis para melhoria das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, com relação a Polícia Comunitária.

2.6.1. Avaliação

Atividade que envolve a determinação técnica do valor quantitativo, qualitativo, ou monetário de um bem, ou de seus rendimentos, gravames, frutos, direitos, seguros, ou de um empreendimento, para uma data e um lugar determinado.

Ato de avaliar; apreciação; estimativa.

2.6.2. Desempenho

Resultados obtidos dos principais indicadores de processos e de produtos que permitem avaliá-los e compará-los em relação às metas, aos padrões, aos referenciais pertinentes e a outros processos e produtos. Mais comumente, os resultados expressam satisfação, insatisfação, eficiência e eficácia e podem ser apresentados em termos financeiros ou não.

Ato ou efeito de desempenhar, representação, exercício, execução.

2.6.3. Avaliação e Desempenho

Avaliação de desempenho é um método que visa, continuamente, estabelecer um contrato com os funcionários referente aos resultados desejados pela organização, acompanhar os desafios propostos, corrigindo os rumos, quando necessário, e avaliar os resultados conseguidos. É o sopro da vida da organização, e sem a sua existência o planejamento ou as estratégias da organização não farão o menor sentido. O processo de avaliação consiste na definição dos resultados

esperados, tendo como palco o planejamento estratégico ou as estratégias da organização, o acompanhamento diário do progresso, a solução contínua dos problemas que ocorrem e a revisão final dos resultados conquistados, para elaboração das propostas futuras. A avaliação de desempenho é sem dúvida, a função primordial dos líderes das organizações.

Antes de atacar a questão de como melhor avaliar o desempenho do policial comunitário é importante discutir alguns dos motivos pelos quais são feitas avaliações de desempenho. Na verdade, muitos funcionários ressentem ou ridicularizam esta iniciativa, como sendo uma perda de tempo. Outros acham que os administradores documentam o desempenho apenas para evitar contestações ou para defender suas decisões numa possível causa trabalhista, quando alguém for demitido.

É verdade que avaliações de desempenho bem feitas fornecem ao departamento a documentação necessária para justificar demissões. No entanto, a finalidade básica é proporcionar ao empregado uma resposta honesta à pergunta: "Como estou indo"?

O problema é que muitas avaliações de desempenho não conseguem atingir mesmo essas metas básicas. Muito frequentemente, as avaliações formais supervalorizam aqueles que jogam o jogo produzindo apenas números. De fato, um número excessivo de avaliações de desempenho penaliza aqueles que inovam. Como observou um ex-policial, os policiais que se limita a comparecer pontualmente e vestir-se com asseio, podem pontuar melhor do que o policial criativo disposto a assumir riscos. O processo de avaliação na maioria dos departamentos policiais tem

“aversão ao risco” – “basta que não chegue aos nossos ouvidos nenhuma novidade ruim ou embaraçosa sobre você, e sua pontuação será boa”. Os vencedores são aqueles que melhor jogam o jogo do “trivial”.

Este tipo de processo de avaliação de desempenho inibe a criatividade e emperra o moral. É verdade que é mais fácil elaborar uma avaliação de desempenho que meça e recompense a velocidade e a afobação do que a eficácia. Pior isto é de fato um desafio a tentativa de criar avaliações de desempenho para policiais comunitários, que reflitam com precisão as virtudes desse enfoque.

A combinação da avaliação individual do policial comunitário com outros instrumentos pode ajudar a fazer da qualidade um bem palpável. A abordagem ideal deveria complementar a coleta de informações básicas com uma tentativa de captar casos concretos e de apresentar mais claramente os dados. O desafio é identificar resultados quantificáveis que realmente se relacionem com o trabalho e, ainda assim, garantir que isto não corromperá o policiamento comunitário, através da tentativa de transformá-lo em policiamento pelos números.

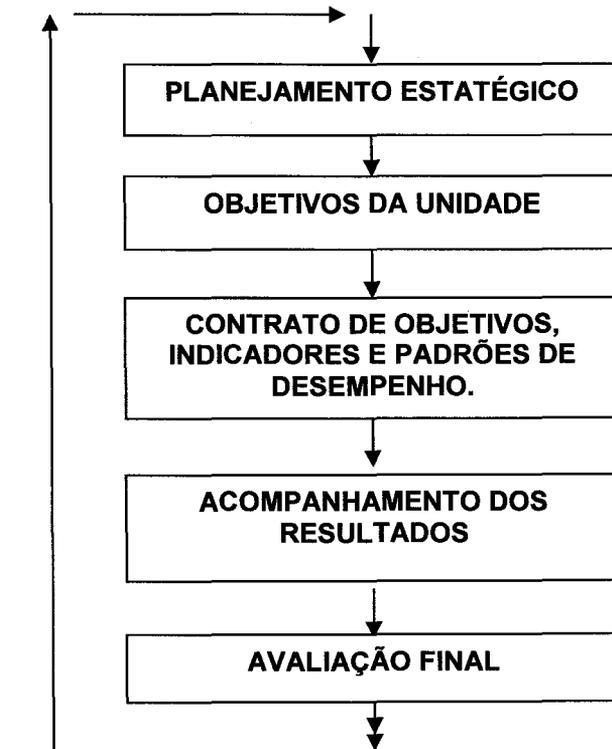
A verdadeira função da avaliação e do desempenho deve ser fornecer uma oportunidade estruturada para saber como produzir mais no seu trabalho. De fato, como disse um gerente experimentado, o maior erro dos gerentes é usar as avaliações de desempenho como um modo de insistir nas fraquezas e não de reforçar os pontos fortes.

2.6.4. Metodologia da Avaliação e do Desempenho

A metodologia de avaliação de desempenho se preocupa com o comportamento das pessoas no trabalho e não com a pessoa em si. A preocupação é sempre em relação ao seu desempenho.

O papel dos gerentes não é, justamente, o de planejar, liderar, facilitar, educar e acompanhar os resultados de sua equipe de trabalho. Pois, a Metodologia de Avaliação de Desempenho visa justamente facilitar esse trabalho. A seguir a figura 1, apresenta o Ciclo de Avaliação de Desempenho, que inicia com o planejamento estratégico, a definição dos objetivos, combinação dos resultados esperados pela equipe de trabalho e acompanhamento do desempenho, culminando com a avaliação dos resultados conquistados:

FIGURA 1 - CICLO DA AVALIACAO DE DESEMPENHO



Fonte: PONTES (1999, p.24).

3. METODOLOGIA DO TRABALHO

Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica, os quais respondem o como fazê-la de forma eficiente.

O Método científico utilizado para a estruturação do trabalho técnico científica foi o hipotético-dedutivo com acolhimento estatístico.

Com intuito de dar maior embasamento, buscaram-se ainda outras fontes de pesquisa.

3.1. TIPO DE PESQUISA

No presente trabalho foi utilizado a pesquisa documental e de campo.

3.2. POPULAÇÃO ALVO

A pesquisa foi realizada entre os Oficiais e Praças da Polícia Militar do Paraná, das Unidades do Comando do Policiamento da Capital, bem como, Policiais Militares pertencentes a outros Estados da Federação.

3.3. AMOSTRA

A amostra é de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares – categoria Praças pertencentes às Unidades da Capital do Estado do Paraná, além de 20 (vinte) Policiais Militares – categoria Oficiais também pertencentes às unidades de Curitiba.

3.4. INSTRUMENTOS

Os instrumentos usados na pesquisa foram pesquisas bibliográficas, documentais, questionários e entrevistas estruturadas.

3.4.1. Questionários

A opinião dos Oficiais e Praças foi obtida através de questionários. Aos Praças foram aplicados para 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pertencentes a unidades da Capital do Estado do Paraná, contendo 13 (treze) perguntas. Aos Oficiais foram aplicados para 20 (vinte) Policiais Militares que prestam serviços em Curitiba, contendo 16 (dezesesseis) perguntas.

Foram anexados ao trabalho questionários com opiniões de profissionais da área de segurança pública pertencentes a Policiais Militares de outros Estados da Federação.

3.4.2. Entrevistas

As entrevistas obedeceram a um roteiro pré-estabelecido, direcionando a Policiais Militares, diretamente ligados com o tema de trabalho. Os entrevistados são:

- a) CAP QOPM BRUNO SOARES DA SILVA – 12º BPM
- b) CAP QOPM LUIZ MARCELO MAZIERO JAKIMIV – 13º BPM
- c) CAP QOPM JOÃO LUIZ SARTOR – 20º BPM

4. PROJETO POVO – ESTUDO DE CASO

Objeto principal do estudo do presente trabalho será feitas considerações da história desde a sua implantação ocorrida no ano de 1993 até os dias atuais. Cabe ressaltar que durante este período houve uma descontinuidade do Projeto POVO, em razão da mudança política do governo que assumiu a partir de 1999. Com a vitória do Governador Roberto Requião, em 2003, este retornou as atividades do Projeto POVO. A seguir será discutido aspectos relacionados a evolução desta filosofia de trabalho no Estado do Paraná, em especial a capital paranaense.

4.1. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

O Projeto POVO – Policiamento Ostensivo Volante, lançado em 1993, já, na época, ao dispor que uma viatura ficasse designada para o atendimento de um determinado bairro, identificando-a então com aquela comunidade, pretendia atingir o principal objetivo de integração com a comunidade, ou seja, uma constante troca de informações, visando a redução da criminalidade e da sensação de insegurança, promovendo, ainda, um aumento da resistência ao crime, na implantação de técnicas preventivas e, igualmente, eliminando as condições que afetam a manutenção da ordem pública.

O Sistema era basicamente composto do trinômio – Policial Treinado, comunicações e Viaturas especiais. Era dotado de mobilidade relativa dentro de áreas especificadas pelo pré-planejamento. Obrigava, graças à relativa mobilidade, a

alocação de policiais militares que residam próximos e sejam conhecidos na área onde irão atuar. Este fator reduz, ao máximo, dispêndios com uma excessiva fiscalização de parte da Polícia Militar que passa, por isso mesmo, a ser, em muito, auxiliada pela população dos bairros, onde o policiamento está atuando.

A Estação de policiamento Móvel – POVO – era composta de uma viatura tipo Furgão – Kombi, duas motocicletas, uma guarnição de quatro policiais Militares, telefone celular e rádio. Tal estação era designada para atender a um determinado bairro onde, não necessariamente existia um módulo.

O nome do bairro era afixado na viatura policial que nele atua, bem como, seu número telefônico e outras informações destinadas aos usuários.

Tinha como objetivo criar este serviço de Polícia preventiva que possibilitasse aproximar o povo da Polícia Militar, bem como aumentar a proporção de policiais militares disponíveis para o serviço nas ruas em patrulhamento ativo.

No ano de 1995, no Centro de Estudos Superiores da PMSP o Capitão QOPM João Antonio Pazinato, da PMPR, laborou na monografia Polícia Militar e projeto POVO: a experiência de Curitiba - 1995 tendo apresentado:

Como marco culminante, a implantação do Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante), que representa a proposição mais avançada, atualmente em prática em Curitiba [sic] e no interior do Estado, chegando mesmo a constituir fonte de inspiração para outros Estados. (PAZINATO, 1995, p. 90).

Descreve o autor a implantação do Projeto POVO, em Curitiba:

Iniciou-se no mês de outubro de 1993, por intermédio do Comando do Policiamento da Capital e adveio, basicamente, em função de três fatores básicos:

- 1.º- Necessidade por parte do Comando do Policiamento da Capital em dar uma pronta resposta aos anseios da comunidade curitibana, em termos de melhores condições de segurança;
- 2.º- Sucateamento do Sistema de Policiamento Modular, que passaram a denominar-se

Postos de Policiamento Ostensivo, nos quais as instalações físicas (Módulos) se apresentavam em total estado de precariedade e não existia previsão orçamentária para efetivação de consertos, reparos ou mesmo reformas; aliado a isso, a corporação tinha suporte para manter apenas um PM, por turno de serviço, em cada Módulo Policial, o qual limitava-se a cumprir o papel de segurança física das instalações e informante;

- 3.º - Reduzido número de viaturas de radiopatrulha para atendimento de ocorrências, o que acarretava na elevação do índice da demanda reprimida e do tempo para atendimento ao solicitante. (PAZINATO, 1995, p.90).

No resumo da monografia o autor, apresenta:

A Polícia Militar do Estado do Paraná, por intermédio do Comando do Policiamento da Capital, com o propósito de oferecer melhores condições de segurança e tranqüilidade à comunidade curitibana implantou, no final de 1993, o Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante). O sistema consiste na alocação de uma viatura Kombi, equipada com telefone celular e rádio de comunicação ocupada por dois patrulheiros e apoiada por dois motociclistas, para exercerem patrulhamento, diuturno, em cada bairro da Capital. Cada viatura, em princípio, atua somente nos limites do bairro (setor) e nela consta, em sua lateral, o número do telefone celular do bairro de atuação, podendo ser acionada diretamente pelo público. A adoção do Sistema POVO, substituiu, praticamente, o tradicional sistema de radiopatrulhamento (RP) e, parcialmente, os Módulos Policiais (fixos). Adotou a filosofia de "Polícia Comunitária" e mostrou trazer em seu bojo um melhor aproveitamento do trinômio: Policial - Viatura - Comunicação, alocando-os de forma descentralizada, como meio de manter maior aproximação com a comunidade. Decorrido um ano e meio de sua implantação aventou-se, desde a reestruturação até sua desativação em função da apresentação de algumas deficiências e disfunções operacionais. O trabalho monográfico teve por escopo principal avaliar o grau de operacionalidade do Sistema POVO, no tocante a sua eficácia, eficiência e efetividade, bem como, apresentar proposta no sentido de reverter os fatores influenciadores das disfunções operacionais, na busca do aperfeiçoamento do Sistema. Foi utilizado o método hipotético-dedutivo, com a utilização de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo (questionários e entrevistas), e tratamento estatístico. Os resultados das pesquisas, análises e avaliações, comprovaram que a implantação do Projeto POVO trouxe benefícios relevantes à comunidade curitibana, tais como: diminuição do tempo de atendimento ao solicitante; redução da demanda reprimida; baixa dos índices de criminalidade; e elevação do grau de sensação de segurança e tranqüilidade. Comprovaram-se a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema, justificando plenamente sua manutenção em prol do bem estar da comunidade. (PAZINATO, 1995, p. iv).

4.2. DESCONTINUIDADE

Em 1995, por ocasião da troca do Governo do Estado, pois, a partir deste ano, ficou o Estado do Paraná sob a administração do Governo Jaime Lerner, que não deu continuidade ao Projeto da área de Segurança Pública do Governo Roberto

Requião. Durante o seu mandato, dois tipos de Policiamento se destacaram o Policiamento com Motonetas e os Totens, os quais estão abaixo discriminados:

4.2.1. Totem

Termo técnico de arquitetura e urbanismo que significa local de propaganda com indicativo luminoso desagregado de uma instalação física.

Foi criado no Governo Jaime Lerner no ano de 1998 com a finalidade de somar aos demais processos e modalidades de policiamento ostensivo já existente. É feito por veículos radiomotorizados com um ou dois policiais armados e equipados prontos para responder às ações de caráter criminal ou assistencial, diuturnamente.

Quando a viatura não estiver no local, possibilita ao cidadão acionar a rádio-patrolha pelo sistema 190 com a linha telefônica ali instalada, que dá comunicação direta sem precisar de discagem com o COPOM - Central de Operações do Polícia Militar.

O Projeto Policiamento Ostensivo Localizado, numa primeira fase foi alicerçado em 126 (cento e vinte e seis) terminais telefônicos personalizados (Totens), distribuídos de forma estratégica em todos os bairros de nossa capital e região metropolitana.

Também junto aos Totens foram alocados 126 (cento e vinte e seis) viaturas com um policial por viatura.

4.2.2. Policiamento com Motonetas

No Governo Jaime Lerner no ano de 2000, foram adquiridas motonetas com potência de 80 a 100 cilindradas para serem aplicadas no Policiamento Ostensivo em Curitiba e Região Metropolitana, bem como para o interior do Estado.

4.3. RETORNO DO PROJETO

A partir de 2003, com o retorno do Governo Roberto Requião, o Projeto Povo, começou a ser estudado e desenvolvido com uma filosofia de Polícia Comunitária com uma política mais moderna, com avaliações e experiências internacionais, bem como, de estados brasileiros, procurando se aproximar e se interagir cada vez mais com a comunidade, e ainda com a responsabilidade de fazer com que todos os setores se envolvam e busquem as soluções encontradas na comunidade.

A base de atuação do Policiamento Ostensivo Volante – POVO é a aplicação da filosofia e estratégia de Polícia Comunitária, e além do trinômio: Policial treinado; comunicação e viatura especial agrega ao Policial a responsabilidade territorial; responsabilidade pelos resultados e responsabilidade Social.

Hoje, este projeto, repensado, reavaliado, melhor estudado, reciclado, melhorado, adaptado às novas realidades e novas tecnologias e cada vez mais dentro da filosofia e das estratégias do policiamento comunitário, está sendo gradativamente reativado, como um projeto institucional da Polícia Militar do Paraná e do Governo do Estado com o objetivo de efetivamente trazer expressivos resultados no campo da segurança pública, mais especificamente na prevenção

criminal, no auxílio e socorro comunitário e na necessária integração com a comunidade.

A preservação da ordem pública por meio da polícia ostensiva dentro de um subeditor, atendendo as ocorrências policiais ali verificadas quer por solicitação popular, quer por iniciativa própria dos policiais militares, quer por determinação ou acionamento, colherá da comunidade local anseios que permitirão melhorar a situação preventiva e subsidiar o escalão superior no planejamento estratégico e operacional.

A atuação policial no Projeto POVO nada mais é que a basilar atividade de “policimento ostensivo” (principal característica da atividade policial militar) que também destaca a chamada “ação de presença” (outra característica da atividade policial militar) tanto real quanto potencial, obedecendo primordialmente ao princípio da “responsabilidade territorial” e, secundariamente, mas não menos importante aos princípios da “aplicação” e da “antecipação” acrescida, logicamente dos procedimentos da filosofia da polícia comunitária já abordada.

4.3.1. Área de atuação do Projeto POVO em Curitiba

Os quadros 1, 2 e 3 a seguir apresenta os bairros que representam as estações do Projeto POVO da cidade de Curitiba.

Curitiba possui na sua totalidade 75 (setenta e cinco) bairros e atualmente estão em atividade 60 (sessenta) estações do Projeto POVO, isto em razão da disponibilidade de efetivo e as estações agrupadas com dois ou três bairros, foram escolhidos de forma estratégica em função da população e tamanho da área.

QUADRO 1 - ESTAÇÕES POVO – 12ºBPM

CURITIBA - PROJETO POVO			
OPM	COMPANHIA	ESTAÇÃO	BAIRRO
<u>12º BATALHÃO</u>	<u>1ªCIA</u>	1	CENTRO
	<u>2ªCIA</u>	2	BATEL
		3	BIGORRILHO
		4	PILARZINHO
		5	BOM RETIRO
			CENTRO CÍVICO
		6	MERCÊS
		7	VISTA ALEGRE
	<u>3ªCIA</u>	8	SÃO FRANCISCO
		9	CAMPINA DO SIQUEIRA
			SANTO INÁCIO
		10	SEMINÁRIO
		11	MOSSUNGUÊ
	<u>4ªCIA</u>	12	CAMPO COMPRIDO
			SANTA QUITÉRIA
		13	VILA IZABEL
		14	BUTIATUVINHA
			LAMENHA PEQUENA
		15	CASCATINHA
		16	SÃO JOÃO
<u>5ªCIA</u>	17	SANTA FELICIDADE	
	18	ORLEANS	
	19	RIVIERA	
	20	SÃO BRÁZ	

Fonte: Elaborado pelos Autores.

QUADRO 2 – ESTAÇÕES POVO - 20º BPM

CURITIBA - PROJETO POVO			
OPM	COMPANHIA	ESTAÇÃO	BAIRRO
<u>20º BATALHÃO</u>	<u>1ª CIA</u>	38	ABRANCHES
			TABOÃO
		39	AHÚ
			SÃO LOURENÇO
		40	BARREIRINHA
			CACHOEIRA
		41	ALTO DA GLÓRIA
			JUVEVÊ
	42	BOA VISTA	
	43	CABRAL	
	44	SANTA CÂNDIDA	
	<u>2ª CIA</u>	45	CAJURU I
		46	CAJURU II
		47	CAPÃO DA IMBUIA
			TARUMÃ
		48	CRISTO REI
			JARDIM BOTÂNICO
	49	JARDIM DAS AMÉRICAS	
	50	GUABIROTUBA	
	<u>3ª CIA</u>	51	BAIRRO ALTO
52		ATUBA	
		TINGUI	
53		BACACHERI	
54		HUGO LANGUE	
	JARDIM SOCIAL		
55	ALTO DA XV		
<u>4ª CIA</u>	56	ALTO BOQUEIRÃO	
	57	BOQUEIRÃO I	
	58	BOQUEIRÃO II	
	59	HAUER	
	60	UBERABA	

Fonte: Elaborado pelos Autores.

QUADRO 3 - ESTAÇÕES POVO 13º BPM

CURITIBA - PROJETO POVO			
OPM	COMPANHIA	ESTAÇÃO	BAIRRO
<u>13º BATALHÃO</u>	<u>1ª CIA</u>	21	FANNY
			LINDÓIA
		22	GUAÍRA
		23	PORTÃO
		24	NOVO MUNDO
		25	CAPÃO RASO
		26	XAXIM
	<u>2ª CIA</u>	27	CAMPO DE SANTANA
			CAXIMBA
		28	UMBARÁ
		29	TATUQUARA
	<u>3ª CIA</u>	30	AUGUSTA
			SÃO MIGUEL
		31	FAZENDINHA
		32	CIC I
		33	CIC IV
	<u>4ª CIA</u>	34	PINHEIRINHO
35		GANCHINHO	
36		SÍTIO CERCADO I	
37		SÍTIO CERCADO II	

Fonte: Elaborado pelos Autores.

4.3.2. Funcionamento do Projeto

O Projeto POVO, iniciado no mandato do Governo Roberto Requião, no ano de 1993, teve marco principal a atuação em todo o Estado do Paraná, onde na época havia o emprego de Policiais Militares, uma viatura Policial tipo Kombi, duas motocicletas e um aparelho celular, sendo o seu número e o nome do bairro era inscritos na viatura policial e cada equipe ou estação, tinha a sua área de atuação para as atividades do Policiamento Ostensivo preventivo e repressivo.

Além do número do aparelho celular inscrito na viatura, as equipes distribuíam folder à comunidade, onde continha a foto e nome dos integrantes do POVO do bairro, para que a comunidade em casos de necessidade contatasse via fone com os

Policiais Militares, bem como as bases comunitárias referenciais eram os Módulos Policiais e sedes de Destacamentos.

Passou dez anos, com o retorno do Governador Roberto Requião ao Governo do Estado, voltou o Projeto POVO, com a mesma filosofia de trabalho, melhor estruturada e com maior ênfase no que se diz ao Policiamento Comunitário, inclusive com experiências de outros estados e de outros países. O trabalho atual visa aproximar a Polícia Militar com a comunidade e demais órgãos, procurando através de visitas comunitárias e reuniões com Conselhos Comunitários, fazer com que todos os setores se integre e juntos busquem as soluções para os problemas levantados em cada bairro ou setor.

O Projeto POVO em Curitiba é desenvolvido pelo 12º Batalhão de Polícia Militar, 13º Batalhão de Polícia Militar e 20º Batalhão de Polícia Militar, os quais perfazem um total de 60 (sessenta) estações do Projeto Povo, dos 75 (setenta e cinco) bairros existentes na capital. Cada Estação representa um bairro e a estrutura do Policiamento conta com 01 (uma) Viatura e duas motos, além de um aparelho celular. Os números do aparelho celular, bem como, o nome do bairro, estão inscritos na parte lateral das viaturas policiais, visando facilitar a identificação por parte da comunidade. Além das missões de patrulhamento preventivo, atendimento de ocorrências policiais, as equipes de serviço também são responsáveis pelas visitas comunitárias, papel primordial e de prioridade, pois a filosofia de polícia comunitária, tem a finalidade de aproximar a Polícia da comunidade. Neste contexto cabe destacar dentro da funcionabilidade do Projeto POVO, a participação dos Conselhos de Segurança, como órgão responsável de integrar a comunidade com

todos os órgãos públicos ou não, para levantamentos dos problemas e juntos buscar as soluções para melhorar as condições de vida da população.

Com a evolução das atividades do Projeto POVO em razão da sua funcionabilidade e importância que representa para o Governo do Estado e para a Polícia Militar do Paraná, neste ano de 2007, foi efetivado a Coordenação Geral do Projeto, que é realizada pela própria Secretaria de Estado de Segurança Pública, tendo ainda na Polícia Militar uma linha direta com dois coordenadores regionais, sendo um que é responsável pela Coordenação das Unidades do Interior e o responsável pelas Unidades da Capital do Estado. Complementando este canal, torna-se indispensável esclarecer que cada Batalhão da Polícia Militar, ainda conta com um Oficial coordenador, mais ainda Oficiais e Sargentos Comandantes das Estações POVO.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública toda semana, avalia as Estações do Projeto Povo sediado na cidade de Curitiba, onde o Comandante da Companhia Policial Militar e o Delegado de Polícia ficam responsáveis de repassar as ações desenvolvidas no referido bairro e avaliar os dados criminais coletados pelo Boletim de Ocorrência Unificado e após três meses ocorre a reavaliação.

Cabe destacar que além dos recursos materiais aplicados no Projeto POVO, os policiais militares foram capacitados em Cursos de Polícia Comunitária e a disposição do Projeto foi implantada o Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) que além de facilitar o trabalho para a comunidade, permite a análise do mapeamento do crime, pelo geoprocessamento, ferramenta esta de grande utilidade dos órgãos de segurança.

4.3.3. Ferramentas de trabalho do Projeto POVO

O Projeto POVO, atividade desenvolvida pela Polícia Militar do Paraná, procura proporcionar através de suas ações ostensivas segurança e tranquilidade a população e para isto dispõe de algumas ferramentas de trabalho, que dão suporte para que a Polícia Militar desenvolva com eficiência as suas atividades em prol da comunidade. Dentre estas ferramentas citamos o Centro Integrado de Segurança Pública; o Boletim de Ocorrência Unificado; Siscopweb; Geoprocessamento; Narco-denúncia; o Sistema de visitas e os Conselhos de Segurança, os quais abaixo estão discriminados as suas características.

a) Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP

Através do Decreto 2832 de 22 de abril de 2004, foi criado o CIOSP, que veio a substituir o CINE – Centro Integrado de Emergência – CINE.

O CIOSP tem como finalidade a coordenação e a integração de todos os órgãos de segurança Pública, bem como fazer com que a comunidade seja mais bem atendida, por ocasião da necessidade do acionamento para o atendimento de uma ocorrência ou de uma anormalidade.

Este Centro é composto pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Guarda Municipal, todos integrados e interligados ao Fone de emergência 190, isto é, se a comunidade precisar dos serviços dos órgãos citados acima, basta ligar para o número 190, onde será atendida pelo telefonista e este de posse das informações, despachará para o órgão competente para o atendimento da ocorrência.

b) Boletim de Ocorrência Unificado

É uma ferramenta de trabalho disponível aos integrantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, que está em atividade desde o mês de maio do ano de 2006, cuja finalidade visa facilitar o registro das ocorrências policiais pela comunidade, podendo o solicitante prestar queixa a qualquer um dos órgãos policiais, evitando-se deslocamentos desnecessários, como era antigamente.

Além desta função, o Boletim de Ocorrência Unificado proporciona à Corporação uma visão realística da criminalidade, com todas as suas características e peculiaridades, fazendo com que os resultados após processamento, sejam avaliados pelo setor competente da organização, para que as medidas operacionais necessárias sejam tomadas.

As estatísticas e os resultados obtidos permitem através do Geoprocessamento a elaboração do mapeamento do crime.

c) Siscopweb

É uma ferramenta de trabalho disponível na Corporação, que pode ter acesso pelo Sistema WEB (intranet, extranet e Internet). Sua finalidade é o controle de solicitação para o atendimento de ocorrências que dão entrada pelo telefone de emergência da Polícia Militar – 190.

O programa ainda permite ter acesso e acompanhamento das ocorrências despachadas e a serem despachadas pelo despachante das ocorrências do COPOM (Central de Operações da Polícia Militar) para as viaturas Policiais disponibilizadas nas Unidades operacionais da Capital do Estado do Paraná, bem como permite a

geração de relatórios estatísticos do número de ocorrências oriundas pelo fone emergencial 190, não podendo ser considerada uma estatística criminal, pois esta função é realizada pelos dados coletados por ocasião da feitura do Boletim de ocorrência.

d) Geoprocessamento

O geoprocessamento é o processamento informatizado de dados georreferenciados. Utiliza programas de computador que permitem o uso de informações cartográficas (mapas, cartas topográficas e plantas) e informações a que se possa associar coordenadas desses mapas, cartas ou plantas. Pode ser utilizado para diversas aplicações.

Outra definição seria: É um conjunto de conceitos, métodos e técnicas erigido em torno do processamento eletrônico de dados que opera sobre registros de ocorrência georreferenciados, analisando suas características e relações geotopológicas para produzir informação. O projeto tem o objetivo de criar um banco de dados com informações criminais, que irá mostrar os tipos de delitos, os períodos (dias, horários e meses do ano) e locais (ruas, bairros e municípios) onde eles mais acontecem. Quando as Polícias Militar e Civil atenderem alguma ocorrência, os boletins serão registrados em um software, o que permitirá a criação do mapeamento do crime com as informações criminais. Com estes dados será possível fazer um planejamento estratégico e definir ações para a prevenção e o combate ao crime nos

locais em que mais acontecem, bem como será possível também antecipar o trabalho policial.

O "Mapa do Crime" será implantado em três fases. Na primeira, serão atendidas as 39 cidades com mais de 40 mil habitantes. Nestas localidades, está concentrada 60% da população e cerca de 70% das ocorrências. No segundo grupo estão os 42 municípios com população entre 20 mil e 40 mil habitantes e, na terceira etapa, as demais 318 localidades do Estado.

e) Narcodenúncia – 181

É um programa do Governo do Estado criado para combater o tráfico de drogas e prender os traficantes.

e.1) Como funciona?

Ao ligar para o 181, sua denúncia é registrada e será investigada, e se o tráfico estiver ocorrendo nesse momento, imediatamente será encaminhada uma viatura da PM para prender os traficantes.

e.2) Objetivo do 181 - Narcodenúncia

O objetivo do programa criado inicialmente com a denominação de 161 – NARCODENÚNCIA foi criar uma grande corrente de combate ao narcotráfico em todo o território paranaense, com a participação direta da comunidade em parceria com o Estado, pois as grandes apreensões de drogas são geralmente em decorrência de denúncias recebidas, e agora as populações tem um canal aberto

para poder efetuar suas denúncias sem receio de ter a sua segurança ou a de seus familiares colocada em risco, pois todas as denúncias são seguras, já que não é registrado o número do telefone que de onde está sendo feito o contato, nem tampouco é pedido algum tipo de identificação para quem está fazendo a denúncia.

As denúncias podem ser efetuadas de qualquer telefone, sem nenhum custo para a população, e a segurança é total, assim sendo, as pessoas podem fazer as suas denúncias do telefone instalado em sua casa, pois o governo do Estado garante o sigilo de sua ligação e que a privacidade do denunciante em momento algum será exposta.

Pois, assim como o Super Herói que combate o crime, mas tem sua identidade secreta preservada, a população agora também pode se tornar um Super Herói e combater o crime e em especial os traficantes de drogas, que se hoje não estão vendendo drogas para alguém de sua família, com certeza amanhã poderão estar.

f) Sistema de Avaliação de Visitas realizadas

O Projeto POVO - que tem como característica principal a aproximação do Policial Militar com a comunidade, realiza através dos seus integrantes visitas comunitárias, onde o Policial Militar preenche o boletim de visita comunitária, onde são registrados os anseios da população, os quais posteriormente são digitados no sistema e após processamento, os dados ficam disponibilizados aos Oficiais Comandantes das Estações do Projeto POVO, que tem a responsabilidade de

analisar o conteúdo e conseqüentemente buscar alternativas para minimizar os problemas da área de segurança pública, bem como encaminhar aos outros órgãos, os problemas registrados que não é competência da Polícia Militar.

g) Conselhos de Segurança

Os conselhos de segurança são uma grande ferramenta de organização social e de exercício da cidadania.

Sua principal função é a organização da comunidade que representa. Tem também como objetivo básico a busca da solução para problemas que afetam determinada comunidade, buscando a auto-suficiência, e só então quando absolutamente impossível esta, buscar ajuda de órgãos estatais prestadores de serviço.

No dia 05 de maio de 1983, na cidade de Maringá, foi criado o primeiro Conselho Comunitário de Segurança, na oportunidade componente de Clubes de Serviço, da maçonaria, médicos, advogados, representantes da prefeitura, do Instituto Brasileiro do Café e do 4º Batalhão de Polícia Militar, se reuniram e decidiram pela criação do Conselho, sendo dos presentes na reunião, alguns já passaram a fazer parte da primeira diretoria, quando ela mais tarde foi legalmente instituída.

Em 05 de setembro de 2003, o governo do Paraná através do Decreto Estadual 1790 regulamentou os Conselhos Comunitários de Segurança no Paraná.

4.4. DISCUSSÃO DO ESTUDO

Neste tópico será citado a filosofia, o objetivo e a meta do Projeto POVO, bem como, foram levantados dados necessários para avaliar o desempenho do Projeto implementado pelo Governo do Estado, que servirá de suporte para análise, discussão e posteriormente propostas para melhoria das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, mais especificamente, na capital do estado, envolvendo as Unidades subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital, no que tange ao Policiamento Comunitário.

4.4.1. Filosofia

A filosofia do policiamento comunitário baseia-se na crença de que os desafios contemporâneos requerem que a Polícia forneça um serviço de policiamento completo, preventivo e repressivo, envolvendo diretamente a comunidade como parceria no processo de identificação, priorização e resolução de problemas, incluindo o crime, medo do crime, drogas ilícitas, desordens físicas e sociais e decadência do bairro. Um amplo engajamento do Batalhão implica em mudanças tanto nas políticas quanto nos procedimentos.

4.4.2. Objetivo

Resultado específico que se deseja alcançar. Baseia-se nos sentidos e obedece a critérios de boa formulação.

Como objetivo geral tem a finalidade de avaliar o desempenho do Projeto POVO na cidade de Curitiba, pois a partir de novembro de 2005, os 75 (setenta e cinco) bairros da capital do Estado do Paraná, foram colocados em atividade.

4.4.3. Meta

Níveis de desempenho pretendidos para um determinado período de tempo. As metas aqui abordadas, para os resultados mais importantes, são as dos períodos anteriores, pelo menos as do último período.

A principal meta do Governo do Estado do Paraná, é implantar o Projeto POVO, em todos os municípios do Estado, com a filosofia de uma Polícia Comunitária, fazendo com que os Policiais e a comunidade estejam cada vez mais próximos, todos com a responsabilidade de buscar as soluções para os problemas detectados em determinado local.

4.4.4. Avaliação do Desempenho

A avaliação de desempenho é uma apreciação sistemática do desempenho de cada pessoa em função das atividades que ela desempenha, das metas e resultados a serem alcançados e do seu potencial de desenvolvimento.

A avaliação é um processo que serve para julgar ou estimar valor, a excelência e as qualidades de uma pessoa e, sobretudo, a sua contribuição para o negócio da organização.

Abaixo, observam-se, atividades desenvolvidas pelo Projeto POVO, da qual se avalia o seu desempenho:

QUADRO 4 – VISITAS COMUNITÁRIAS

UNIDADE	2004	2005	2006	MAIO-2007	TOTAL
12º BPM*	2.700	13.631	29.466	6.171	51.968
13º BPM	2.899	7.365	17.535	2.429	30.228
RPMon/ 20ºBPM**	3.176	19.156	5.338	1.288	28.958
TOTAL	8.775	40.152	52.339	9.888	111.154

Fonte: P/3 - CPC

(*) BPM – BATALHÃO POLICIAL MILITAR

(**) 20º BPM – INAUGURADO EM JANEIRO DE 2007

As visitas são realizadas pelos Policiais Militares durante a execução de seu serviço, iniciando esta atividade desde o ano de 2004, quando foram ativadas as primeiras estações do Projeto POVO e a partir daquele ano, com o crescimento e a intensificação da filosofia de Polícia Comunitária em toda Curitiba e no Estado do Paraná, as visitas naturalmente aumentaram, fazendo com que o Policial Militar e consequentemente o Estado esteja mais próximo da população.

QUADRO 5 – POPULAÇÃO

CIDADE/ANO	2002	2003	2004	2005
CURITIBA	1.644.600	1.671.194	1.727.010	1.757.904

Fonte: IBGE/CENSO 2000

QUADRO 6 - DOMICÍLIOS

QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS	
CURITIBA	470.964

Fonte: IBGE/ CENSO 2000

QUADRO 7 - OCORRÊNCIAS

OCORRÊNCIAS ATENDIDAS				
OPM/ANO	2005	2006	MAIO-2007	TOTAL
12º BPM*	70.169	85.455	20.572	176.196
13º BPM	112.325	95.908	21.472	229.705
RPMon/20ºBPM**	79.263	66.722	21.386	167.371
TOTAL	261.757	248.085	63.430	573.272

Fonte: P/3 - CPC

(*) BPM – BATALHÃO POLICIAL MILITAR

(**) 20º BPM – INAUGURADO EM JANEIRO DE 2007

O quadro apresenta os dados estatísticos do atendimento de ocorrências policiais na cidade de Curitiba. Notamos que o ano de 2006 teve uma redução com relação ao ano de 2005, e um dos fatores levantados, foi o fato de que a partir de novembro de 2005, o Projeto POVO teve a sua totalidade em Curitiba colocada em atividade, motivo pelo qual, houve um aumento do policiamento ostensivo, através das viaturas Policiais e a tendência é que se houver esta seqüência de disponibilidade de efetivo e recursos materiais, é que o índice de ocorrências para 2007 tenha um decréscimo, cumprindo com um dos objetivos a serem atingidos pela Polícia Militar.

QUADRO 8 - CURSO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

POLICIAIS QUE CONCLUÍRAM O CURSO NO PARANÁ PERÍODO 2003 A 2006		
Comando Intermediário	Unidade Operacional	Quantidade
COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL - CPC	12º BPM	575
	13º BPM	541
	RPMon	415
	BPTran	424
	17º BPM	448
	BPGD	507
	Cia Ind P Gd	131
	Cia P Chq	246
	SEDE CPC	89
	TOTAL CPC	3.376
COMANDO DO POLICIAMENTO DO INTERIOR – CPI	CPI SEDE	39
	1º BPM	656
	2º BPM	367
	3º BPM	379
	4º BPM	561
	5º BPM	896
	6º BPM	583
	7º BPM	321
	8º BPM	353
	9º BPM	429
	10º BPM	454
	11º BPM	360
	14º BPM	550
	15º BPM	308
	16º BPM	404
	18º BPM	330
	1ª CIPM	165
	2ª CIPM	159
	BPRV	882
	BPFLO	578
TOTAL CPI	8.774	
APOIO	APMG/CFAP	96
	CPM	39
	CCS/QCG	395
	TOTAL APOIO	530
CORPO DE BOMBEIROS - CB	CCB	2.251
	TOTAL CB	2.251
RESUMO QUANTITATIVO DE POLICIAIS COM CURSO DE POLICIA COMUNITÁRIA 2003 – 2006		
EFETIVO DA CORPORAÇÃO	EFETIVO COM CURSO	DIFERENÇA
21.047	*14.931 + 3.104= 18.035	3.017

Fonte: Diretoria de Ensino/PMPR

* 3104 – Inclusão de 2004 a 2007 – Curso de Formação já incluso disciplina de Polícia Comunitária

* Inclusive Bombeiros

O quadro anterior mostra que a Polícia Militar, a partir de 2003, com o retorno do Governo Roberto Requião, intensificou as suas ações nas atividades de Polícia Comunitária, fazendo com que quase todo o efetivo da Polícia Militar tenha em sua cultura e formação profissional a filosofia comunitária, para que o Policial Militar se aproxime mais da comunidade, para que juntos com a própria população e demais órgãos, busquem as soluções do bairro de forma integrada.

QUADRO 9 – CURSO POLÍCIA COMUNITÁRIA- COMANDO DO POLÍCIAMENTO DA CAPITAL

UNIDADE	EFETIVO DA UNIDADE	EFETIVO COM CURSO	EFETIVO SEM CURSO
DADOS			
12º BPM*	560	514	46
13º BPM	438	338	100
20º BPM	449	363	86
TOTAL	1447	1215	232

Fonte: Elaborada pelos autores

***BPM – BATALHÃO POLICIAL MILITAR**

O quadro acima mostra que há necessidade da realização de Cursos de Polícia Comunitária para que atinja o total do efetivo pertencente ao Comando do Policiamento da Capital, que executam as atividades do Projeto POVO em Curitiba, ressaltando que devido à movimentação de policiais militares dentro do Estado, ocorreram estas situações de que alguns Policiais Militares ainda não possuem o Curso, porém, já existe previsão de Cursos no decorrer deste ano para que este objetivo seja cumprido.

QUADRO 10 - EFETIVO

INCLUSÃO DE EFETIVO						
ANO	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
CLASSE						
CFO – OFICIAIS	19	20	30	30	50	149
CFSD PRAÇAS	00	1.050	318	1367	00	2.735
TOTAL	19	1.070	348	1.397	50	2.884

Fonte: DP/PMPR

LEGENDA: CFO – Curso de Formação de Oficiais

CFSD – Curso de Formação de Soldados

Nota-se no quadro acima que no ano de 2003, somente teve a inclusão de 19 (dezenove) Policiais Militares, já previsto no orçamento anual da gestão de 2002, os quais ingressaram no primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais, sendo que neste mesmo ano, no Governo Roberto Requião, não teve recrutamento e nem ingresso de praças em razão da não previsão no orçamento da gestão que antecedeu o governo em atividade atualmente. Já nos próximos anos denota-se um acréscimo de efetivo na corporação, os quais têm a missão de cobrir as saídas que ocorrem anualmente, cabendo destacar que para o ano de 2007 existe previsão do ingresso de novos Policiais Militares, visando minimizar os problemas de efetivo da corporação e principalmente cobrir os claros das necessidades do Projeto POVO, quer em Curitiba, quer em outras cidades do Estado do Paraná.

QUADRO 11- EFETIVO

EXCLUSÃO DE EFETIVO						
ANO	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
MOTIVOS						
A PEDIDO	81	57	78	82	06	304
RESERVA	1.006	401	411	478	37	2.333
FALECIMENTO	30	49	38	49	03	169
A BEM DA DISCIPLINA	41	29	50	34	03	427
DESERÇÃO	09	05	09	01	00	24
REFORMA	48	30	29	22	00	129
TOTAL	1.215	571	615	666	49	3.386

Fonte: DP/PMPR

Conforme mostra o quadro acima, verifica-se um alto número de saídas em função da passagem dos Policiais Militares para a Reserva Remunerada, os quais em razão da Legislação pertinente aos Militares, tal direito se adquire com 25 (vinte e cinco) anos de serviço na corporação, motivo pelo qual existe preocupação da Polícia Militar, em criar incentivos pela permanência dos Policiais Militares na atividade, bem como levar esta situação ao Governo do Estado, fazendo com que haja periodicamente a continuidade de recrutamento de novos Policiais Militares, procurando cobrir as saídas principalmente pelo motivo de transferência para a reserva. Com relação aos demais motivos, cabe destacar as exclusões a pedido e principalmente a bem da disciplina, que se faz necessário para manter a lisura da corporação.

QUADRO 12 - EFETIVO PROJETO POVO

QUADRO ATUAL - EFETIVO E ESTAÇÕES – PROJETO POVO			
Dados	Número de Estações Existentes	Número de Comandantes de Estações Existentes	Efetivo Operacional Existente
12° BPM	20	09	173
13° BPM	17	07	180
20° BPM	23	09	199
TOTAL	60	25	552

Fonte: Elaborada pelos autores

QUADRO 13 – EFETIVO IDEAL – PROJETO POVO

QUADRO IDEAL - EFETIVO – PROJETO POVO					
Dados/ Unidade	Número de Estações necessárias	Número de Comandantes de Estações necessárias	Efetivo operacional Existente	Efetivo Operacional necessário	Efetivo operacional necessário com + 15%
12° BPM	20	10	173	264	304
13°BPM	17	09	180	204	235
20° BPM	23	12	199	276	317
TOTAL	60	31	552	744	856

Fonte: Elaborada pelos autores

QUADRO 14 – RESUMO EFETIVO NECESSÁRIO

QUADRO RESUMO DE NECESSIDADE - EFETIVO PROJETO POVO		
UNIDADE-CATEGORIA	Comandante de Estação	Efetivo Operacional
12° BPM*	01	131
13° BPM	02	55
20° BPM	03	118
TOTAL	06	304

Fonte: Elaborada pelos autores

*BPM – BATALHÃO POLICIAL MILITAR

O número de estações em atividade na cidade de Curitiba, levando em consideração à estatística dos dados criminais, população e tamanho da área são suficientes para o desempenho das atividades da Polícia Militar. Com relação aos

Comandantes das Estações POVO, pela estrutura atual das Unidades, localização das Estações e o efetivo operacional existente, conclui-se que se torna necessário que cada Comandante fique responsável por 02 (duas) Estações POVO. Considerando as atividades operacionais e comunitárias desenvolvidas por cada estação, o efetivo em atividade deve ter 12 (doze) Policiais Militares, sendo 10 (dez) para as escalas da Viatura e 02 (dois) para as motos. Porém cabe destacar da necessidade de ter um efetivo reserva de 15%, pois como a Polícia Militar tem as mesmas características de uma Empresa, devemos levar em conta, férias, licença especial, afastamento para tratamento de saúde, afastamento por frequência de Cursos da Corporação e as transferências possíveis por interesse do serviço.

QUADRO 15 – INVESTIMENTOS - QUANTIDADE

INVESTIMENTOS – PROJETO POVO						
ANO	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
PRODUTO	QTD	QTD	QTD	QTD	QTD	QTD
VIATURA LEVE	16	20	45	266		347
VIATURA MOTO	60		287		278	625
VIATURA MÓDULO MOVEL				13		13
APARELHO CELULAR		35		242		277
PALMTOP				210		210
COLETE BALÍSTICO				799		799
PISTOLAS				500		500

Fonte: PM/4

LEGENDA: QTD - Quantidade

QUADRO 16 – INVESTIMENTOS - VALOR

INVESTIMENTOS – PROJETO POVO					
ANO	2003	2004	2005	2006	2007
PRODUTO	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
VIATURA LEVE	640.000,00	677.700,00	4.934.700,00	9.297.480,00	
VIATURA MOTO	780.000,00		3.443.508,00		3.614.000,00
VIATURA MÓDULO MÓVEL				1.142.593,50	
APARELHO CELULAR		18.900,00		130.680,00	
PALMTOP				205.674,00	
COLETE BALÍSTICO				460.096,16	
PISTOLAS				912.000,00	
TOTAL	1.420.000,00	696.600,00	8.378.208,00	12.148.523,66	3.614.000,00

Fonte: PM/4

QUADRO 17 – INVESTIMENTO - TOTAL

INVESTIMENTOS (R\$)	
INVESTIMENTO TOTAL (R\$)	26.257.331,00

Fonte: PM/4

Como se observa nos quadros anteriores, de número 15, 16 e 17, é positivo o investimento do Governo, no Projeto POVO, ora desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná. Os investimentos realizados fazem com que as unidades operacionais, localizadas tanto na capital, quanto no interior do Estado, através de seus Comandos direcionem de forma estratégica para as atividades do Projeto POVO, fazendo com que os objetivos do Projeto sejam atingidos e cada vez mais esteja à comunidade mais próxima da Polícia Militar. Desde a implantação da filosofia de Polícia Comunitária no Estado do Paraná, o interesse e o incentivo do Governo, sempre existiu, tanto que para o corrente ano existe a previsão de novos investimentos para esta atividade.

QUADRO 18 - RECURSOS MATERIAIS DO PROJETO POVO

AVALIAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS – PROJETO POVO											
DADOS	Número de Estações		Viatura			Motocicleta			Aparelho Celular		
	E	N	E	N	D	E	N	D	E	N	D
12º BPM	20	20	39	40	01	40	52	08	29	55	26
13º BPM	17	17	24	32	08	34	44	10	24	48	24
20º BPM	23	23	32	41	09	46	60	14	32	64	32
TOTAL	60	60	95	113	18	120	156	32	85	167	82

Fonte: Elaborada pelos autores

LEGENDA: E – Existente

N – Necessário

D – Diferença

A avaliação dos recursos materiais disponíveis para o desenvolvimento das atividades do Projeto POVO em Curitiba foram assim considerados: Quanto às viaturas policiais 01 (uma) por estação; 01 (uma) para o Comando da Estação POVO e 30% de viaturas reserva, isto em função de baixas por manutenção e acidente; quanto as viaturas Moto 02 (duas) por estação e mais 30% reserva, pelos mesmos motivos acima citados com relação aos aparelhos celulares a distribuição seria 01 (um) para as equipes escalas nas viaturas 01 (um) para cada dois motociclistas e 01 (um) para cada Comandante de estação e 10% de reserva para os casos de manutenção.

QUADRO 19 - ESTAÇÕES POVO

AVALIAÇÃO DAS ESTAÇÕES – PROJETO POVO				
DADOS UNIDADE	Numero de Bairros	Número de Estações Existentes	Número de Estações Necessárias	Diferença Estações
12º BPM*	28	20	20	00
13º BPM	18	17	17	00
20º BPM	29	23	23	00
TOTAL	75	60	60	00

Fonte: Elaborada pelos autores

*BPM – BATALHÃO POLICIAL MILITAR

Observação: Sítio Cercado, Cic, Cajuru e Boqueirão atualmente com 02 (duas) Estações e Centro com apenas uma estação, mas atendendo com três Viaturas.

QUADRO 20 - CONSELHOS COMUNITÁRIOS EM ATIVIDADE

CONSELHOS COMUNITÁRIOS (CS)							
C.S	ANO DE CRIAÇÃO						EM FORMAÇÃO
	1988	2003	2004	2005	2006	2007	
Água Verde			X				
Batel			X				
Bom Retiro			X				
Centro						X	
Parolin	X						
Prado Velho			X				
Rebouças			X				
Santa Felicidade			X				
Seminário				X			
Setor Histórico			X				
Capão Raso				X			
Caximba					X		
CIC		X					
Mossunguê							X
CIC – V. Régia			X				
CIC Norte						X	
Campo do Santana							X
Fazendinha				X			
Pinheirinho				X			
Sítio Cercado						X	
Tatuquara			X				
Umbará					X		
Vila Fanny							X
Vila Rigoni						X	
Xaxim						X	
Alto da XV				X			

Alto Boqueirão						X	
Bairro Alto					x		
Boqueirão			X				
Cajuru					X		
Cristo Rei							X
Guabirota			X				
Jardim das Américas			X				
Jardim Social	X						
Juvevê			X				
Santa Cândida				X			
São Lourenço					X		
Tarumã			X				
Uberaba			X				
Hauer			X				

Fonte: CONSEG – 2007

QUADRO 21 – RESUMO CONSELHOS COMUNITÁRIOS

CONSELHOS COMUNITÁRIOS							
1988	2003	2004	2005	2006	2007	EM FORMAÇÃO	TOTAL GERAL
01	02	15	07	05	06	04	40

Fonte: CONSEG - 2007

O quadro acima mostra a quantidade de Conselhos de Segurança em atividade na cidade de Curitiba. A coordenação destes conselhos está sob responsabilidade do Governo do Estado. Cabe aos Conselhos criar mecanismos dentro das suas áreas de responsabilidade, procurando através de reuniões periódicas reunirem todos os segmentos responsáveis pela melhoria das condições de vida daquela comunidade, para que juntos e integrados, discutam e busquem soluções para que os objetivos almejados sejam alcançados. As dificuldades são inúmeras para que os objetivos sejam alcançados, começando pela falta de participação de segmentos indispensáveis nas reuniões previstas, nos Conselhos

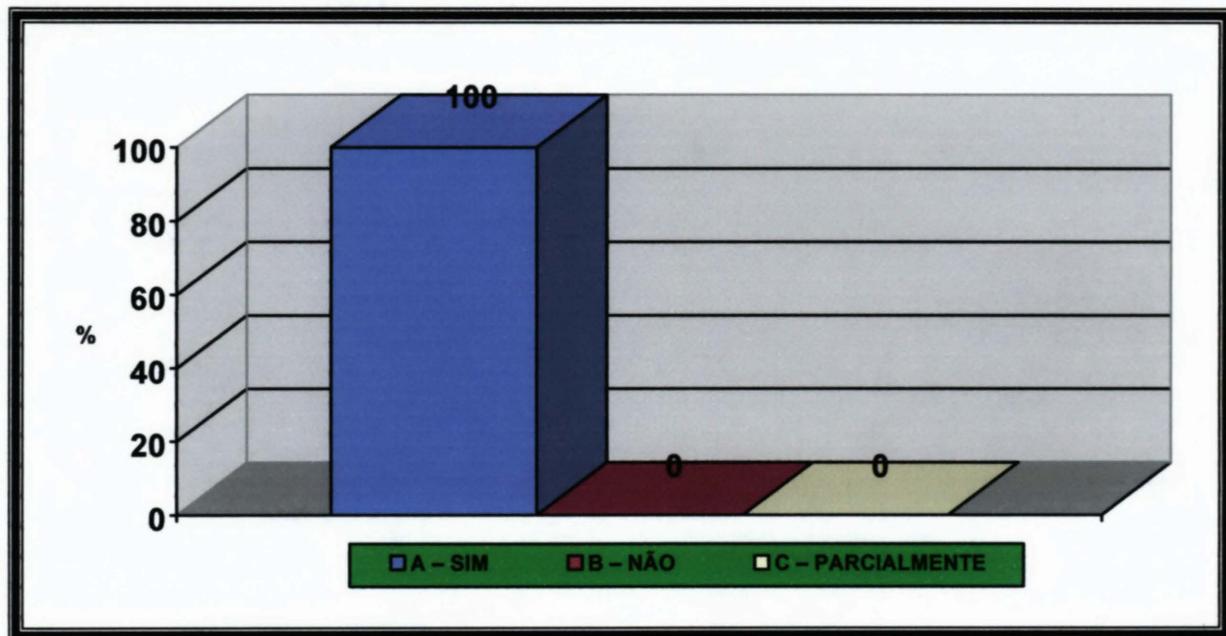
Comunitários atuantes. A própria comunidade do bairro está muito distante, quer pela própria cultura de falta de integração, principalmente em Curitiba, diferente de uma cidade do interior, onde as pessoas são mais unidas, quer pela falta de credibilidade nos organismos públicos, que às vezes, misturam os interesses em resolver os problemas, com os interesses eleitorais.

4.5. ANÁLISE DE RESULTADOS – LINHAS DE AÇÃO

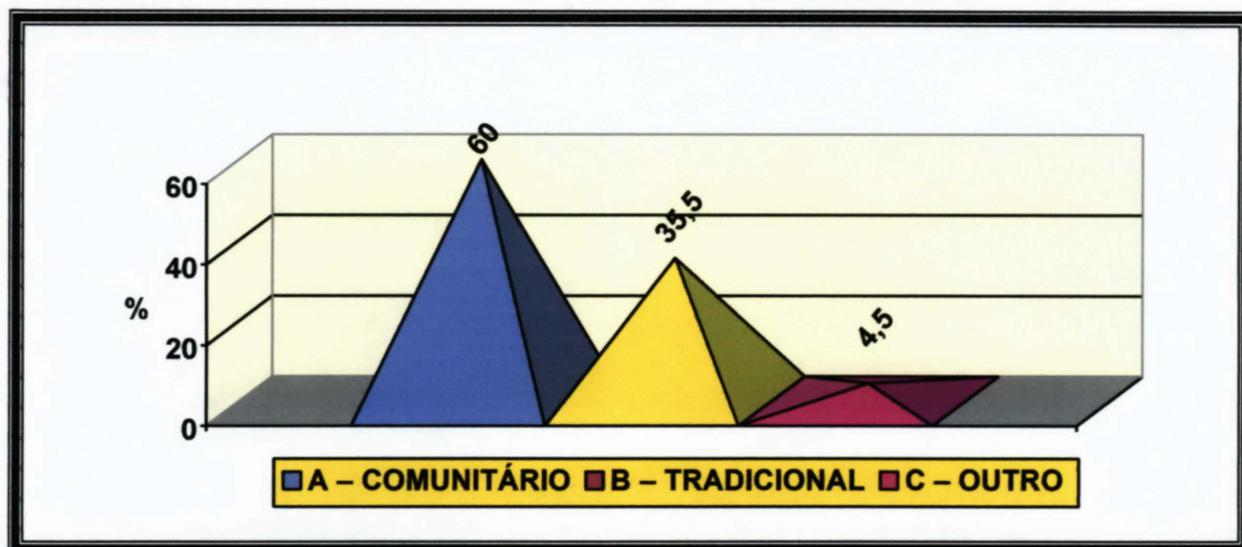
Vêm-se a seguir resultados da pesquisa de campo realizada aos Policiais Militares, categoria Oficiais e Praças, bem como pesquisa destinada aos Oficiais responsáveis pela Coordenação do Projeto POVO, além dos dados coletados em função da pesquisa realizada com a Polícia Militar da Bahia e de São Paulo. Este trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar os dados coletados em razão das atividades desenvolvidas pelo Projeto POVO, iniciada em 2004, no Governo atual, bem como buscar subsídios de outras Polícias Militares no que se refere às ações do policiamento levado pela filosofia de Polícia Comunitária.

4.5.1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE QUESTIONÁRIO CATEGORIA PRAÇAS

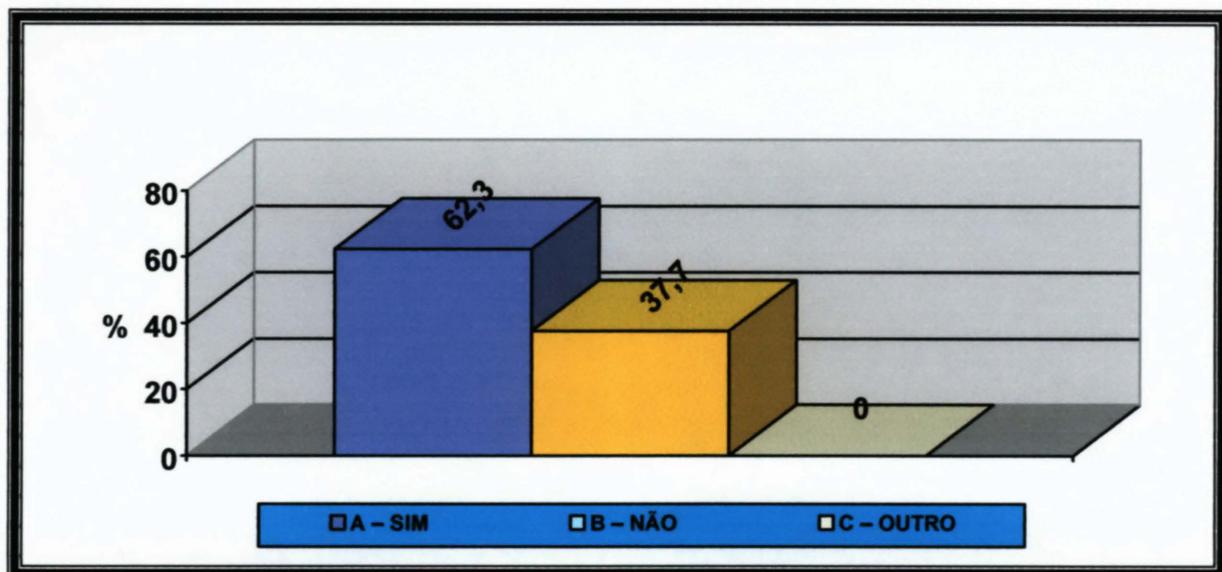
Destinados a colher a opinião dos policiais militares categoria Praças, a respeito dos seguintes quesitos: policiamento comunitário, policiamento tradicional, polícia reativa e proativa, visitas, uso de telefone celular, reuniões com a comunidade e suas sugestões, conselhos comunitários, os investimentos do Governo do Estado e instrução.

GRÁFICO 1 -**PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE DE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO**

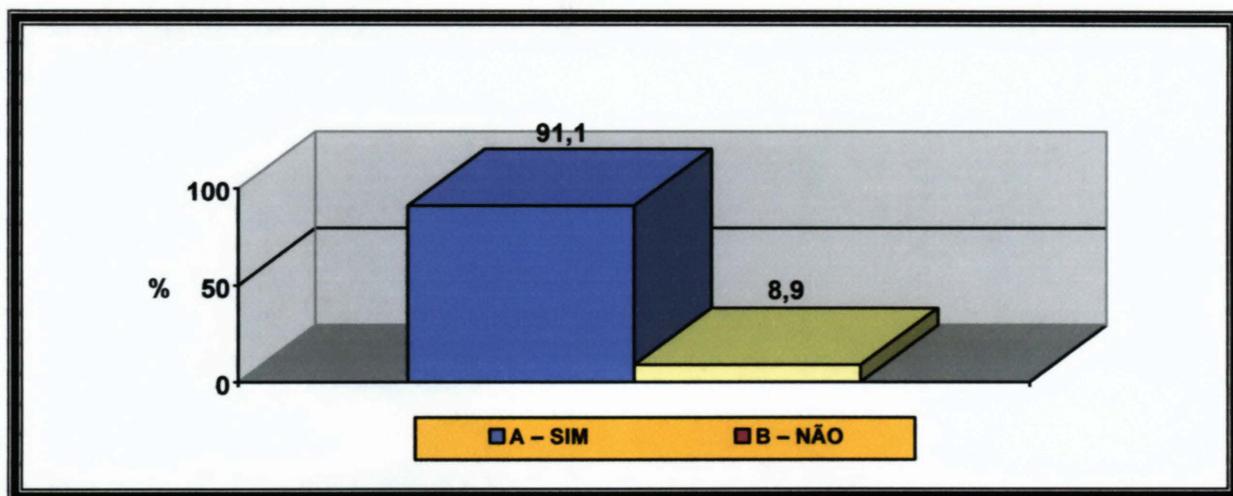
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 100% responderam que participaram de alguma atividade envolvendo o policiamento comunitário. Concluem-se desta forma que o efetivo policial militar das unidades subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital estão todos engajados nas atividades do Policiamento Comunitário.

GRÁFICO 2 – TIPO DE POLICIAMENTO

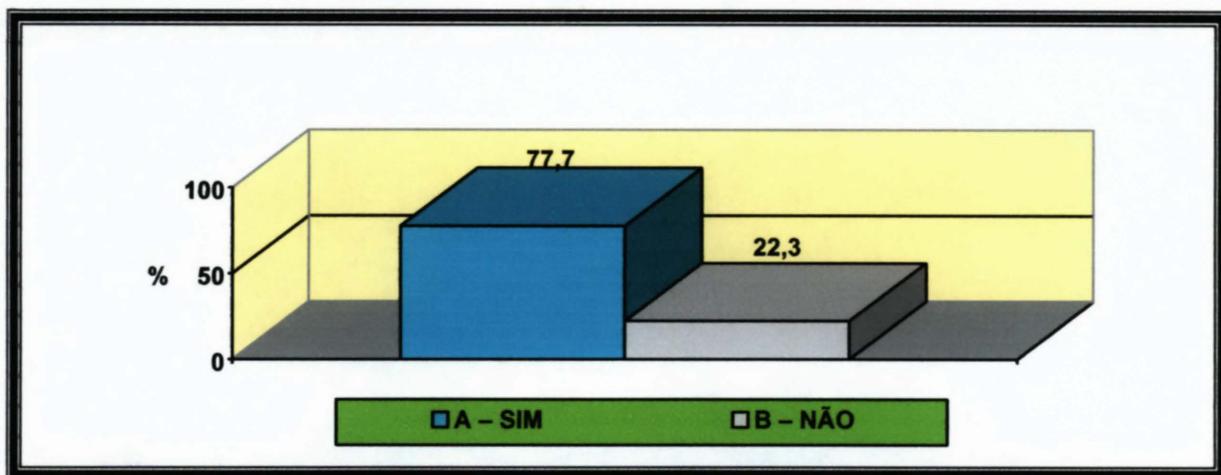
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 60% responderam que no seu turno de serviço prevalece o policiamento comunitário, 35,5% prevalece o policiamento tradicional e 4,5% outro tipo de Policiamento. Dentre dos resultados denota-se que a filosofia de trabalho comunitário está prevalecendo, porém cabe ressaltar que 4,5% dos entrevistados optaram pela mescla dos dois tipos de policiamento, pois realizam ações de caráter preventivo e ao mesmo tempo o repressivo, por ocasião do atendimento de ocorrências policiais.

GRÁFICO 3 – CULTURA DE POLÍCIA REATIVA

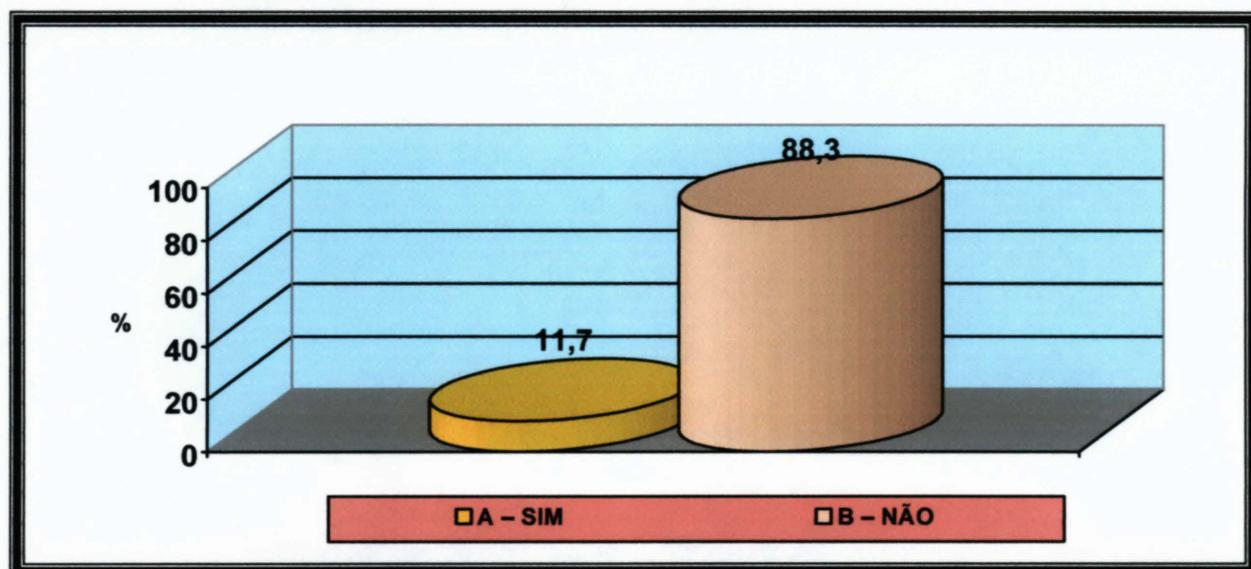
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 62,3% responderam que a cultura da polícia reativa seria um entrave para consolidação da doutrina de Polícia Comunitária na corporação e 37,7% acreditam que não seria um entrave. A atividade policial militar desenvolvida no dia a dia, principalmente nas unidades operacionais e durante os seus turnos de serviço prevalecem o atendimento de ocorrências e a execução de operações policiais, atividades estas preferenciais pelos Policiais Militares e acrescidas pela resistência de realizarem visitas comunitárias.

GRÁFICO 4 – VISITAS REALIZADAS

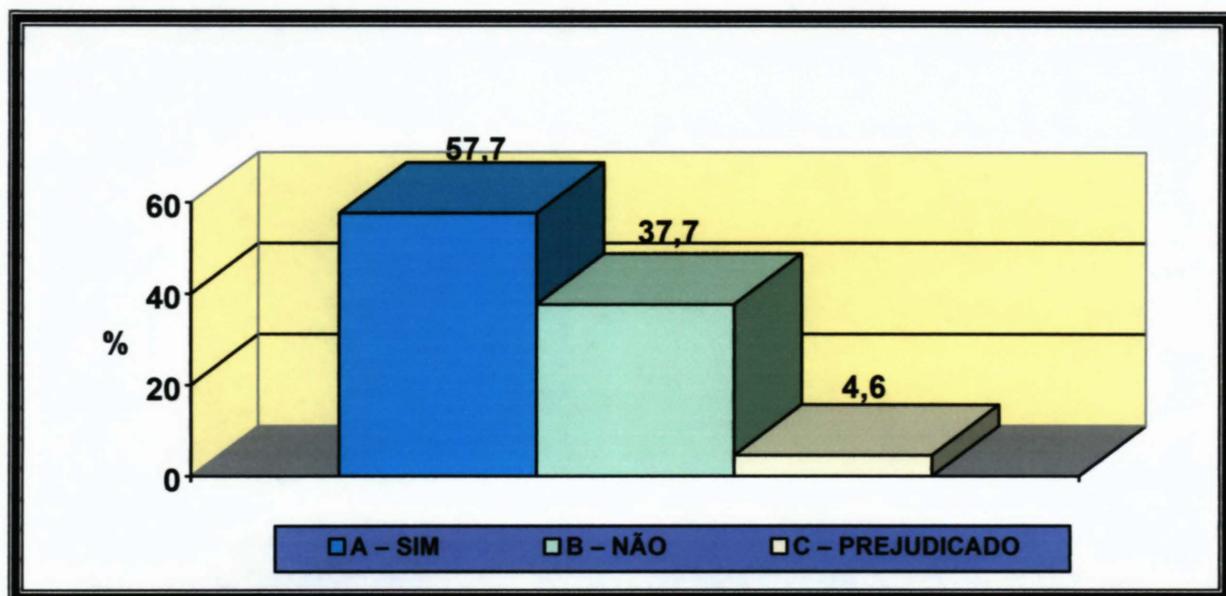
Considerando o universo de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 91,1% responderam que realizam visitas comunitárias e apenas 8,9% responderam que não. Observa-se que as unidades operacionais subordinadas ao comando do policiamento da capital estão cumprindo com um dos objetivos do policiamento comunitário, a qual através das visitas ocorre à interação da polícia com a comunidade.

GRÁFICO 5 – CELULAR POVO

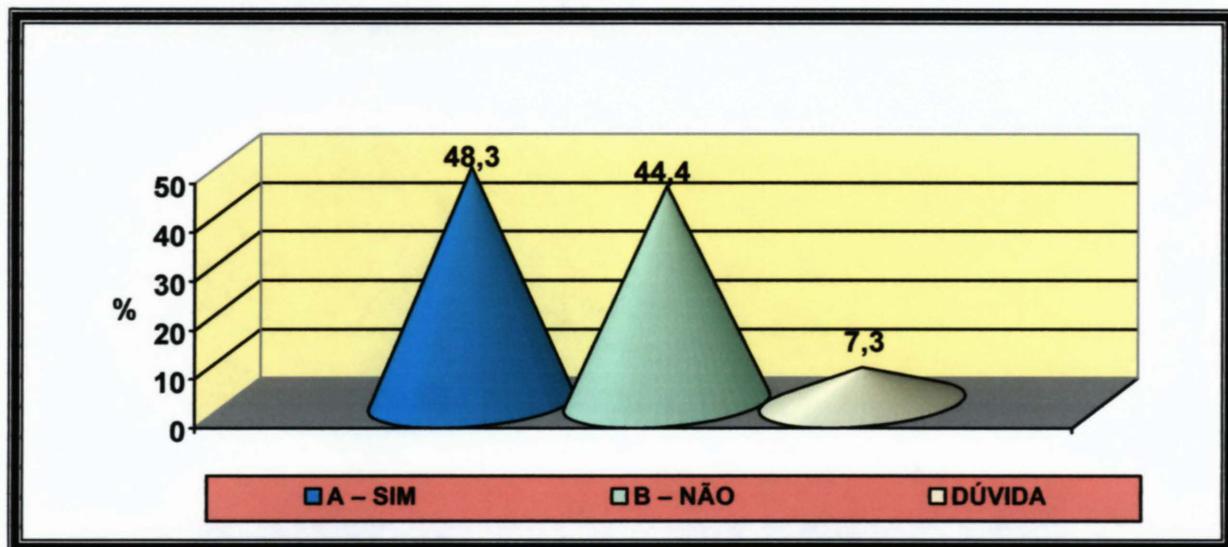
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 77,7 % responderam que é freqüente o atendimento de ocorrências, através do Telefone Celular POVO e 22,3% responderam que não. Diante desta pesquisa denota-se que há necessidade de maior divulgação dos serviços prestados pela Polícia Militar, principalmente, repassando a comunidade os telefones de emergência e principalmente o celular, o qual caracteriza a atividade do Projeto POVO, que é a da comunidade ter a disposição este número para facilitar o contato da Polícia Militar com a população.

GRÁFICO 6 – REUNIÕES COM A COMUNIDADE

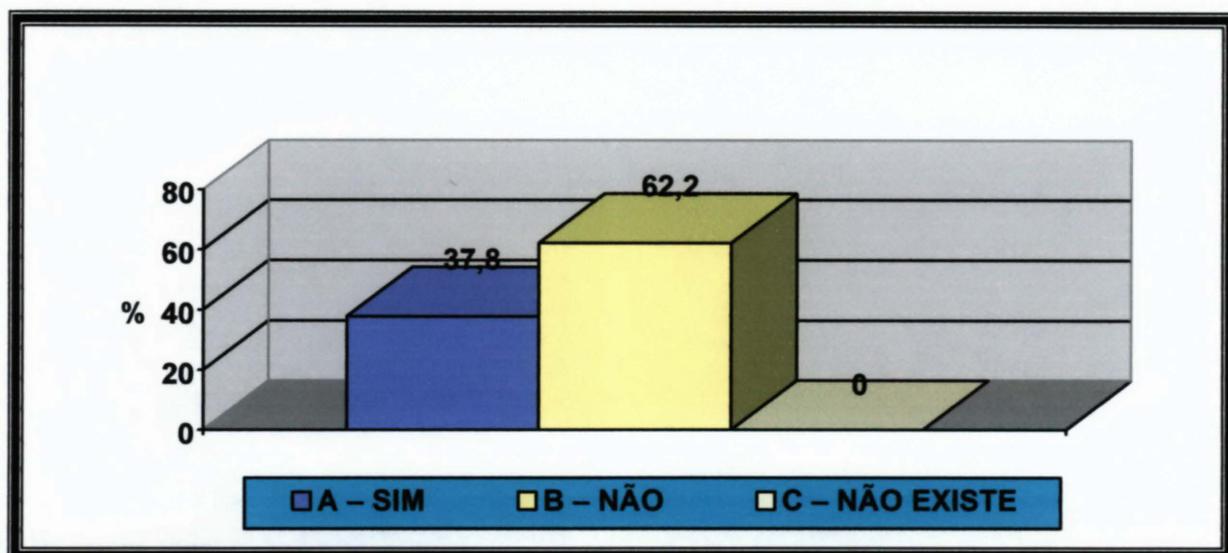
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 88,3 % responderam que não participam de reuniões com membros da comunidade do bairro em que presta serviço e 11,7% responderam que sim. Diante dos resultados verifica-se principalmente da necessidade de integrar os Policiais Militares que prestam serviço em determinado bairro com a comunidade local, procurando através desta interação, o comprometimento das partes envolvidas para que os problemas do bairro sejam solucionados.

GRÁFICO 7 - ABERTURA PARA SUGESTÕES

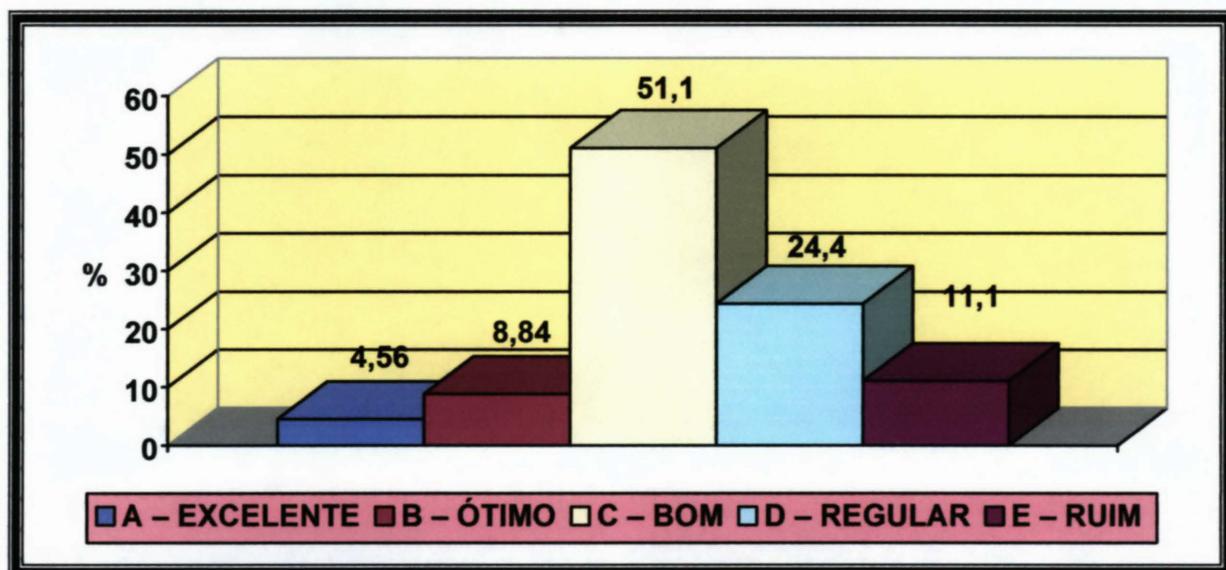
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 57,7 % responderam que tem acesso ao seu comandante para dar sugestões para melhoria das atividades operacionais beneficiando a instituição e a comunidade, 37,7% responderam que não e 4,6% prejudicado. Diante desta pesquisa denota-se que há necessidade de conscientização dos comandantes em dar abertura a seus subordinados para participar dando sugestões que possam melhorar o policiamento e ao mesmo tempo há necessidade de incentivar os policiais militares a ter uma maior participação neste processo, pois com as informações recebidas, há condições de obter resultados satisfatórios em benefício da corporação e da população.

GRÁFICO 8 – POSICIONAMENTO DA COMUNIDADE

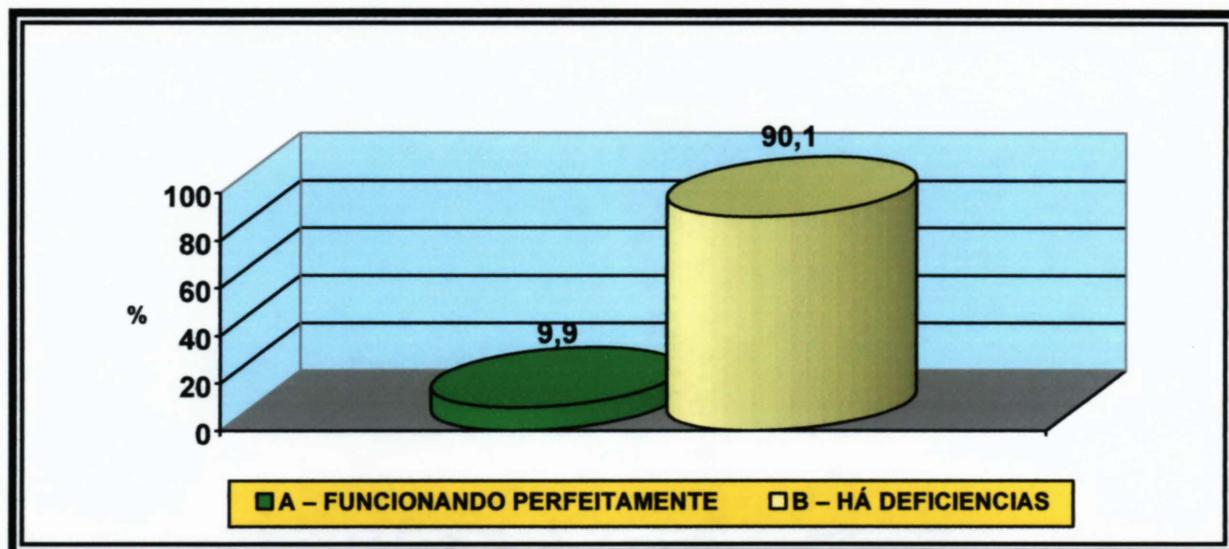
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 48,3 % responderam que a comunidade está mais próxima da polícia e mais preocupada com os problemas que acontecem no local onde residem, 44,4% responderam que não e 7,3% ficaram na dúvida. Baseado na pesquisa realizada conclui-se que atualmente diante do trabalho do Governo em divulgar a necessidade de ter uma Polícia mais próxima da comunidade, fez com que a população também se aproximasse da Polícia e despertasse para a busca das soluções dos problemas que ocorrem no local onde residem.

GRÁFICO 9 – ATUAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS

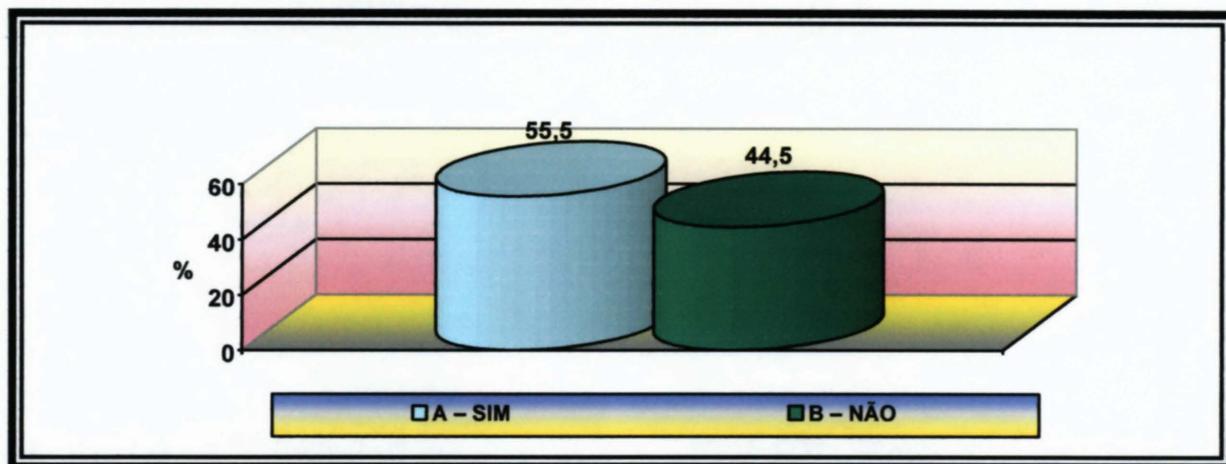
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 62,2 % responderam que os conselhos comunitários não são atuantes no bairro onde trabalha e 37,8% responderam que sim. Denota-se que há necessidade de uma maior participação dos Conselhos comunitários nos bairros, pois exercem um papel de extrema importância, para que os problemas levantados pela população sejam discutidos no dia a dia, quer em reuniões, com todos os órgãos envolvidos no processo, para que se busquem as soluções e conseqüentemente ocorra a integração da População e em especial com os Policiais Militares integrantes do Projeto POVO.

GRÁFICO 10 – INVESTIMENTO DO GOVERNO NO PROJETO POVO

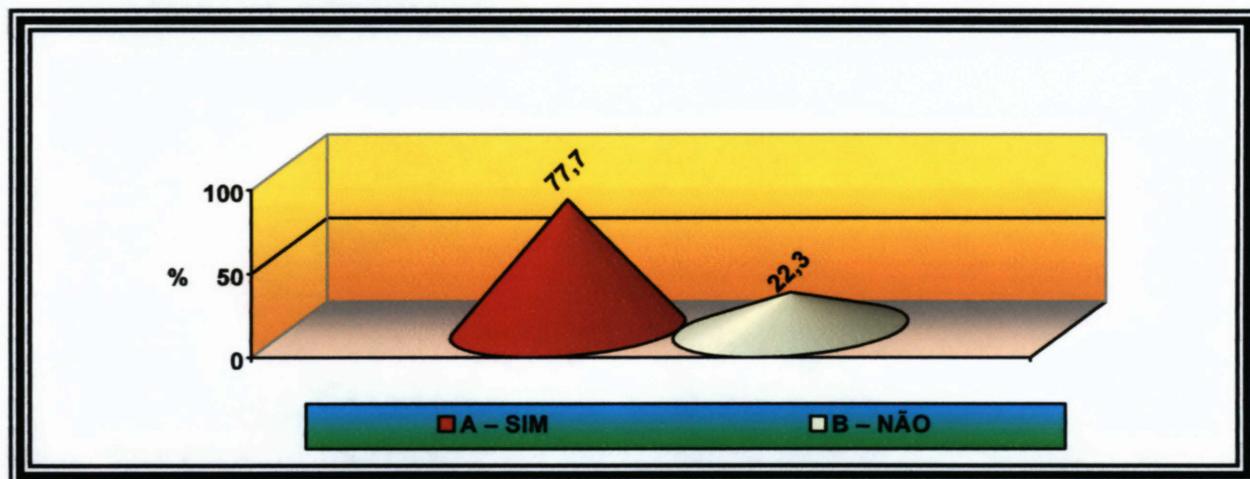
Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 51,1 % responderam que consideram bom o investimento do governo para a execução das atividades do Projeto POVO desenvolvido pela Polícia Militar, 24,4% consideram regular, 11,1% consideram ruim, 8,84% consideram ótimo e 4,56% acham excelente. Observa-se diante dos resultados da pesquisa que a maioria está satisfeito com os investimentos realizados pelo Governo para realização das atividades inerentes ao Projeto POVO, sendo estes investimentos em viaturas, equipamentos e aparelhos celulares.

GRÁFICO 11 – AVALIAÇÃO DO POLÍCIAMENTO

Considerando amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 90,1 % responderam que há deficiências no funcionamento do Projeto POVO e 9,9% responderam que as atividades estão funcionando perfeitamente. Efetivamente observou pelo resultado que existe deficiência, havendo necessidade de efetivo para que todas as estações funcionem com seu quadro completo, bem como há necessidade de se trabalhar para eliminar as resistências internas ao policiamento comunitário e ao mesmo tempo buscar através dos conselhos comunitários, uma motivação procurando despertar à comunidade para integrar-se ao processo e juntos buscar as soluções necessárias para melhorar as condições de vida da população e conseqüente fazer com que a corporação atinja os objetivos traçados.

GRÁFICO 12 – INSTRUÇÃO AO EFETIVO

Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 55,5 % responderam que há necessidade da intensificação de instrução aos Policiais Militares do Projeto POVO e 44,5% responderam que não. A maioria dos Policiais Militares em atividade no policiamento comunitário está capacitado em razão de concluírem o Curso de Polícia Comunitária, porém, há necessidade efetiva da manutenção com instruções envolvendo os policiais militares das unidades que estão envolvidas com o policiamento comunitário, pois o assunto é atual e diariamente existem novidades, motivo pelo qual os administradores devem colocar prioridade a manutenção das instruções aos integrantes da polícia militar.

GRÁFICO 13 – ATUAÇÃO EXCLUSIVA

Considerando a amostra de 45 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 77,7 % responderam que acredita em um resultado mais efetivo do Projeto POVO se ocorresse a formação de uma equipe específica para atuação no Policiamento Comunitário, como ocorre como a patrulha escolar e 22,3% acredita que não. A Patrulha escolar é formada por policiais militares que durante a sua jornada de trabalho fica responsável pelas atividades de policiamento ostensivo, preventivo e repressivo envolvendo as escolas e a exemplo desta atividade acredita os pesquisados da necessidade da formação de um grupo que exclusivamente seja responsável pelo policiamento comunitário nos bairros, realizando as visitas comunitárias, cumprindo desta forma um dos objetivos do projeto, que é a interação e a integração com a comunidade. Deve-se ressaltar o cuidado da praticidade desta intenção, pois a política do governo e da instituição policial é a de que todos os Policiais Militares executem suas atividades com espírito da filosofia de policiamento comunitário.

COMENTÁRIOS - INTERPRETAÇÃO DOS GRÁFICOS – PRAÇAS

Após analisar as respostas dadas ao questionário aplicado aos Praças da Polícia Militar, em uma amostra de 45 (quarenta e cinco) policiais pesquisados, pode-se concluir que:

Todos participaram de alguma atividade envolvendo o policiamento comunitário. Conclui-se desta forma que o efetivo policial militar das unidades subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital está engajado nas atividades do Policiamento Comunitário; no turno de serviço dos Policiais Militares prevalece o policiamento comunitário.

A atividade policial militar desenvolvida no dia a dia, nas unidades operacionais e durante os seus turnos de serviço prevalecem o atendimento de ocorrências (polícia reativa) e a execução de operações policiais; as unidades operacionais subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital estão cumprindo um dos objetivos do policiamento comunitário, através das visitas onde ocorre à interação da polícia com a comunidade; há necessidade de maior divulgação dos serviços prestados pela Polícia Militar, principalmente, repassando a comunidade o telefone celular, o qual caracteriza a atividade do Projeto POVO.

Verifica-se principalmente da necessidade de integrar os Policiais Militares que prestam serviço em determinado bairro com a comunidade local, pois 88,3 % responderam que não participam de reuniões com membros da comunidade do bairro em que presta serviço; há necessidade de conscientização dos comandantes em dar abertura a seus subordinados para participar dando sugestões que possam melhorar o policiamento, pois com as informações recebidas, há condições de obter resultados

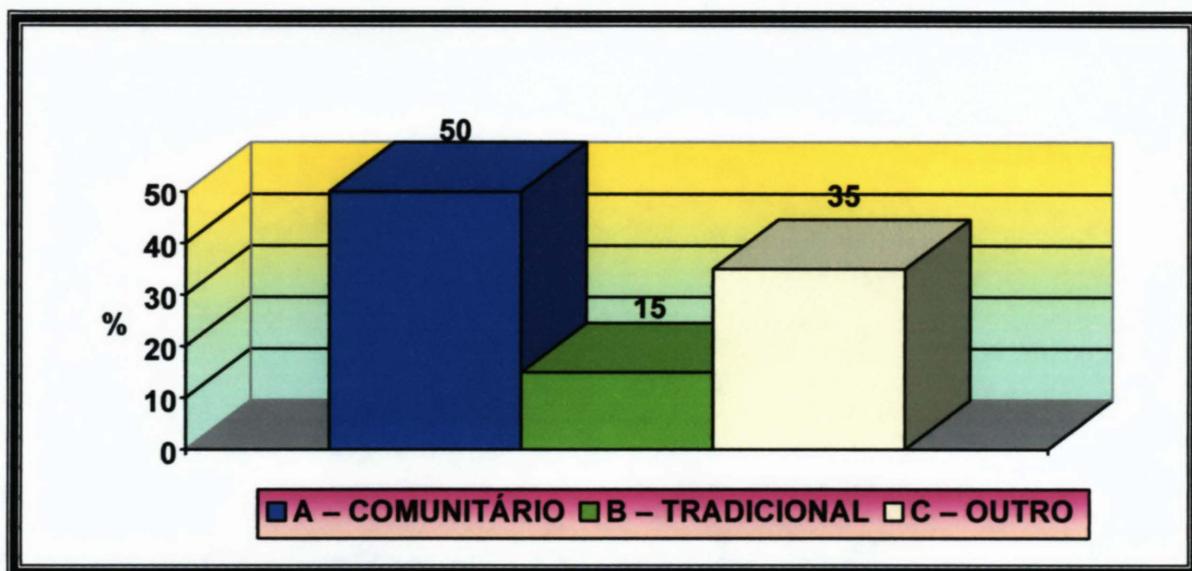
satisfatórios em benefício da corporação e da população; 48,3 % responderam que a comunidade está mais próxima da polícia e mais preocupada com os problemas que acontecem no local onde residem.

Há necessidade de uma maior participação dos conselhos comunitários nos bairros, pois exercem um papel de extrema importância, para que os problemas levantados pela população sejam discutidos; a maioria está satisfeito com os investimentos realizados pelo Governo para realização das atividades inerentes ao Projeto POVO; efetivamente existe deficiência de efetivo para que todas as estações POVO funcionem com seu quadro completo, bem como há necessidade de se trabalhar para eliminar as resistências internas ao policiamento comunitário.

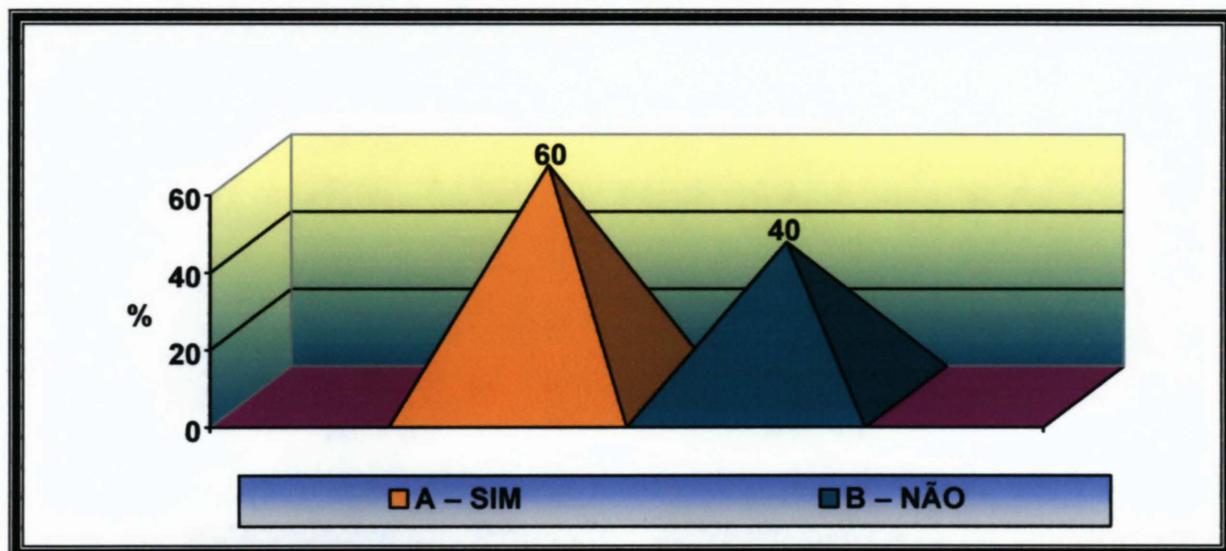
Também há necessidade da intensificação de instrução aos Policiais Militares do Projeto POVO, manutenção com instruções envolvendo os policias militares das unidades que estão envolvidas com o policiamento comunitário; 77,7% responderam que acredita em um resultado mais efetivo do Projeto POVO se ocorresse à formação de uma equipe específica para atuação no Policiamento Comunitário.

4.5.2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE QUESTIONÁRIO - CATEGORIA OFICIAIS

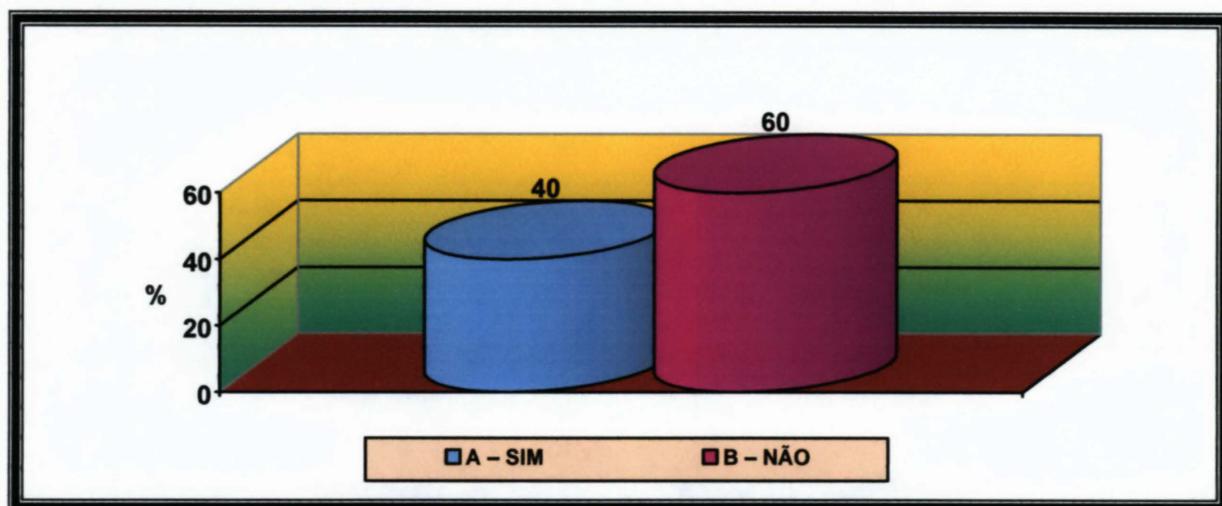
Destinados a colher a opinião dos policiais militares categoria Oficiais, a respeito dos seguintes quesitos: tipo de policiamento, policiamento reativo e proativo, quantidade de policiais militares destinados para as estações POVO, instruções ministradas, visitas, uso do telefone celular, reuniões com a comunidade, investimentos do governo do Estado, geoprocessamento, boletins comunitários.

GRÁFICO 1 – TIPO DE POLICIAMENTO

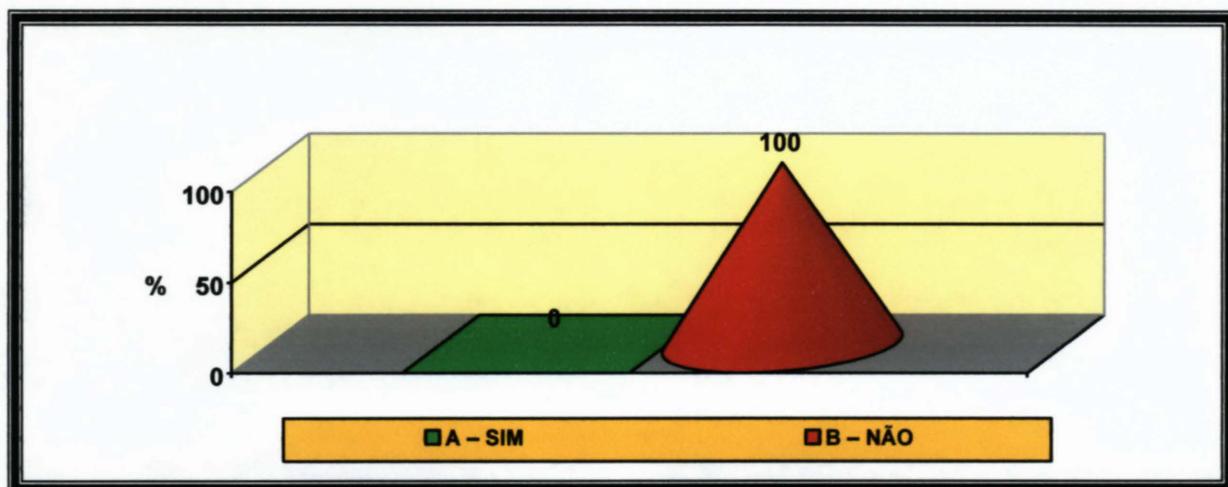
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 50 % responderam que a melhor forma de policiamento é o Comunitário, 15% responderam pelo policiamento tradicional e 35% pela mescla dos dois tipos de policiamento. Diante dos resultados, deve-se ressaltar que efetivamente a atividade desenvolvida pelo policiamento comunitário não exclui o atendimento de ocorrências policiais, não exclui as operações policiais seja de caráter preventiva ou repressiva, tanto que, o policiamento comunitário antes da implementação desta filosofia de trabalho, também era realizado pelo policiamento tradicional, pois as visitas eram realizadas, os contatos através dos cartões-programas eram e são executados pelos Policiais Militares nas suas jornadas de trabalho.

GRÁFICO 2 – CULTURA DE POLÍCIA REATIVA

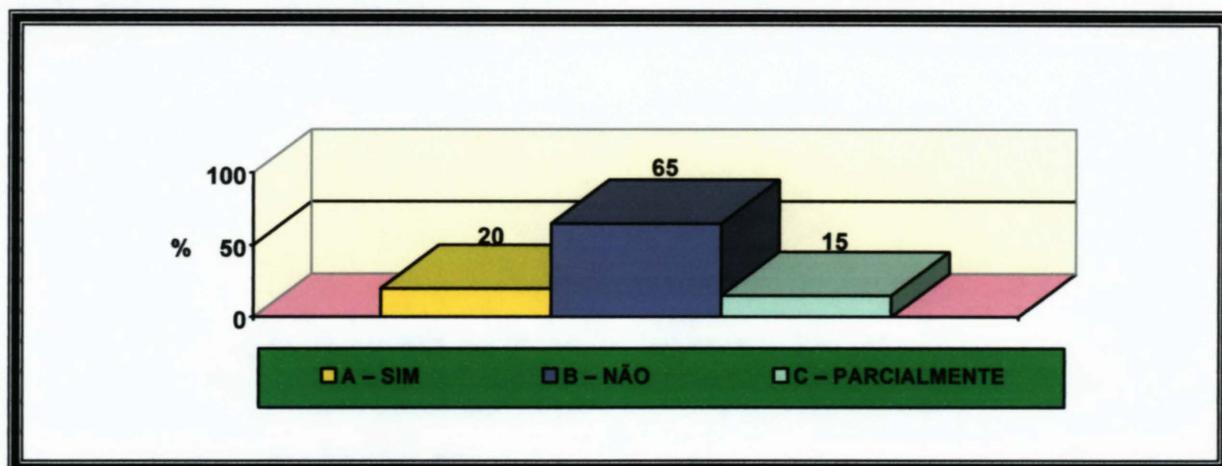
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 60,0% responderam que a cultura da polícia reativa seria um entrave para consolidação da doutrina de Polícia Comunitária na corporação e 40,0% acreditam que não seria um entrave. A atividade policial militar desenvolvida no dia a dia, principalmente nas unidades operacionais e durante os seus turnos de serviço prevalecem o atendimento de ocorrências e a execução de operações policiais, atividades estas preferenciais pelos Policiais Militares e acrescidas pela resistência de realizarem visitas comunitárias.

GRÁFICO 3 - AVALIAÇÃO DO POLÍCIAMENTO TRADICIONAL

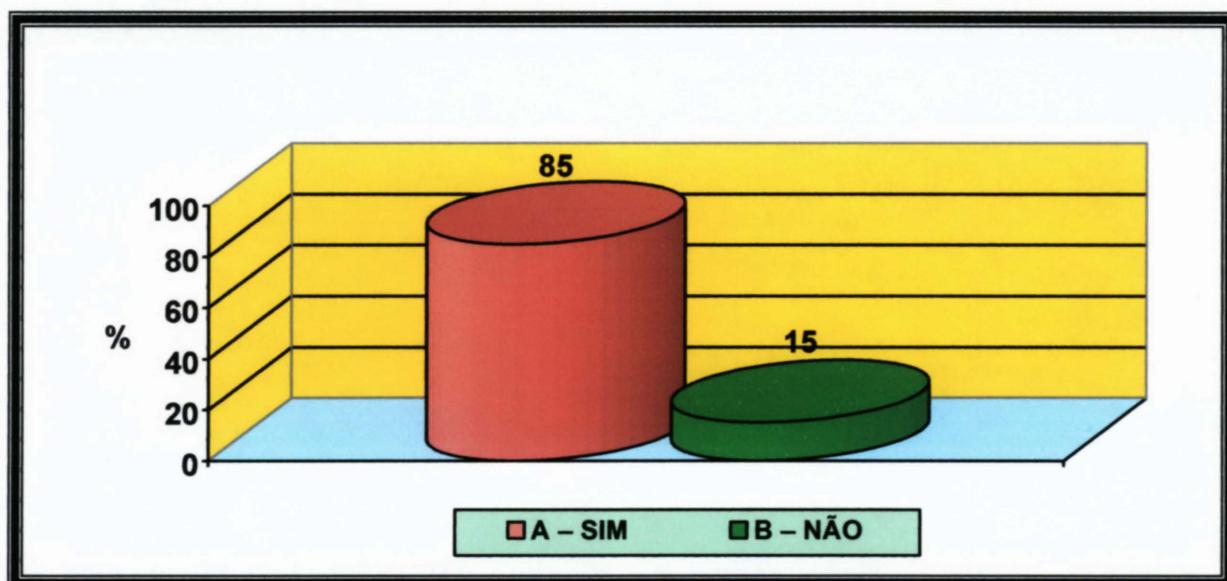
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 60,0% responderam que o Policiamento tradicional não foi eficaz no combate à criminalidade em Curitiba e 40,0% dos pesquisados responderam que sim. Com relação a este tópico, chega-se a conclusão de que efetivamente a ação do policiamento tradicional, com características de uma polícia reativa, isto é, aguardar o fato acontecer para posterior ser atendido pela polícia militar, não está sendo eficaz para o combate a criminalidade, pois, a criminalidade são efeitos dos problemas da sociedade e na verdade há necessidade de ações preventivas, visando identificar e atacar as causas dos problemas que acontecem na sociedade, e para tal a própria Sociedade, o Governo, os Órgãos Não Governamentais, enfim todos têm uma parcela de responsabilidade, para a resolução dos problemas de qualquer natureza, propiciando com estas atitudes, melhores condições de vida para a população.

GRÁFICO 4 – EFETIVO

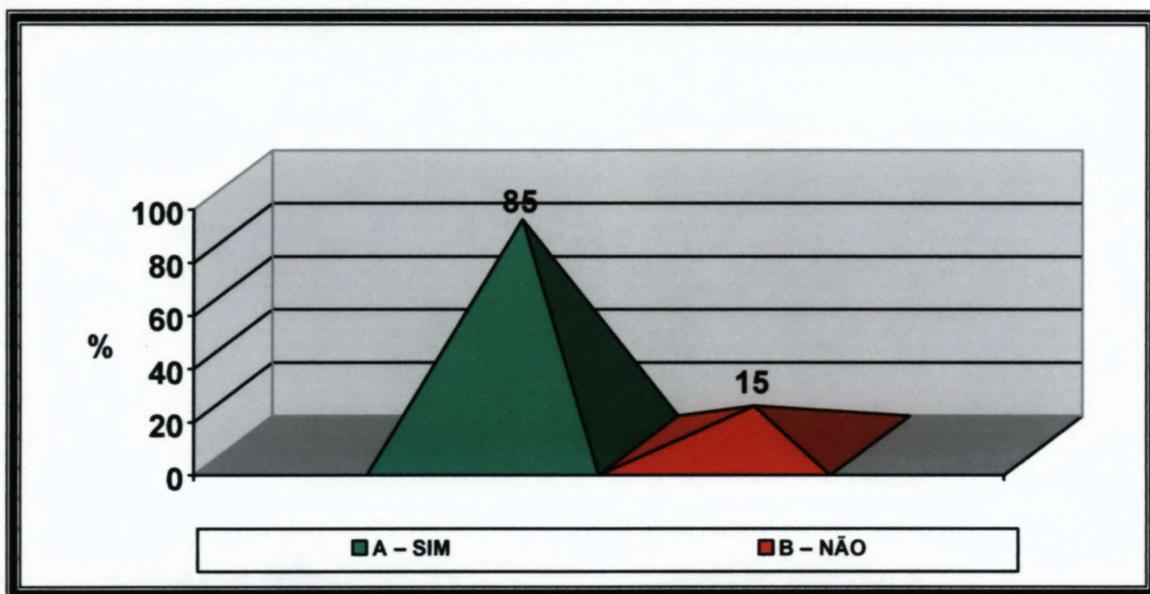
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 100,0% responderam que o efetivo existente não é suficiente para atender as necessidades do Projeto POVO. Diante da resposta da pesquisa realizada, observa-se que todas as unidades subordinadas do Policiamento da Capital que executam o Projeto POVO, estão com seus quadros de efetivo defasados, necessitando a inclusão de Policiais Militares para que todas as 75 (setenta e cinco) estações do Projeto POVO trabalhem com equipes completas, facilitando desta forma o cumprimento das metas e dos objetivos do Governo do Estado e da Corporação.

GRÁFICO 5 – ADAPTAÇÃO AO POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

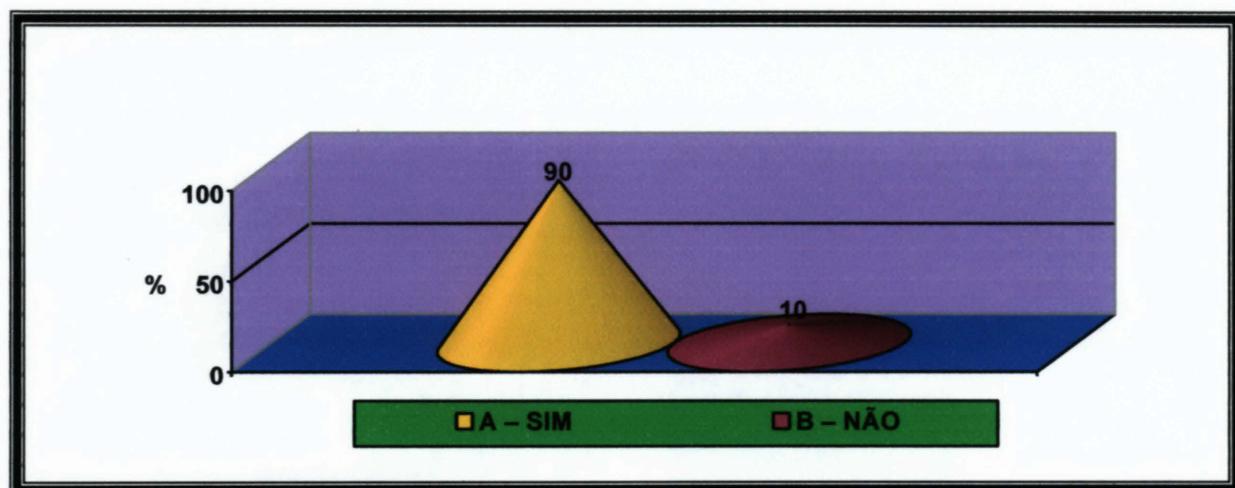
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 65,0% responderam que os Policiais Militares não estão adaptados para exercer a atividade do policiamento comunitário e 20,0% responderam que sim e 15% responderam que estão parcialmente adaptados ao policiamento comunitário. Diante desta resposta, denota-se que a resistência do público interno em persistir pelo Policiamento Tradicional, prevalecendo o atendimento de ocorrências policiais e se esquivando de visitas comunitárias, a falta de manutenção de instrução dos assuntos relativos a Polícia Comunitária, a instabilidade do Projeto pela defasagem de efetivo e falta de conscientização que a aproximação da Polícia com a comunidade não é questão de luxo, mas sim de sobrevivência da instituição, são fatores que de certa forma interferem para a adaptação do Policial Militar na execução das atividades do policiamento comunitário.

GRÁFICO 6 – INSTRUÇÃO

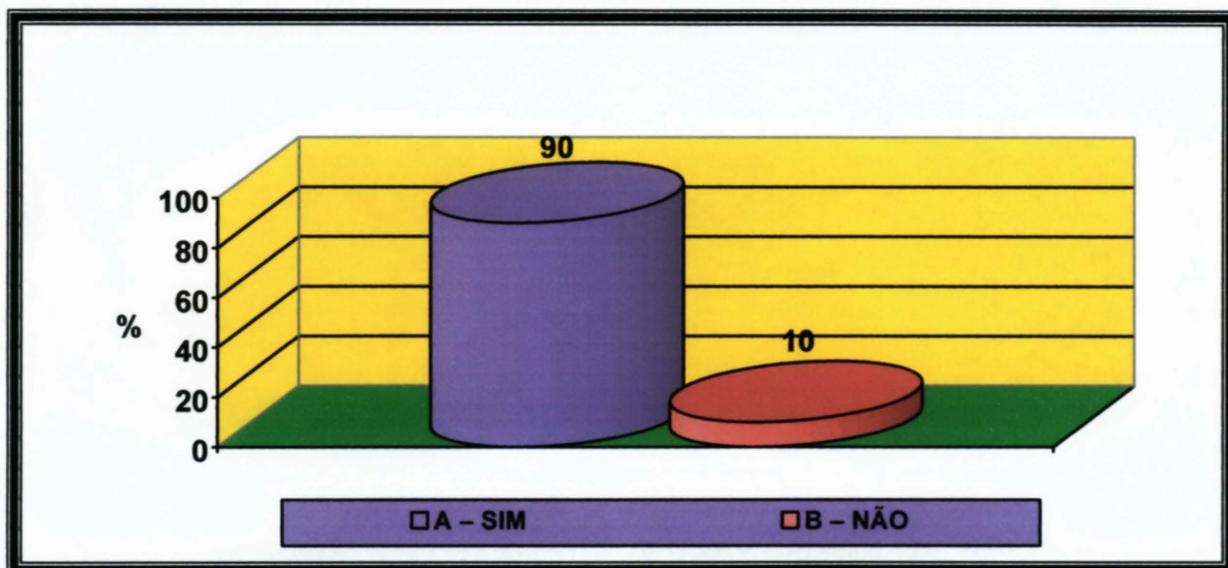
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 85,0 % responderam que há necessidade da intensificação de instrução aos Policiais Militares do Projeto POVO e 15,0% responderam que não. A maioria dos Policiais Militares em atividade no policiamento comunitário está capacitado em razão de concluírem o Curso de Polícia Comunitária, porém, há necessidade efetiva da manutenção com instruções envolvendo os policiais militares das unidades que estão envolvidas com o policiamento comunitário, pois o assunto é atual e diariamente existem novidades, motivo pelo qual os administradores devem colocar prioridade a manutenção das instruções aos integrantes da polícia militar.

GRÁFICO 7 - VISITAS

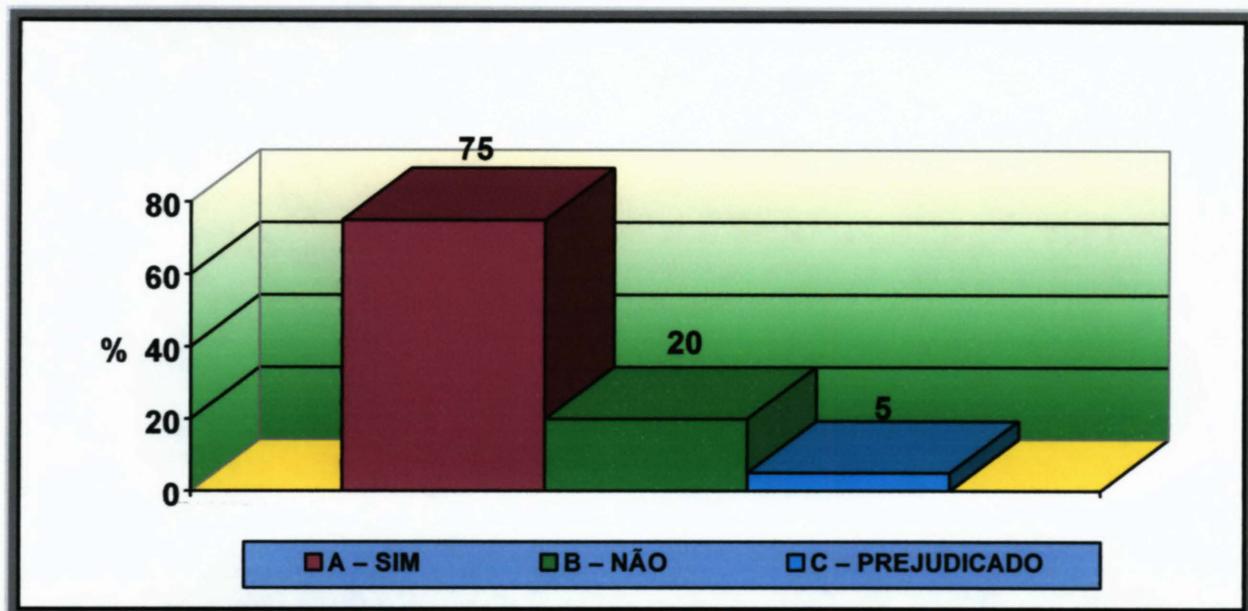
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 85,0% responderam que realizam visitas comunitárias e apenas 15,0% responderam que não. Observa-se que as unidades operacionais subordinadas ao comando do policiamento da capital estão cumprindo com um dos objetivos do policiamento comunitário, a qual através das visitas ocorre à interação da polícia com a comunidade.

GRÁFICO 8 - CELULAR POVO

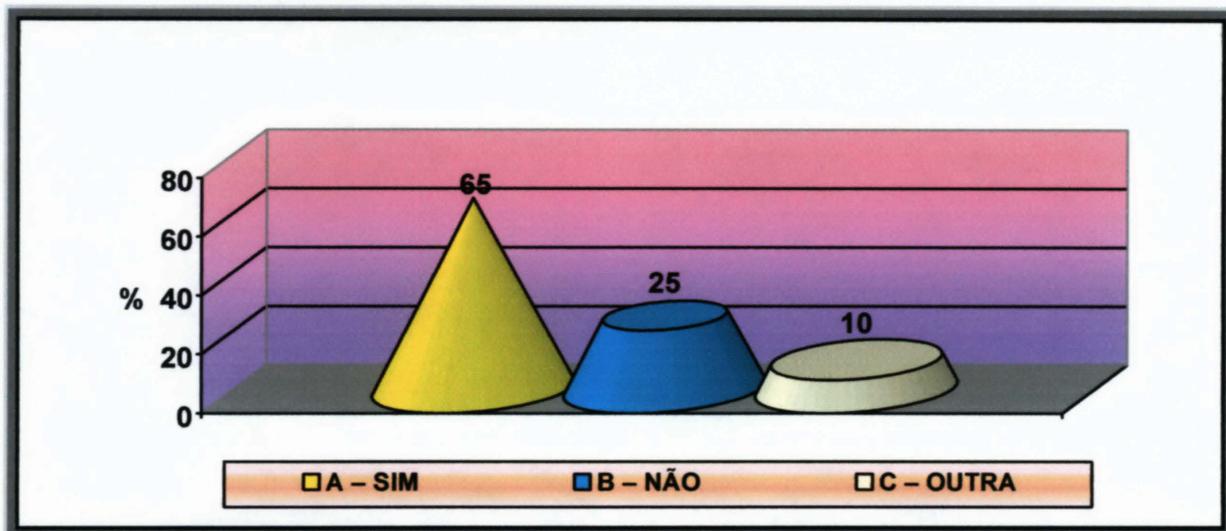
Considerando amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 90,0 % responderam que é freqüente o atendimento de ocorrências através do Telefone Celular POVO e 10,0% responderam que não. Diante desta pesquisa denota-se que há necessidade de maior divulgação dos serviços prestados pela Polícia Militar, principalmente, repassando a comunidade os telefones de emergência e principalmente o celular, o qual caracteriza a atividade do Projeto POVO, que é a da comunidade ter a disposição este número para facilitar o contato da Polícia Militar com a população.

GRÁFICO 9 - REUNIÕES COM A COMUNIDADE

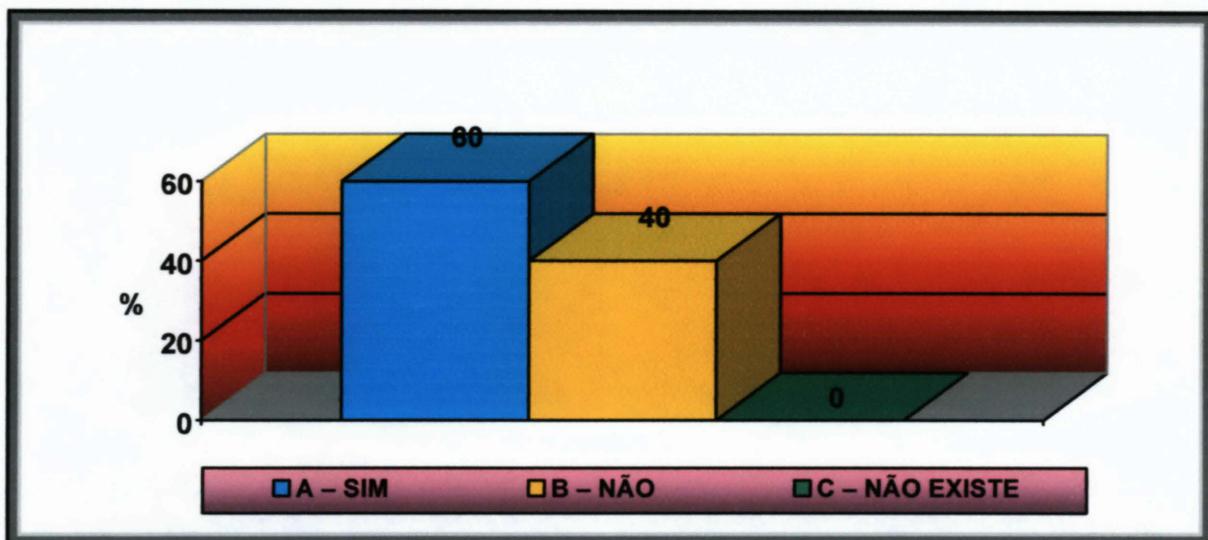
Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 90,0 % responderam que participam de reuniões com membros da comunidade do bairro em que presta serviço e 10,0% responderam que não. Diante dos resultados verifica-se principalmente da necessidade de integrar também os demais Policiais Militares que prestam serviço em determinado bairro com a comunidade local, pois o resultado indica que apenas os Oficiais estão realizando esta atividade, portanto, cabe motivar para que todos participem procurando através desta interação, o comprometimento das partes envolvidas para que os problemas do bairro sejam solucionados.

GRÁFICO 10 – PARTICIPAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES

Considerando a amostra de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 75,0% responderam que há participação dos Policiais Militares com sugestões para melhoria dos resultados operacionais de seu bairro em benefício do serviço e da comunidade, 20,0% responderam que não e 5,0% não opinaram. Observa-se que há necessidade de motivar, conscientizar os policiais militares a se integrar dentro do seu ambiente de trabalho, incentivando a dar sugestões para melhoria das atividades do dia a dia. Cabe ressaltar que para isto depende muito da atuação dos superiores hierárquicos, quer oficiais ou praças, pois há policiais militares que não permitem a participação do subordinado neste processo, o que deve-se ser exposto que as sugestões devem ser positivas e de caráter profissional.

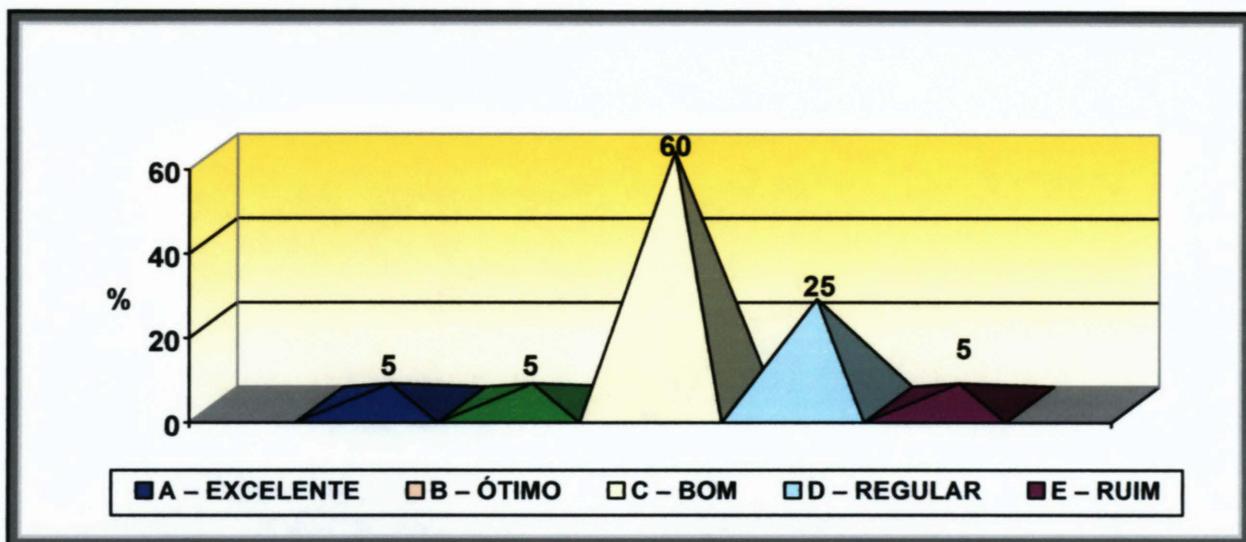
GRÁFICO 11 – POSICIONAMENTO DA COMUNIDADE

Considerando o universo de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 65,0 % responderam que a comunidade está mais próxima da polícia e mais preocupada com os problemas que acontecem no local onde residem, 25,0 % respondeu que não e 10,0% ficaram na dúvida. Baseado na pesquisa realizada conclui-se que atualmente diante do trabalho do Governo em divulgar da necessidade de ter uma Polícia mais próxima da comunidade, fez com que a população também se aproximasse da Polícia e despertasse para a busca das soluções dos problemas que ocorrem no local onde residem.

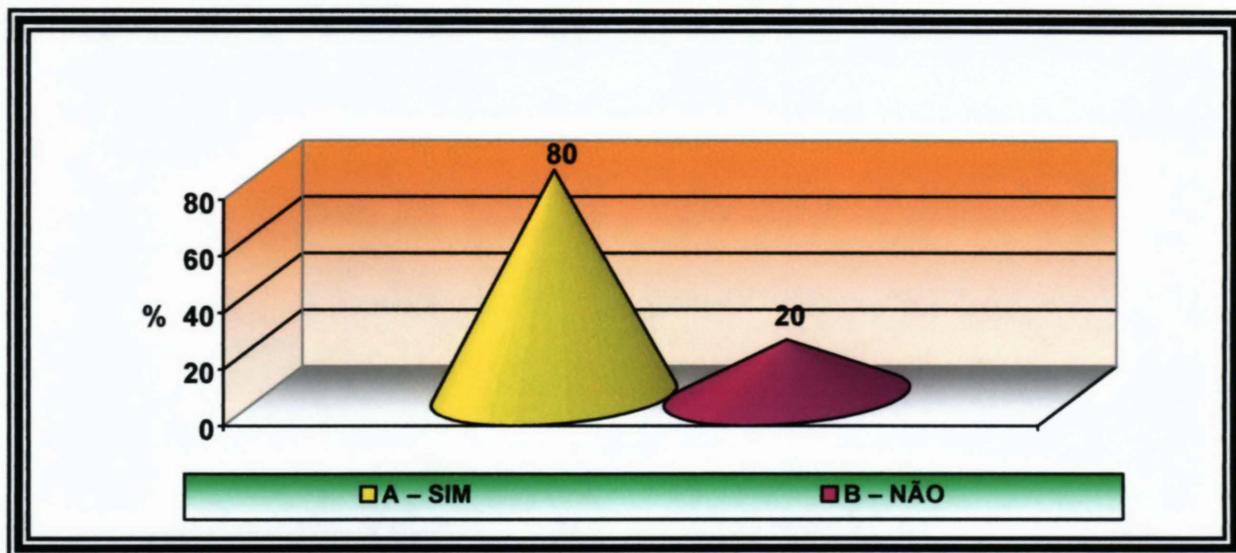
GRÁFICO 12 – ATUAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS

Considerando o universo de 20 (quarenta e cinco) Policiais Militares pesquisados, 60,0 % responderam que os conselhos comunitários são atuantes no bairro onde trabalha e 40,0% responderam que não. Denota-se que há necessidade de uma maior participação dos Conselhos comunitários nos bairros, pois exercem um papel de extrema importância, para que os problemas levantados pela população sejam discutidos no dia a dia, quer em reuniões, com todos os órgãos envolvidos no processo, para que se busquem as soluções e conseqüentemente ocorra a integração da População e em especial com os Policiais Militares integrantes do Projeto POVO.

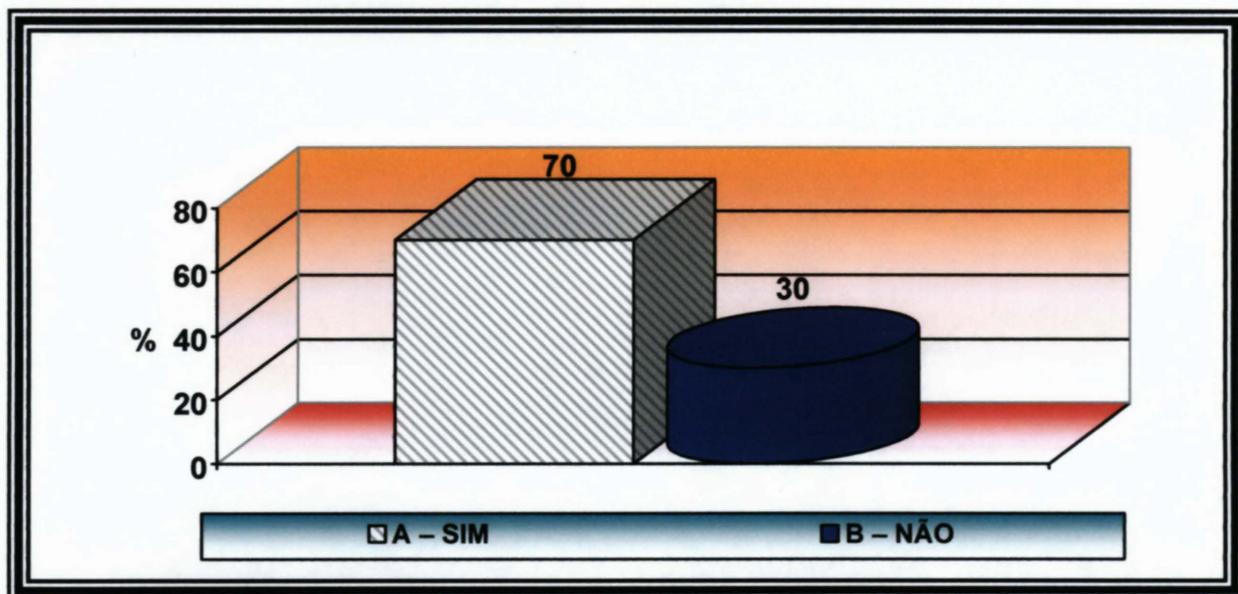
GRÁFICO 13 - INVESTIMENTO DO GOVERNO



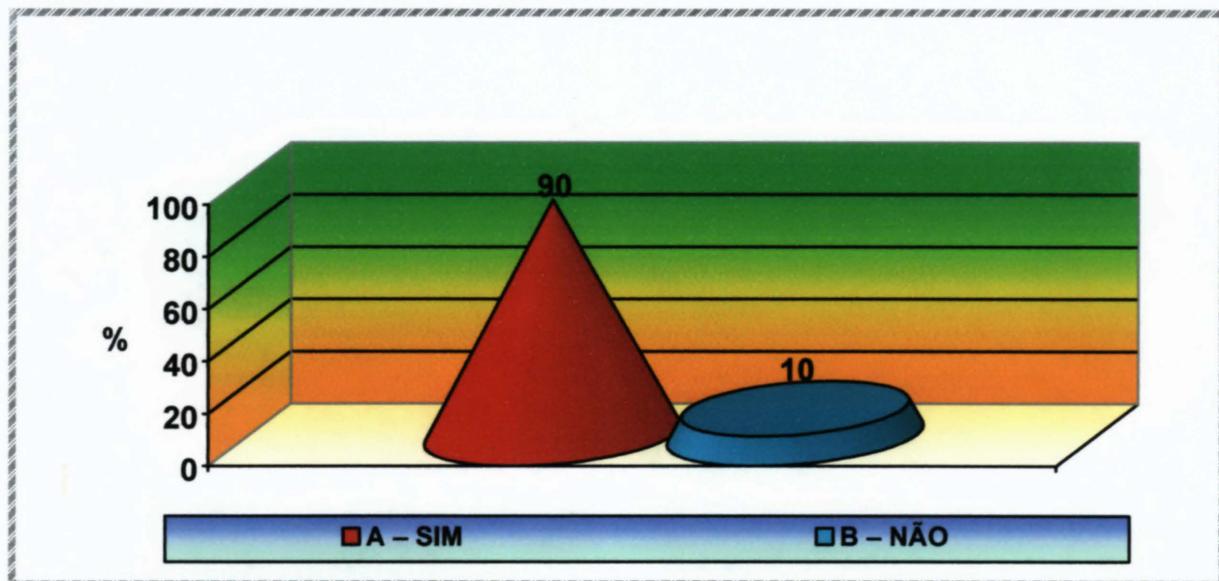
Considerando o universo de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 60,0 % responderam que consideram bom o investimento do governo para a execução das atividades do Projeto POVO desenvolvido pela Polícia Militar, 25,0% consideram regular, 5,0% consideram ruim, 5,0% consideram ótimo e 5,0% acham excelente. Observa-se diante dos resultados da pesquisa que a maioria está satisfeito com os investimentos realizados pelo Governo para realização das atividades inerentes ao Projeto POVO, sendo estes investimentos em viaturas, equipamentos e aparelhos celulares.

GRÁFICO 14 – ATUAÇÃO EXCLUSIVA

Considerando o universo de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 80,0 % responderam que acredita em um resultado mais efetivo do Projeto POVO se ocorresse há formação de uma equipe específica para atuação no Policiamento Comunitário, como ocorre como a patrulha escolar e 20,0% acredita que não. A Patrulha escolar é formada por policiais militares que durante a sua jornada de trabalho fica responsável pelas atividades de policiamento ostensivo, preventivo e repressivo envolvendo as escolas e a exemplo desta atividade acredita os pesquisados da necessidade da formação de um grupo que exclusivamente seja responsável pelo policiamento comunitário nos bairros, realizando as visitas comunitárias, cumprindo desta forma um dos objetivos do projeto, que é a interação e a integração com a comunidade. Deve-se ressaltar o cuidado da praticidade desta intenção, pois a política do governo e da instituição policial é a de que todos os Policiais Militares executem suas atividades com espírito da filosofia de policiamento comunitário.

GRÁFICO 15 – GEOPROCESSAMENTO

Considerando o universo de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 70,0 % responderam que a ferramenta Geoprocessamento está sendo utilizada para direcionamento do policiamento e 30,0% respondeu que não. Observa-se que esta ferramenta foi criada pelo Governo do Estado, com gerenciamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública e está em atividade pela Polícia Militar e Polícia Civil e os resultados obtidos fazem com que o policiamento seja direcionado para minimizar os problemas da área de segurança pública.

GRÁFICO 16 – BOLETINS COMUNITÁRIOS

Considerando o universo de 20 (vinte) Policiais Militares pesquisados, 90,0 % responderam que os dados colhidos nos Boletins Comunitários por ocasião das visitas, estão sendo avaliados para identificar os anseios da comunidade e os problemas levantados no bairro e 10,0% responderam que não. Esta ferramenta de trabalho é de suma importância que está à disposição dos integrantes do Projeto POVO e a sua utilização tem gerado resultados positivos em benefício do serviço em prol da sociedade.

COMENTÁRIOS - INTERPRETAÇÃO DOS GRÁFICOS – OFICIAIS

Após analisar as respostas dadas ao questionário aplicado aos Oficiais da Polícia Militar, Comandantes das Estações POVO, em uma amostra de 20 (vinte) policiais pesquisados, conclui-se que responderam como opção principal percentualmente que: a melhor forma de policiamento é o Comunitário; a cultura da

polícia reativa seria um entrave para consolidação da doutrina de Polícia Comunitária na corporação.

Que o Policiamento tradicional não foi eficaz no combate à criminalidade em Curitiba; o efetivo existente não é suficiente para atender as necessidades do Projeto POVO; os Policiais Militares não estão adaptados para exercer a atividade do policiamento comunitário; há necessidade da intensificação de instrução aos Policiais Militares do Projeto POVO.

Que a maioria dos Policiais Militares em atividade no policiamento comunitário está capacitado em razão de concluírem o Curso de Polícia Comunitária; realizam visitas comunitárias; é freqüente o atendimento de ocorrências através do Telefone Celular POVO; participam de reuniões com membros da comunidade do bairro em que presta serviço.

Que há participação dos Policiais Militares com sugestões para melhoria dos resultados operacionais de seu bairro em benefício do serviço e da comunidade a comunidade está mais próxima da polícia e mais preocupada com os problemas que acontecem no local onde residem; os conselhos comunitários são atuantes no bairro onde trabalha.

Considera-se bom o investimento do governo para a execução das atividades do Projeto POVO desenvolvido pela Polícia Militar; acredita em um resultado mais efetivo do Projeto POVO se ocorresse há formação de uma equipe específica para atuação no Policiamento Comunitário, como ocorre como a patrulha escolar; a ferramenta Geoprocessamento está sendo utilizada para direcionamento do policiamento; os dados colhidos nos Boletins Comunitários por ocasião das visitas

estão sendo avaliados para identificar os anseios da comunidade e os problemas levantados no bairro.

4.5.3. Análise e Interpretação das Entrevistas

Foram entrevistados neste trabalho os 03 (três) Oficiais da Polícia Militar, os quais ocupam a função de Coordenador do Projeto POVO dentro das Unidades do 12º BPM, Cap. QOPM BRUNO SOARES DA SILVA, 13º BPM Cap. QOPM LUIZ MARCELO MAZIERO JAKIEMIV e 20º BPM Cap. QOPM JOÃO LUIZ SARTOR, que abrangem efetivamente os Batalhões que prestam serviços operacionais na cidade de Curitiba.

Em suas considerações os Oficiais relatam por unanimidade que o efetivo existente é insuficiente para atender as necessidades exigidas pelo Projeto POVO. Esclarecem que o ponto forte atualmente são os recursos materiais existentes para aplicação no Projeto, pois os Policiais Militares em atividade tem a sua disposição Viaturas Auto, Viaturas Moto e o Aparelho Celular.

A principal característica deste tipo de policiamento é a aproximação da Polícia com a comunidade e para isto segundo os entrevistados, esta aproximação está sendo realizada através das visitas comunitárias, empregando principalmente quando as equipes policiais se encontram escaladas nas equipes de reforço. Acrescentam ainda que durante a atividade normal das equipes de serviço, também são realizadas as visitas, mas existe um complicador, que são o atendimento de ocorrências policiais e dependendo do caso, absorve determinado para o seu encerramento.

Conforme os entrevistados também estão sendo utilizados os dados coletados no sistema, que retratam através do geoprocessamento o mapa do crime, de onde são analisados os resultados para aplicação posteriores com ações preventivas e repressivas, porém, esta ferramenta de trabalho, segundo os entrevistados, é de suma importância e deve ser implementado a sua utilização pelas unidades subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital. Outro aspecto levantado e deve ser melhorado através de instruções aos Policiais Militares responsáveis pelo Comando das Estações do Projeto POVO é a avaliação dos Boletins Comunitários preenchidos pelas equipes do Projeto, por ocasião das visitas comunitárias.

4.5.4. Análise da pesquisa realizada com outras Corporações

Foram enviados questionários para 10 (dez) Policiais Militares de outros Estados e dentre estes somente a Bahia e São Paulo responderam, de onde, foram extraídas as seguintes informações: Que tanto os Policiais Militares da Bahia e de São Paulo executam o Policiamento Comunitário há mais de 10 (dez) anos. Que 90% de seus efetivos já possuem o Curso de Policia Comunitária e esta disciplina está inserida nos Cursos de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento. Estão em atividade e em desenvolvimento Projetos Comunitários que visam integrar a Policia da Comunidade, bem como, os Conselhos Comunitários são atuantes nos respectivos Estados. De acordo com as informações existe integração entre a Polícia Militar, comunidade e demais órgãos que integram a Polícia Comunitária.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após promulgação da Constituição Federal de 1988, com a abertura política, surgiu a necessidade de reavaliar a atuação das Polícias, pois a participação da sociedade ficou mais efetiva, obrigando as instituições a se adaptarem a nova realidade, além de melhorar a sua imagem e conseqüentemente executar ações que cada vez mais aproxime a comunidade da Polícia.

A Polícia Militar em especial, também a partir de 1988, principalmente na década de 90, impulsionada pelo Governo do Estado, iniciou os primeiros trabalhos no que se refere às atividades comunitárias, procurando desta forma modificar o comportamento dos profissionais da área da segurança pública, que eram levados parcialmente em realizar ações de Polícia Reativa, fugindo dos moldes de uma Polícia com filosofia Comunitária.

Com esta abertura, provocada pela Constituição Federal, surgiram com maior ênfase na sociedade as palavras como comunidade, comunitária, cidadã e conseqüentemente a formação de conceitos e definições envolvendo tais denominações. Cabe destacar a definição de Polícia Comunitária que é entendida doutrinariamente pela Polícia Militar do Paraná, como a filosofia de atuação na Polícia Militar marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos a segurança pública; ou seja, Polícia Comunitária é a reunião de todos os órgãos e segmentos da sociedade, para que juntos busquem as soluções dos problemas de toda a natureza, que acontecem em determinado local.

Vive-se num mundo difícil onde há a necessidade da participação e integração de toda a sociedade na busca de soluções dos problemas sociais que afetam diretamente a comunidade como um todo. Muitos segmentos atualmente estão se movimentando no sentido de realizar ações comunitárias, visando minimizar as dificuldades vividas no dia a dia pela população. Dentre estes segmentos, cita-se Programa de Resgate Social, desenvolvido pela Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba; a Ação Global, trabalho social realizado pela Rede Globo e SESI em todo o país; a Pastoral da Criança, uma ação de solidariedade que tem como objetivo a redução da mortalidade infantil e o J. Malucelli que executa ação social envolvendo crianças e adolescentes.

Dentro da Polícia Militar do Paraná, são desenvolvidas ações comunitárias que beneficiam toda a população. Dentre estas ações cita-se o Bombeiro Comunitário, onde o Estado disponibiliza ao município uma Viatura de Combate a incêndios, o Posto de Bombeiro Comunitário, além de treinamento utilizando os profissionais do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil; A Patrulha Escolar Comunitária, que realiza ações preventivas envolvendo todas as escolas, caracterizado pelo trabalho desenvolvido pelos Policiais com a prática da filosofia de Policiamento Comunitário; o Proerd, programa que atua na educação preventiva primária, principalmente contra as drogas e a violência; o Formando Cidadão/Cidadã, parceria do Estado e Município, onde atende com ações sociais a adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos de idade. Além destas ações comunitárias, vale lembrar que o Projeto POVO, trabalho desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná, tem na sua essência o Policiamento comunitário.

A Polícia Comunitária é uma atividade que vem sendo desenvolvida não somente na Polícia Militar do Paraná, mas já é um exemplo de integração dos órgãos públicos, tanto em outros Estados Brasileiros, quanto em outros países.

Dentre as experiências internacionais destaca-se o Japão, onde desenvolve um dos processos mais antigos de policiamento comunitário, montado numa ampla rede de Postos Policiais, denominados Kobans e os, Postos Policiais onde o Policial reside é conhecido como Chusaichos. Além do Japão, há de se destacar o Policiamento Comunitário nos Estados Unidos, França, Canadá, cujo modelo é referência para o Brasil, utilizando o método CAPRA, que envolve o Cliente, Análise, Parceria, Resposta e Avaliação. Além destes países envolvidos no Policiamento Comunitário, acrescenta-se a Espanha, Austrália, Noruega e Suécia. Diante do quadro chega-se a conclusão de que a atividade de Polícia Comunitária envolve parte do mundo, como filosofia de trabalho, cuja integração de toda sociedade e o poder público, seria a alternativa para o início das soluções dos problemas que acontecem em determinado local.

No Brasil, além do Estado do Paraná, destaca-se o Estado de São Paulo, que foi marcada pela criação dos Conselhos Comunitários de Segurança que consideram a essência da participação comunitária. Destaca-se ainda o Policiamento Comunitário nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão e Rio de Janeiro, diante disto chega-se ao consenso de que a mudança comportamental dos integrantes das Polícias Militares para uma Polícia Comunitária seria a ideal e a mais coerente nos dias atuais.

No Paraná, o trabalho de Policiamento Comunitário já vem acontecendo há muito tempo, desde a época da Rádio Patrulha, onde o contato com a comunidade era realizado através dos Cartões-Programa. O sistema Modular com estrutura física de um Posto Policial, complementado com efetivo e viaturas, tinha como filosofia a aproximação do Policial Militar com a comunidade. Ainda no Paraná foi criado no Governo Roberto Requião a Patrulha Escolar Comunitária, responsável pela aproximação da Polícia Militar com a comunidade escolar. Estas ações de Polícia Comunitária em atividade na Polícia Militar do Paraná já demonstram juntamente com o Projeto POVO, que a Polícia Militar pela sua característica de ostensividade e prevenção citados na Constituição Federal, sempre teve a preocupação de estar presente e mais próxima da comunidade, atendendo desta forma o principal objetivo da polícia comunitária.

O Projeto POVO teve a primeira fase em 1993, no Governo Roberto Requião e o posteriormente sua continuidade sua continuidade no seu segundo mandato. A partir de 2003 este projeto incentivado pelo Governo do Estado, a Polícia Militar melhor estruturada e com maior conhecimento, principalmente com experiências da filosofia de Polícia Comunitária de outros países e de outros estados brasileiros deu seqüência em todo o Estado do Paraná.

Este trabalho começou com a capacitação dos Policiais Militares com Cursos de Polícia Comunitária, visando mudar o comportamento de seus integrantes, pois a cultura que prevalecia era de uma Polícia Tradicional, isto é, a aproximação da Polícia com a Comunidade não era prioridade.

Já está em atividade em Curitiba, desde novembro de 2005, o Projeto POVO, tendo 60 (sessenta) estações que abrange os 75 (setenta e cinco) bairros existentes na capital do Estado. O efetivo empregado ainda é insuficiente para a sua atuação 24 horas, pois atualmente existem estações com seus efetivos incompletos, porém há de se ressaltar que as unidades operacionais, através de seus respectivos Comandantes, estão administrando de forma estratégica, aplicando com diversos tipos de escala, para que todas as estações sejam atendidas.

Os recursos materiais para que o Projeto POVO funcione com eficiência e eficácia está sendo suficiente, porém, há necessidades de investimentos em viaturas policiais, viaturas motos e aparelhos celulares, para que fiquem como reserva técnica em casos de baixas por problemas de acidentes e manutenção.

Analisando especificamente este quadro, envolvendo a capacitação do efetivo, os recursos humanos e materiais, conclui-se que dentro das unidades subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital, que envolve o 12º BPM, 13º BPM e 20º BPM, há ainda necessidade de capacitar 232 (duzentos e trinta e dois) Policiais Militares, com o Curso de Policiamento Comunitário. Além disto, as unidades devem intensificar seus efetivos com instruções da Filosofia de Policia Comunitária, procurando conscientizar da importância e necessidade deste trabalho de parceria com a comunidade.

Cabe acrescentar que todos os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento estão inseridos a disciplina de Policia Comunitária. Com relação ao efetivo para aplicação no Projeto POVO em Curitiba, há necessidade das Unidades da Capital receberem um efetivo de 304 (trezentos e quatro) Policiais Militares para

completarem os seus quadros, visando com isto, atender os objetivos estabelecidos pelo Projeto POVO, que tem a essência na aproximação do Policial Militar com a comunidade. Referente aos recursos materiais, torne-se necessário o investimento em a mais de 18 (dezoito) Viaturas, 32 (trinta e duas) motocicletas e 82 (oitenta e dois) aparelhos Celulares, os quais parte destes ficarão como reserva técnica, tendo em vista a possibilidade de baixas por acidentes ou manutenção. Que tanto o pedido de efetivo e de recursos materiais, visa ter a reserva técnica, para que o projeto não sofra a quebra de sua continuidade.

O próprio conceito de Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário já citam uma relação de aproximação da Polícia com a Comunidade. A Polícia Militar, no caso, as Unidades sediadas na Capital do Estado, tem a incumbência de realizar as visitas comunitárias nos 75 (setenta e cinco) bairros de Curitiba, distribuídos nas 60 (sessenta) estações do Projeto POVO e desde 2004 já foram realizadas 111.154 (cento e onze mil, cento e cinqüenta e quatro) visitas, as quais são registradas em Boletins Comunitários e posteriormente os resultados são analisados pelos Comandantes das Estações do Projeto POVO, para as medidas que julgarem necessárias. Dentro ainda deste aspecto torna-se indispensável relatar que existem dificuldades para que esta aproximação ocorra, desde a cultura do povo Curitibano, e terem um comportamento mais reservado e, além disto, as dificuldades dos contatos com os Condomínios fechados e apartamentos.

Desde a estrutura e a missão da Polícia Militar, as equipes do Projeto POVO, além das atividades preventivas, como as visitas, o patrulhamento ostensivo motorizado, também tem a incumbência do atendimento de ocorrências policiais,

sendo que de 2005 até o mês de maio do corrente ano foram atendidas 573.272 (quinhentas e setenta e três mil duzentos e setenta duas) ocorrências, devendo ressaltar que além das solicitações via 190, muitas das ocorrências atendidas, são oriundas da comunidade através dos telefones celulares que ficam de posse dos Patrulheiros.

Conclui-se que as visitas comunitárias estão sendo realizadas pelos integrantes do Projeto POVO, porém, há necessidade de manter este ritmo de visitas, procurando com estas ações aproximar a polícia da comunidade e para tal são de extrema importância o papel dos Oficiais e Praças Comandantes das Estações POVO, intensificando as instruções com os integrantes do Projeto POVO e conscientizar de que as visitas fazem parte das atividades desenvolvidas pelo Policiamento Comunitário e não seja encarada como castigo, pois infelizmente parte dos Militares, fazem por obrigação e não com satisfação.

Com relação às ocorrências policiais, a presença constante da Polícia Militar nas ruas, em médio prazo, as ocorrências tendem a diminuir, porém, cabe destacar que a criminalidade faz parte dos efeitos dos problemas sociais e para tal, se faz necessário, a integração de todos os segmentos da sociedade para que cada um dentro das suas responsabilidades contribua para que as causas dos problemas sociais sejam identificadas e solucionadas e assim a criminalidade pode diminuir gradativamente, com o auxílio da ostensividade da polícia Militar nas ruas. Observa-se também dentro das atividades realizadas pelo Projeto POVO que o aparelho celular é uma das formas de contato do Policial Militar e a comunidade, o qual vem

facilitando a comunicação e as ocorrências policiais são atendidas com maior rapidez.

Como o tema principal é o Projeto POVO e sua avaliação em Curitiba, é importante ressaltar os Conselhos Comunitários de Segurança, que são atualmente coordenados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná. Os Conselhos tem um papel muito importante, pois é o órgão responsável pela articulação de todos os órgãos públicos e privados, para que juntamente com a comunidade identifique os problemas do bairro e busquem as soluções. Em Curitiba, existem 40 (quarenta) Conselhos Comunitários sendo que 04 (quatro) em formação. Nas reuniões que ocorrem por iniciativa dos Conselhos Comunitários, nota-se que falta integração de muitos segmentos que integram a Polícia Comunitária. A Polícia Militar sempre se fez presente nas reuniões, representado pelo Comando da Companhia ou pelo Comandante da Estação POVO.

Conclui-se que há necessidade de maior envolvimento dos diversos segmentos da sociedade para que nas reuniões comunitárias de Segurança, discutam e juntos busquem as soluções dos problemas sociais que ocorrem em determinado bairro e cabe aos Conselhos Comunitários esta motivação de participação, inclusive, os próprios Conselhos devem ser mais atuantes, realizando ações que incentivem a participação da comunidade, pois, apesar disto, observa-se que a cada dia que passa a população é mais exigente, porém, a comunidade deve fazer parte do processo, pois tem uma parcela de responsabilidade na solução dos problemas. Com relação à atuação da Polícia Militar nas reuniões dos Conselhos Comunitários, deve-se mudar uma postura interna, pois normalmente nas reuniões

somente comparecem os Oficiais e na verdade deve ocorrer a participação dos Praças, pois estes também fazem parte do Projeto POVO.

O Governo do Paraná com o incentivo no retorno do Projeto POVO, no decorrer do seu mandato, a partir de 2003, procurou dar suporte para que as atividades em desenvolvimento pela Polícia Militar sejam obtidas com êxito e para isto colocou a disposição algumas ferramentas de trabalho. Dentre estas ferramentas, citamos o Geoprocessamento, o Boletim de Ocorrência Unificado e o Narco-denúncia-181.

Conclui-se que as ferramentas estão sendo utilizadas e os resultados são considerados satisfatórios, devendo, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Comunicação Social, cada vez mais divulgar os trabalhos realizados, procurando manter a credibilidade e a confiabilidade da comunidade no Governo do Estado e conseqüentemente na Polícia Militar do Paraná.

Dentro do quadro apresentado, torna-se necessário recomendar algumas ações importantes para a execução do Projeto POVO, seja cada vez mais eficiente, procurando de uma forma ou outra, cumprir a sua missão constitucional, e ao mesmo tempo fazer com que a nossa Corporação atenda os objetivos do Projeto que é a de aproximar a Polícia da comunidade, motivo pelo qual cita-se abaixo:

- 1) Aumento do efetivo das unidades da Capital do Estado, sendo necessário o recebimento de 304 (trezentos e quatro) Policiais Militares, ressaltando que esta quantidade sugerida, dará suporte para atender as necessidades do Projeto POVO, pois este estudo foi analisado todas as variáveis, como férias e

outros afastamentos que acontecem em razão da natureza da nossa atividade;

- 2) Investimento na aquisição de: 18 (dezoito) Viaturas, 32 (trinta e duas) motocicletas e 82 (oitenta e dois) aparelhos Celulares, para dar suporte ao Projeto POVO de forma ideal;
- 3) Realização de Cursos de Polícia Comunitária para 232 (duzentos e trinta e dois) Policiais Militares pertencentes às Unidades Operacionais do Comando do Policiamento da Capital, em razão de ainda não serem capacitados;
- 4) Intensificar as instruções aos integrantes dos Batalhões da capital, no que tange a Filosofia de Polícia Comunitária;
- 5) Motivar e incentivar a participação dos Policiais Militares – categoria praças nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança;
- 6) Divulgar através da Secretaria de Estado de Comunicação Social e o setor de Relações Públicas da Polícia Militar, as ações desenvolvidas do Projeto POVO, principalmente os números dos aparelhos celulares das 60 (sessenta) estações localizadas em Curitiba;
- 7) Incentivar através da Secretaria de Estado de Segurança Pública atuação mais efetiva dos Conselhos Comunitários, procurando integrar a comunidade com os demais órgãos existentes na sociedade;
- 8) Incentivar os Batalhões da Capital, através dos Coordenadores do POVO e Comandantes de Estações, a implementação das visitas comunitárias;
- 9) A Polícia Militar tem a atividade principal voltada para a proteção à comunidade, como é o caso atual do Projeto POVO, que desenvolve a

Filosofia de Polícia e Policiamento Comunitário, portanto, seria recomendável, que a Polícia Comunitária, fosse inserida como uma gestão de Estado e não a de Governo, fazendo com que, independente, quem for o governante, estas ações de aproximação da comunidade, sejam mantidas por ser essencial e canal aberto para as soluções dos problemas que envolvem a população.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDARUK, Roberson Luiz e SOUZA, Cesar Alberto, **Polícia Comunitária. Polícia Cidadã Para um Povo Cidadão**, 2003, Associação da Vila Militar – Publicações Técnicas – Volume XII.

BUENO, Francisco da Silveira, **Minidicionário da Língua Portuguesa**, FTD, 2000.

CARVALHO, Glauber da Silva, **Policciamento Comunitário**, origem Apostila, PMESP, SP, 1998.

Constituição da República Federativa do Brasil, Imprensa Oficial do Estado.

LAZZARINI, Álvaro, **Poder de Polícia na Identificação de Pessoas**, São Paulo, Revista a Força Policial nº 1 – Jan/mar: PMESP, 1994.

MANOEL, Élio de Oliveira, **Policciamento Ostensivo com ênfase no processo motorizado**, 2004, Associação da Vila Militar – Publicações técnicas – Volume XIII.

NETO, Dias THEODOMIRO, **Policciamento Comunitário e Controle sobre a Polícia: A Experiência Norte Americana**, São Paulo, IBCCRIM, 2000.

PARANÁ, **Patrulha Escolar**, Diretriz 004/3 – PM/3 – Curitiba, Polícia Militar do Paraná – Comando Geral 2003.

PARANÁ, **Planejamento e Emprego na PMPR** – Diretriz nº 004/2000 – PM/3. Curitiba, Polícia Militar do Paraná – Comando Geral, 2000.

PARANÁ, **Policciamento Comunitário na PMPR** – Diretriz nº 002/2004 – PM/3. Curitiba, Polícia Militar do Paraná – Comando Geral, 2004.

PARANÁ, Projeto para implantação das Estações de Policiamento Móvel, 1993.

PARANÁ, Regula a execução de Policiamento Ostensivo com motonetas, Diretriz 002/2000-PM/3 - Curitiba, Polícia Militar do Paraná – Comando Geral, 2000.

PAZINATTO, João Antônio. Policiamento ostensivo integrado: a incorporação dos tipos de policiamento especializado pela unidade de área. Curitiba, 2004. 146p. Monografia (Especialização) - Curso Superior de Polícia, Academia Policial Militar do Guatupê / Universidade Federal do Paraná, 2004.

Plano Especial nº 001/2006 – PM/3- Aplicação do Policiamento Ostensivo Volante no Comando do Policiamento da Capital, 2006.

PONTES, Benedito. Rodrigues – Avaliação de Desempenho, Nova Abordagem, Sétima Edição, 1999.

PROERD - Projeto de Infra-estrutura para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd no Paraná, 2007.

Programa Formando Cidadão/Cidadã/ Prefeitura Municipal de Curitiba, 1998.

RICO, José Maria. SALAS, Luis. Delito, insegurança do cidadão e polícia. Rio de Janeiro, PMRJ, 1992.

SENASP, Síntese do Relatório de Atividades, 2003 a 2005.

SILVA, Ailton Lino, Ten.cel. PMPR, Monografia Curso Superior de Polícia, Tema – O Policiamento Comunitário, sua Implantação em Curitiba.

SITES – INTERNET

<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/apresentacao.htm> - Maio de 2007

<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/servicos.htm> - Maio de 2007

http://www.j.malucelli.asp?pag=jm_inclusaosocial-principal – Maio de 2007

<http://www.wikipédia.org> - junho de 2007

SKOLNICK, H. JEROME e BAYLEY H. DAVID, **Policciamento Comunitário**, 2006, São Paulo, Edusp.

TROJANOWICZ, Robert e BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento Comunitário. Como Começar**. Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

VALLA, Wilson Odirley, Cel PM RR. **Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar**. 2ª ed. Curitiba, Associação da Vila Militar, Publicações Técnicas, v.I, 2004.

VANAGUNAS, Stabley. Planejamento dos serviços policiais urbanos. In: GREENE, Jack (org) **Administração do trabalho policial**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

7. ANEXOS

7.1. ANEXO – I - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – CATEGORIA PRAÇAS

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

- É facultativa a identificação no final do questionário;
- Dirigido exclusivamente a Praças das Estações POVO;
- Apenas uma resposta por questão, e não deixe questão em branco.
- Este questionário é parte integrante do desenvolvimento de tema monográfico **Estudo do Projeto POVO: Avaliação do Desempenho da Polícia Militar na visão de Polícia Comunitária na cidade de Curitiba, no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas, realizado pela Escola de Governo em parceria com a Universidade Federal do Paraná.**

Questionário aplicado para os Praças das Unidades Operacionais da Capital.

1. Você já participou de alguma atividade de policiamento em que tenha sido aplicada a filosofia, aspectos conceituais ou características do Policiamento Comunitário?

- a. Sim b. Não c. Parcialmente

2. Na sua unidade durante a execução de seu turno de serviço, prevalece que tipo de policiamento?

- a. Policiamento Comunitário
b. Policiamento Tradicional

3.. Em sua opinião a prevalência da cultura de polícia reativa (policimento tradicional) no seio da tropa seria um entrave para a Consolidação da Doutrina de polícia comunitária na PMPR?

- a. () Sim
- b. () Não

4. Durante a sua jornada de trabalho, quer na escala normal ou de reforço, você está realizando visitas à comunidade, cumprindo com um dos objetivos do Projeto Povo que é a aproximação da comunidade.

- a. () Sim.
- b. () Não

5. Esta sendo freqüente o atendimento de ocorrências policiais por solicitação da comunidade através do celular povo:

- a. () Sim
- b. () Não

6. Você tem participado de reuniões com membros da comunidade do bairro em que presta serviço

- a. () Sim
- b. () Não

7. No seu local de trabalho o seu Comandante lhe da abertura para dar sugestões para melhoria dos resultados operacionais de seu bairro em beneficio da instituição e da comunidade

- a. () Sim
- b. () Não
- c. () Prejudicado, por nunca se manifestar

8. No seu entendimento a comunidade atualmente esta mais próxima da policia e mais preocupada com os problemas que acontecem no local onde residem

- a. () Sim
 - b. () Não
 - c. () Outra
-
-
-

9. Os Conselhos de Segurança ou associações de bairros são atuantes no local onde você trabalha

- A. () Sim
- B. () Não
- C. () Não há esta entidade na área.

10. Com relação a investimento por parte do Governo, para aplicação no Projeto POVO, você considera.

- A. () Excelente
- B. () Ótimo
- C. () Bom
- D. () Regular
- E. () Ruim

11. Em sua opinião como classificaria o desenvolvimento atual da modalidade de Policiamento Comunitário nos bairros de Curitiba?

- a. () Está funcionando perfeitamente
- b. () Possui deficiências estruturais, porém podem ser corrigidas
- c. () Se for necessário corrigir. Quais correções enumerem.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

12. Em sua opinião, existe necessidade de maior instrução dos PMs que executam atividade de policiamento comunitário, no aspecto interação e integração com a comunidade?

- a. () Sim
- b. () Não

13. Se ocorresse o desmembramento das atividades de policiamento comunitário, com a formação de um grupo ou Companhia específica em cada Batalhão, como e a Patrulha Escolar, você acredita que os resultados seriam mais satisfatórios.

- a. () Sim
- b. () Não

Justifique a resposta

Nome _____

Obrigado pela sua valiosa participação!

7.2. ANEXO – II - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – CATEGORIA OFICIAL

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

- **É facultativa a identificação no final do questionário;**
- **Dirigido exclusivamente a Oficiais Comandantes das Estações POVO;**
- **Apenas uma resposta por questão, e não deixe questão em branco.**
- **Este questionário é parte integrante do desenvolvimento de tema monográfico Estudo do Projeto POVO: Avaliação do Desempenho da Polícia Militar na visão de Polícia Comunitária na cidade de Curitiba, no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas, realizado pela Escola de Governo em parceria com a Universidade Federal do Paraná.**

Questionário aplicado para os Oficiais Comandantes de Estações do Projeto POVO

1. Em sua opinião qual forma de policiamento melhor atende as necessidades da população e da PMPR em Curitiba?

- a. Policiamento Comunitário
- b. Policiamento Tradicional
- c. Outro. Justifique:

2. Em sua opinião a prevalência da cultura de polícia reativa (policiamento tradicional) no seio da tropa seria um entrave para a Consolidação da Doutrina de polícia comunitária na PMPR?

- a. Sim
- b. Não

Se não, por quê?

3. Em sua opinião, o policiamento tradicional, foi eficaz no combate à criminalidade em Curitiba?

a. () Sim

b. () Não

Se não, por quê?

4. Atualmente na sua Unidade de serviço, o efetivo existente é suficiente para atender as necessidades do Projeto Povo?

a. () Sim

b. () Não

5. Em sua opinião, o policial militar que desenvolve atividade exclusiva de policiamento comunitário, está perfeitamente adaptado para exercer a referida atividade?

a. () Sim

b. () Não

c. () Concordo parcialmente. Justifique:

6. Em sua opinião, existe necessidade de maior instrução dos PMs que executam atividade de policiamento comunitário, no aspecto interação e integração com a comunidade?

- a. Sim
- b. Não
- c. Concordo parcialmente, Justifique:

7. Durante a jornada de trabalho das equipes de serviço, quer na escala normal ou de reforço, os Pms estão realizando visitas à comunidade, cumprindo com um dos objetivos do Projeto POVO que é a aproximação da comunidade?

- a. Sim.
- b. Não

8. Está sendo freqüente o atendimento de ocorrências policiais por solicitação da comunidade através do celular POVO?

- a. Sim
- b. Não

9. Você tem participado de reuniões com membros da comunidade do bairro em que presta serviço?

- a. Sim
- b. Não

10. Os Policiais Militares empenhados nas atividades do POVO participam do processo dando sugestões para melhoria dos resultados operacionais de seu bairro em benefício da instituição e da comunidade?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não é dado esta abertura aos Policiais

11. No seu entendimento a comunidade atualmente está mais próxima da polícia e mais preocupada com os problemas que acontecem no local onde residem?

- a. Sim
 - b. Não
 - c. Outra
-
-
-

12. Os Conselhos de Segurança ou associações de bairros são atuantes no local onde você trabalha?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não há esta entidade na área.

13. Com relação a investimento por parte do Governo, para aplicação no Projeto POVO, você considera.

- a. Excelente
- b. Ótimo
- c. Bom
- d. Regular
- e. Ruim

14. Se ocorresse o desmembramento das atividades de policiamento comunitário, com a formação de um grupo ou Companhia específica em cada Batalhão, como é a Patrulha Escolar, você acredita que os resultados seriam mais satisfatórios?

a. () Sim

b. () Não

Justifique a resposta

15. A ferramenta GEOPROCESSAMENTO está sendo utilizada para direcionamento do policiamento?

a. () Sim

b. () Não

16. Na sua OPM, os dados colhidos nos Boletins Comunitários por ocasião das visitas, estão sendo avaliados e utilizados na solução dos problemas levantados?

a. () Sim

b. () Não

Nome

Obrigado pela sua valiosa participação!

7.3. ANEXO – III – ENTREVISTA AOS COORDENADORES DO PROJETO POVO

COORDENADORES DO PROJETO POVO

A) CAP QOPM BRUNO SOARES DA SILVA – 12º BPM

B) CAP QOPM LUIZ MARCELO MAZIERO JAKIMIV – 13º BPM

C) CAP QOPM JOÃO LUIZ SARTOR – 20º BPM

1. A sua unidade possui efetivo suficiente para atender as necessidades do Projeto POVO, considerando que todas as estações funcionem 24 horas?

2. Quantas estações existem na sua unidade?

3. Quantas e quais estações estão funcionando com seu efetivo completo?

4. Como estão funcionando as estações que não estão com seu efetivo completo?

5. As visitas estão sendo realizadas em todos os bairros?

6. Há disponibilidade de viaturas auto, moto e ainda aparelhos celulares para os integrantes das estações do Projeto POVO?

7. A ferramenta Geoprocessamento está sendo utilizada para aplicação operacional do policiamento do Projeto POVO?

8. As visitas registradas no sistema estão sendo avaliadas por sua Unidade, para os devidos fins posteriormente?

9. Como está sendo divulgado para a comunidade e meios de comunicação, dos trabalhos desenvolvidos pelo Projeto POVO, de sua Unidade?

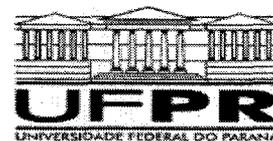
Nome

Obrigado pela sua valiosa participação!

7.4. ANEXO - IV - QUESTIONÁRIO PARA OUTRAS POLÍCIAS MILITARES



**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



Ofício nº. _____

Curitiba, Pr, 16 de abril de 2007.

Senhor COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO _____

Levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que estamos desenvolvendo no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas, realizado pela Escola de Governo do Estado do Paraná em parceria com a Universidade Federal do Paraná, trabalho de Tese com o tema: **ESTUDO DO PROJETO POVO: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA POLÍCIA MILITAR NA VISÃO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CURITIBA**, motivo pelo qual solicitamos os bons préstimos no sentido de responder alguns quesitos abaixo relacionados de extrema importância para conclusão do nosso trabalho.

2. Solicito respeitosamente que a resposta dos quesitos seja encaminhada até o dia 20 de abril de 2007, através do e-mail – flaviojosecorreia@hotmail.com.

Atenciosamente

Maj. QOPM FLÁVIO JOSÉ CORREIA

Maj. QOPM RUI ROTA DA PURIFICAÇÃO

PESQUISA PARA TRABALHO TÉCNICO CIENTÍFICO

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

- É facultativa a identificação no final do questionário;
- Este questionário é parte integrante do desenvolvimento de tema monográfico **Estudo do Projeto POVO: Avaliação do Desempenho da Polícia Militar na visão de Polícia Comunitária na cidade de Curitiba, no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas, realizado pela Escola de Governo em parceria com a Universidade Federal do Paraná.**

1. A Polícia Militar na cidade de _____ atualmente está aplicando alguma medida ligada à filosofia de **Polícia Comunitária** como estratégia de policiamento?

() Sim

() Não

Em caso Positivo

2. A partir de que ano?

3. Qual a porcentagem total de efetivo da Polícia Militar (Oficiais e Praças) que já passaram por cursos ou estágios de polícia Comunitária?

4. A Polícia Militar atualmente tem participado em Conselho Comunitário de Segurança?

() Sim

() Não

Se não por quê?

5. A Polícia Militar tem participado de projetos comunitários, tais como:

- Bombeiro comunitário
- Patrulha Escolar Comunitária
- Proerd
- Programa Formando Cidadão/ Cidadã
- outros _____

6) No seu Estado outras instituições, tais como: Polícia Civil, Prefeitura Municipal, Poder Judiciário, Ministério Público entre outros, **atuam em parceria**, dando, cada um na sua missão legal, suporte para a resolução dos problemas emergentes na vivência comunitária?

- Sim
- Não

Se não por quê?

7) Com relação a opinião do público interno, a preferência de atuação operacional, predomina:

- Pela Polícia Tradicional
- Pela Polícia Comunitária
- Outra

8) O grau de envolvimento, apoio e suporte do Governo do Estado para desenvolvimento das atividades de Polícia Comunitária é:

- Excelente
- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

NOME _____
UNIDADE _____
ESTADO _____